

Bruna Lessa
Débora Leitão Leal
ORGANIZADORAS

VIRTU@LIDADES IMPRESSAS

Registros de ensino, pesquisa
e extensão do Projeto Sala Aberta



E D U F B A

VIRTU@LIDADES IMPRESSAS

Registros de ensino, pesquisa
e extensão do Projeto Sala Aberta

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Titulares

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Suplentes

George Mascarenhas de Oliveira

José Amarante Santos Sobrinho

Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté

Monica Neves Aguiar da Silva

Paola Berenstein Jacques

Rafael Moreira Siqueira

Apoio

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGC/UFBA)

Proap/Capes



PROEXT



Bruna Lessa
Débora Leitão Leal
ORGANIZADORAS

VIRTU@LIDADES IMPRESSAS

Registros de ensino, pesquisa
e extensão do Projeto Sala Aberta

Salvador
Edufba
2024

2024, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial Cristovão Mascarenhas

Coordenação gráfica Edson Nascimento Sales

Coordenação de produção Gabriela Nascimento

Capa e projeto gráfico Rafa Moo

Revisão Aline Silva Santos

Normalização Discovery

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

V819 Virtú@lidades impressas: registros de ensino, pesquisa e extensão do

Projeto Sala Aberta / Bruna Lessa, Débora Leitão Leal

(organizadoras) – Salvador: EDUFBA, 2024.

315 p. : il.

ISBN: 978-65-5630-583-7

1. COVID 19, Pandemia de, 2020 - Aspectos sociais. 2. Extensão universitária. 3. Ciência da Informação – Estudo e ensino. 4. Internet no ensino superior. I. Lessa, Bruna. II. Leal, Débora Leitão. III. Título: registros de ensino, pesquisa e extensão do Projeto Sala Aberta.

CDU – 007: 004+378

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina

40170-115 – Salvador, Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

www.edufba.ufba.br

edufba@ufba.br

SUMÁRIO

- 9 **PREFÁCIO**
Lídia Brandão Toutain
- 11 **APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO SALA ABERTA**
Bruna Lessa
- 17 **SOBRE A SÉRIE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS**
Carolina de Souza Santana
- Capítulo 1
- 21 **Bibliotecas e bibliotecários frente à pandemia da covid-19**
O Conselho Federal de Biblioteconomia
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda
- Capítulo 2
- 37 **Atuação profissional e os impactos da covid-19**
Ações dos movimentos associativos
Sigrid Karin Weiss Dutra
- Capítulo 3
- 53 **Preservação da memória social no pós-pandemia da covid-19**
Contexto e atuação do Arquivo Nacional
Aluf Alba Vilar Elias
- Capítulo 4
- 63 **Os arquivos da pandemia**
Miguel Ángel Márdero Arellano
- Capítulo 5
- 75 **Preservação da memória sobre a pandemia do novo coronavírus**
O papel dos museus
Andréa de Britto
- Capítulo 6
- 85 **Narrativas de preservação e transformação em tempos pandêmicos**
Carolina Vasconcelos Vilas Boas
- Capítulo 7
- 95 **Preservação da memória social pós-pandêmica**
Ivana Bittencourt dos Santos Severino

109 **SOBRE A SÉRIE BIBLIOTECAS NA FORMAÇÃO DO LEITOR**

Débora Leitão Leal

Capítulo 8

111 **A formação de novos leitores**

Leituras compartilhadas, leitores múltiplos

Eliana Lucia Madureira Yunes

Capítulo 9

129 **A contação de histórias na mediação da leitura**

Palmira Virginia Bahia Heine Alvarez

147 **SOBRE A SÉRIE [ENTRE]VISTAS E TEXTOS DE AUTORIAS NEGRAS**

Bruna Lessa

Capítulo 10

149 **Quando me descobri negra**

Entrevista com Bianca Santana

Capítulo 11

171 **Ancestralidade africana na literatura infantil**

Débora Oyayomi Araujo

Capítulo 12

185 **Representação estética negra**

Turbantes como forma de resistência e empoderamento

Ana Paula Medeiros Teixeira dos Santos

197 **SOBRE AS SEÇÕES DE EXTENSÃO PARA EXTENSÃO, OFICINAS E PALESTRAS**

Rayan Aramís de Brito Feitoza

Capítulo 13

201 **Transcrição dos manuscritos das colônias de Blumenau, Teresópolis e Santa Isabel, do século XIX**

Acervo que integra o setor de obras raras da biblioteca universitária da UFSC

Aline Carmes Krüger

Capítulo 14

209 **Transformação digital das entidades custodiadoras através da implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC - ARQ)**

Daniel Flores

Capítulo 15

225 **A experiência do usuário e a arquitetura da informação como ferramentas para definição de repositórios**

Charlley dos Santos Luz

- Capítulo 16
- 249 **Organização de arquivo em instituições de ensino superior e escolares**
Rachel Ferreira Bueno
- Capítulo 17
- 271 **Repositórios institucionais**
Gestão, planejamento e implementação
Rosa Maria Andrade Grillo Beretta
Rosana Drigo
Telma Aparecida Tupy de Godoy
- Capítulo 18
- 285 **Escrita científica**
Padrões para elaboração de resumo para artigos científicos
Juliana Fachin
- 297 **MEMÓRIAS**
- 303 **SOBRE AS AUTORIAS**

PREFÁCIO

Lídia Brandão Toutain

O Projeto de Extensão Sala Aberta, sob a coordenação da professora Bruna Lessa, contribuiu para um ambiente enriquecedor e instigante, reunindo professores de diversas áreas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), assim como de outras instituições acadêmicas e científicas no Brasil. Esta coletânea de temas contemporâneos e desafiadores é um valioso acervo e testemunho da trajetória do projeto, promovendo discussões que se destacam pela sua conversão e atualidade.

Ao imergir na leitura deste material, fui transportada de volta à fase inicial do período pandêmico, um momento conturbado da vida acadêmica, em que as universidades serviram como espaços de acolhimento para discursos, sobretudo de suas ações e o desenvolvimento de suas atividades, mesmo que remotas. Por meio dos diversos relatos presentes, percebi que o tempo havia apagado da minha memória diversas situações marcantes. Foi então que compreendi a importância inestimável deste trabalho, passando a enxergá-lo como um valioso resgate histórico da memória coletiva em relação a um momento singular. Especificamente para a área da Ciência da Informação, este livro apresenta relatos abundantes sobre como indivíduos e instituições desse campo se percebem, e se representam diante de um fenômeno impactante e imprevisível. Assim, esta obra, ao ser publicada em formato de livro, dá

acessibilidade às experiências vividas, por meio de textos cativantes sobre a leitura, assim como relatos emocionantes, por exemplo, na seção de autorias negras.

Nesse contexto, a comunidade acadêmica vislumbra, por meio da extensão, uma oportunidade ímpar, uma instigação enriquecedora que nos permite esclarecer à nação brasileira o papel fundamental das universidades nos programas de extensão em colaboração com a comunidade. É nesse espírito que o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFBA, alinha-se aos objetivos do Projeto de Extensão Sala Aberta, potencializando a disseminação e o acesso aos resultados desta ação extensionista, estes também voltados para formação continuada. Por fim, acreditamos na importância de ações extensionistas como esta, uma vez que este projeto promoveu uma conexão entre mestres, doutores, especialistas e discentes, propiciando uma interação frutífera entre o setor público e privado, com a participação ativa de todos os envolvidos da comunidade interna e externa à universidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO SALA ABERTA

Bruna Lessa

A prática extensionista, um dos alicerces fundamentais da universidade, tem como principal propósito estabelecer uma relação estreita com a sociedade. No contexto dos cursos de graduação em Biblioteconomia e Documentação, Arquivologia e Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), essa prática pode ser definida como uma ação dirigida para fomentar a apropriação de tecnologias de informação. O seu objetivo é promover a produção, organização, acesso, preservação e uso da informação de forma significativa e eficaz.

Nesse sentido, surge a ideia de uma atividade de extensão, que ampliasse a outros universos e universidades o que se vem discutindo nas salas de aula do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da UFBA. Foi então que, na sala 9 do ICI/UFBA, ao revisar planos de ensino-aprendizagem e planejamento de aulas, a ideia de abrir as portas das salas, para além da estrutura física do instituto, nasceu. Em 2018, com o título Projeto Sala Aberta, apresentou-se à comunidade esta ação extensionista, a qual foi acolhida pela direção do instituto e pelos demais docentes. Assim, constitui-se como disseminador das discussões e aprendizados que ocorrem tanto nos componentes curriculares ofertados nos cursos oferecidos pelo ICI/UFBA quanto das pesquisas acadêmicas, práticas profissionais dos egressos do instituto, bem como de

profissionais e agentes sociais de áreas correlatas à Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação.

Diante da pandemia da covid-19, sobretudo nos anos de 2020 e 2021, a proposta do projeto se expandiu para o ambiente *on-line*, alcançando atualmente um número expressivo de seguidores, com mais de 2.500 inscritos em seu canal do YouTube. Este novo formato permitiu que as atividades transpassassem barreiras geográficas, fornecendo a divulgação de produtos, metodologias, boas práticas, experiências e pesquisas que são vivenciados dentro e fora do contexto da sala de aula, potencializando seu compartilhamento com a sociedade em geral.

Nesse processo, constituíram-se relações interinstitucionais, a exemplo da Class Cursos (plataforma de cursos de qualificação na área de Biblioteconomia e Arquivologia), e a ProQuest ExLibris, empresa voltada para capacitação de pesquisadores e bibliotecários em todo o mundo, e tecnologias para maior eficiência em bibliotecas e centros de informação. Além dessas parcerias externas, ressalta-se a parceria interna, por meio do fomento de recursos em três edições dos editais dos programas de incentivo à extensão da UFBA, da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, em 2019, 2020 e 2021.

Nesta construção, as conexões humanas formadas no âmbito do projeto refletem-se também na equipe de coordenação e trabalho, composta por docentes tais como a professora Carolina de Souza Santana, a professora Débora Leitão Leal e o professor Rayan Feitosa. Contamos também com a contribuição do estudante voluntário João Manoel Santos (Biblioteconomia), e das estudantes bolsistas Tamiris Silva (Biblioteconomia), Giovanna Hemerly Gonçalves das Neves (Comunicação Social) e Carolina Pires da Silva (BI de Artes). Essas conexões se estendem ainda mais, abrangendo mais de 50 palestrantes e convidados, que compartilham seu valioso conhecimento em suas áreas de pesquisa, ensino, extensão, e práticas

de trabalho, abordando temáticas interdisciplinares, promovendo diálogos, por vezes mediados em dimensões semânticas e pragmáticas do assunto em foco, através das ações do projeto.

Nessa perspectiva, criou-se uma rede de pesquisadores, estudantes, professores e profissionais internos e externos à UFBA, hoje chamada de Laboratório de Estudos em Representação do conhecimento, competências e comportamento em informação, recuperação da informação em meio digital (Lab-RecrIE). É motivo de grande satisfação ver este projeto concretizado no âmbito da UFBA, tomando forma na criação de um livro, que registra a memória das atividades extensionistas desenvolvidas no âmbito do ICI e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Este livro representa um valioso produto informacional, resultado da colaboração entre pesquisadores, estudantes, professores e profissionais, internos e externos à UFBA.

A publicação desta fonte de informação, um livro, caracteriza-se como um importante instrumento de pesquisa, ao tempo em que se torna um repertório bibliográfico e memorialístico. O livro – ao transcrever os discursos mediados pela tecnologia de *streaming*, no ambiente virtual, para a linguagem escrita – abraça uma variedade de vozes em suas palestras, oficinas, mesas-redondas e séries, disponibilizadas pelo Projeto Sala Aberta, possibilitando outro tipo de acesso e acessibilidade a esse material informativo. As temáticas abordadas são diversas e abrangentes, envolvendo leitura, consciência negra, *fake news*, bibliotecas, arquivos, museus, Ciência da Informação, Humanidades Digitais, representação da informação, informação científica e muito mais. Este livro é um testemunho coletivo do conhecimento compartilhado e das discussões enriquecedoras que ocorreram no âmbito do projeto. É um registro valioso que destaca a importância da interação entre academia e sociedade, fornecendo um recurso significativo tanto

para a pesquisa acadêmica quanto para a preservação da memória das atividades extensionistas realizadas.

É com grande satisfação que apresento esta obra acadêmica, cujo título é resultado da materialidade dos saberes produzidos virtualmente, armazenados na nuvem e na *web*, organizando a informação e o conhecimento desenvolvido em múltiplas falas durante o período de atuação do projeto em transmissões ao vivo. Como uma obra coletiva, ela se destaca pela diversidade de estilos de escrita presentes em seus capítulos, formando um todo coeso. Nesse sentido, temos vários “todos”, “eus” e “outros” no documento, cada qual trazendo sua própria singularidade e contribuição nos aspectos acadêmicos, sociais e históricos.

Para imergir nas diversas narrativas e tipos de linguagem escrita presentes no texto (artigos, entrevistas, relatos de experiência), adentramos cada conjunto textual com o arranjo das principais ações transmitidas no projeto:

- o primeiro, com capítulos de autores que participaram da Série Bibliotecas, Arquivos e Museus;
- o segundo, com capítulos de autores que participaram da Série Bibliotecas na formação do leitor;
- o terceiro, com capítulos de autores que participaram da Série [Entre]vistas e textos de autorias negras; e
- o quarto, com capítulos de autores que participaram de sessões especiais do projeto (De extensão para extensão; Componentes curriculares; Oficinas).

Cada conjunto textual é apresentado como uma coletânea de testemunhos e experiências, tanto dos convidados quanto dos organizadores do projeto, cuidadosamente selecionados, com base no

engajamento e audiência nos vídeos no canal do projeto no YouTube¹. A obra, assim, reflete bem a proposta do Projeto Sala Aberta, revelando-se democrática quanto à diversidade de temas tratados, promovendo diálogos interdisciplinares e preservando as experiências e reflexões compartilhadas no âmbito do Projeto Sala Aberta. Convido a todas as pessoas leitoras a explorarem as ricas contribuições das autorias, transcritas com o cuidado da singularidade de cada palestrante, enriquecendo seus próprios entendimentos e perspectivas sobre os temas abordados. Meu agradecimento eterno à UFBA, que me acolheu enquanto estudante de graduação e pós-graduação e, hoje, continua acolhendo-me como docente e pesquisadora e a todas as pessoas que participaram deste projeto de extensão, mas que não caberia aqui descrever tantos nomes e articulações.

¹ No início de cada capítulo, você notará um QR code que te levará diretamente para o respectivo conteúdo no nosso canal do YouTube.

SOBRE A SÉRIE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS

Carolina de Souza Santana

A Série Bibliotecas, Arquivos e Museus (BAM): possibilidades para o acesso e uso pós-pandemia surge motivada pela necessidade de promover o intercâmbio de conhecimentos e o debate sobre a atuação, políticas e rumos desses equipamentos culturais, bem como uma possível reconfiguração de seus produtos e serviços no contexto pós-pandêmico. O debate contou com a participação de profissionais bibliotecários(as), arquivistas e museólogos(as) de instituições públicas e privadas atuantes na Bahia e em outros estados do Brasil, além de pesquisadores e docentes destes campos de estudo.

A abertura da série trouxe reflexões que tiveram como fio condutor a ideia de um tempo de incertezas, considerando que as bibliotecas, arquivos e museus são espaços para uso, transmissão de saberes e constituição de memória. Contudo, com a produção de tantos registros (conteúdos) disponibilizados a todo momento e produzidos para vários fins, surge o desafio da salvaguarda desses documentos para o acesso aos indivíduos no futuro, promovendo conexões para práticas sociais e educativas. Dividida em três mesas-redondas, a primeira discussão teve como centralidade as bibliotecas por meio do tema “Bibliotecas e bibliotecários frente à pandemia da covid-19: ressignificação de funções e práticas”. Foram problematizadas as questões das práticas e da gestão da biblioteca universitária como depositária da produção científica

brasileira, os acervos digitais e a questão da aquisição de livros acadêmicos científicos digitais como um desafio frente aos modelos de negócios impostos para formação dessas coleções. A necessidade de políticas no âmbito destas instituições e ressignificação de ações utilizando ferramentas de base tecnológica e uso das redes sociais. As discussões em torno do *advocacy* revelaram a importância do envolvimento das bibliotecas para a Agenda 2030, e o papel da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), para a inserção das bibliotecas nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A segunda mesa teve como temática principal os arquivos, com o debate sobre “Preservação da memória social pós-pandêmica: o papel dos arquivos no controle e acesso às informações”. O debate discorreu sobre o conceito de “salvaguarda” no sentido ampliado de patrimônio material e imaterial e novas formas documentais advindas de processos criativos diversos. Além disso, foram citadas iniciativas voltadas para a preservação do patrimônio documental e da informação arquivística digital, tais como a atuação da Rede Cariniana, outras iniciativas voltadas para a coleta de memórias pandêmicas e projetos que envolvem a sociedade civil para compartilhar suas memórias. Viu-se que, por meio dos registros de documentos e dos registros da memória coletiva, será possível percorrer as diversas iniciativas que ocorreram no mundo durante o período pandêmico. Por fim, foi destacado o papel do Arquivo Nacional de garantir à sociedade o direito constitucional da informação por meio do acesso aos documentos da administração pública.

A terceira e última mesa desta série teve como destaque os museus, com a discussão intitulada “Entre máscaras e álcool: o museu e a apresentação dos artefatos da sociedade pós-pandemia”. A ênfase da discussão esteve na relevância social dos equipamentos culturais,

que nos convoca a pensar os museus como elementos cruciais em um ecossistema cultural. Os artefatos utilizados pelas pessoas – saindo com máscaras e álcool em ruas vazias – junto a ideia de que vivemos um intervalo de tempo, parece tornar equivocado retomar ao que era, então o que se tem são mais questionamentos do que respostas. Nesta linha reflexiva, os artefatos são objetos que representam uma sociedade enlutada, e são reflexos de políticas sociais nas quais se vê o genocídio da juventude negra. Quem de fato teve o direito e usar respiradores e EPIs? Preservam-se os objetos tangíveis, porém há o humano e intangível que circunda o objeto e é, também, uma expressão abstrata e simbólica dos herdeiros dessas memórias. O processo de musealização está para além dos processos técnicos, é preciso tratar essas memórias como uma ação política. Como resolver a tríade – conhecimento, empatia e atividade?

Diante das perspectivas apresentadas, mostra-se neste arranjo capítular, alguns exemplos de práticas e reflexões sobre os equipamentos culturais, transmitidos na Série BAM, que demonstra evidente relevância social desses espaços para compreensão do passado e discernimento sobre o futuro. Fica explícita, na transcrição dos discursos produzidos durante as mesas-redondas, a necessidade de políticas públicas que reconheçam bibliotecas, arquivos e museus como organismos dinâmicos e integrados a um contexto social. É preciso garantir a salvaguarda da memória social e institucional por meio dos artefatos e documentos com valor tangível e intangível, reverberando num empoderamento social de diversos grupos representativos da sociedade.

▼ CAPÍTULO 1

Bibliotecas e bibliotecários frente à pandemia da covid-19

O Conselho Federal de Biblioteconomia

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda



Importante assinalar que na data desta apresentação, 25 de julho de 2020, temos registrado no país, segundo o consórcio de veículos de imprensa¹, 2.349.302 casos de pessoas infectadas pela covid-19 e 85.418 óbitos, o que é bastante triste e por isso nos solidarizamos com todos os familiares e amigos dessas vítimas. Lamentamos profundamente a quantidade de mortes no país e no mundo em virtude da covid-19. Por outro lado, agradecemos e parabenizamos a todos os profissionais que estiveram e que continuam na linha de frente no combate a essa doença.

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira. O CFB tem sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional e atua respaldado principalmente pela Lei nº 4.084, de 1962, e pelo Decreto nº 56.725, de 1965, que regulamenta a nossa profissão, nossa Lei nº 4.084, e pela Lei nº 9.064 de 1998 (CFB, 2017).

O Plenário do CFB é constituído por 15 membros efetivos e 3 suplentes, designados pelo título de conselheiros federais, todos brasileiros natos ou naturalizados, bacharéis em Biblioteconomia, em dia com o seu registro no Conselho Regional de sua jurisdição, com mandato trienal, eleitos e sorteados nos termos legais em Assembleia Geral de Delegados Eleitores. A composição dos

¹ Grupo criado em junho de 2020 para divulgar dados sobre a covid-19. Findou em janeiro de 2023.

membros efetivos tem a seguinte sistemática e proporcionalidade: oito conselheiros efetivos e três suplentes, todos bibliotecários não docentes, eleitos em Assembleia Geral de Delegados Eleitores, e sete conselheiros efetivos, sorteados entre os professores bibliotecários escolhidos para representar os cursos de bacharelado em Biblioteconomia no Brasil, reconhecidos pelo Ministério da Educação, referendados por seus respectivos colegiados, cujos nomes são encaminhados ao CFB, em lista tríplice (CFB, 2017).

As nossas atividades cotidianas são regulamentadas pela Resolução nº 179, de 26 de maio de 2017, que aprovou o nosso regimento interno, o regimento do sistema CFB/CRB. Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) são autarquias federais de natureza especial, dotadas de personalidade jurídica de direito público, que gozam de autonomia administrativa, patrimonial e financeira e têm por finalidades a fiscalização do exercício da profissão de bibliotecário em todo o território brasileiro, conforme lhes determina a legislação vigente, contribuindo para o desenvolvimento biblioteconômico nas áreas de suas jurisdições.

FIGURA 1 | Conselhos Regionais de Biblioteconomia

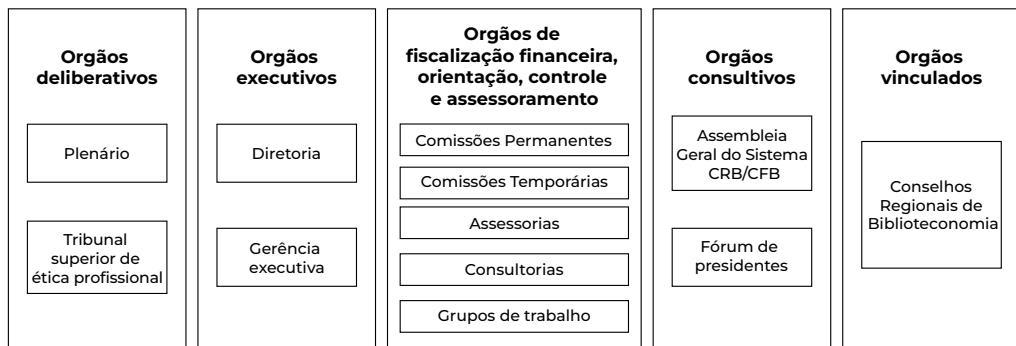
CRB-1	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	CRB-2	Pará, Amapá e Tocantins
CRB-3	Ceará e Piauí	CRB-4	Pernambuco e Alagoas
CRB-5	Bahia e Sergipe	CRB-6	Minas Gerais e Espírito Santo
CRB-7	Rio de Janeiro	CRB-8	São Paulo
CRB-9	Paraná	CRB-10	Rio Grande do Sul
CRB-11	Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima	CRB-13	Maranhão
CRB-14	Santa Catarina	CRB-15	Paraíba e Rio Grande do Norte

Fonte: regimento interno do sistema CFB/CRB, 2017.

O Plenário do CFB também funciona como Tribunal Superior de Ética Profissional, presidido pelo seu presidente. O CFB é dirigido de forma colegiada por meio de uma diretoria. Na primeira sessão plenária, o corpo conselheiro empossado elege entre si cada membro da diretoria composta por presidente, vice-presidente, diretor financeiro, diretor administrativo e diretor técnico.

O Sistema CFB/CRB é fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Porque funcionamos por delegação da União, nossa Constituição de 1988, nossa Carta Magna, nos dá a prerrogativa de fiscalizar as profissões no nosso país. No nosso caso, a profissão de bibliotecário, mas também integramos um rol de 31 profissões regulamentadas no país que têm essa prerrogativa de fiscalização profissional. As comissões permanentes e temporárias são órgãos de assessoramento dos Conselhos Federal e Regionais, criadas por proposição das suas diretorias e aprovação dos seus plenários para analisar, discutir, realizar e propor estudos e ações sobre assuntos relacionados às suas finalidades.

FIGURA 2 | Modelo de Governança do CFB



Fonte: manual de gestão do sistema CFB/CRB, 2010.

Em consonância com seu Regimento Interno, o Sistema CFB/CRB é composto pelas seguintes comissões permanentes: Comissão de Tomada de Contas; Comissão de Ética Profissional; Comissão de Legislação e Normas; Comissão de Licitação; Comissão de Divulgação e Valorização Profissional; Comissão de Fiscalização; Comissão de Ensino e Formação Profissional; Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas (CFB, 2017).

As comissões temporárias podem ser Especiais ou Grupos de Trabalho, constituídas para estudo e análise de assuntos não contemplados nas comissões permanentes; estas são classificadas como de inquérito, de inspeção, de sindicância ou de intervenção e são destinadas a apurar fatos determinados.

Hoje, o CFB é composto pelas comissões temporárias de Acessibilidade e Diversidade e a de Gestão por Indicadores e Relatório para o TCU. E os seguintes Grupos de Trabalho (GT): GT do Sistema de Cadastro de Biblioteconomia/CFB (SICAB); GT – Estudo da Implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI); GT Parlamentar; GT – FUNDEB; GT – Registro do Técnico em Biblioteconomia (GT-TB); GT – Parâmetros para Bibliotecas Públicas (GT-BP); GT – Parâmetros para Bibliotecas Universitárias (GT-BU); GT – Parâmetros para Bibliotecas Digitais e Virtuais (GT-BDV); GT – Padronização do Relatório de Gestão do Sistema CFB/CRB; GT – Registro do Licenciado em Biblioteconomia.

O Sistema CFB/CRB conta também com as Gerências Executivas, que são unidades de coordenação e execução das atividades administrativas, técnicas e financeiras, subordinadas às Diretorias Administrativas.

Aliás, é bom lembrar que neste ano teremos eleições para os Conselhos Regionais de Economia. Então, fiquem atentos à página do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia. Disponibilizaremos o edital e o calendário para as eleições deste ano.

BIBLIOTECONOMIA, SOCIEDADE E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Atualmente, na sociedade brasileira, temos enfrentado tempos de adversidades intelectuais, emocionais, econômicas, sociais, sanitárias e éticas. Aliás, já vínhamos sofrendo e continuamos sofrendo mesmo durante este período, dessas questões sanitárias e dessa doença que nos aflige. Temos enfrentado verdadeiros dilemas e crises que nos remetem às reflexões que reverberam na nossa consciência e nos mobiliza ao replanejamento, redimensionamento e desenvolvimento de nosso fazer profissional.

O que estamos fazendo pela biblioteconomia brasileira? O que poderíamos ter feito? Como realizamos as nossas práticas profissionais, acadêmicas e sociais durante essa pandemia? E como está a formação do bibliotecário no país exatamente neste momento de pandemia? Como os professores estão trabalhando na formação de bibliotecários? Em que medida nosso fazer e atuação têm contribuído para a formação e a informação do cidadão e a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática? Será que fazemos as devidas intervenções na sociedade de maneira a reduzir as desigualdades?

A biblioteconomia, em cada uma das suas dimensões, tem oferecido verdadeiros laboratórios de vivências e sobrevivência à nossa criatividade e tem potencializado e fortalecido nossa prática profissional, fundamentada em sólidos conhecimentos teórico-metodológicos, na busca de possíveis soluções à resolução de problemas que esta pandemia lhe impõe e que afligem a sociedade brasileira.

É constante falarmos sobre aprendermos a desenvolver determinadas atividades da nossa profissão, mas poucas vezes tivemos a possibilidade de imaginar que as faríamos remotamente. A responsabilidade social da biblioteconomia, exercida por nós, bibliotecários, reside no fato de garantirmos a promoção da leitura, a democratização do acesso

ao conhecimento registrado e produzido pela humanidade nos diversos ambientes de formação e de informação, a todo e qualquer tipo de pessoa, independentemente de sexo, gênero, raça, faixa etária, classe social, profissão, religião, nação, língua, cultura, ou qualquer tipo de deficiência que uma pessoa possa vir a ter.

E o pleno exercício da nossa profissão nos permite o respeito ao próximo, a empatia, a alteridade, a pluralidade de pensamento, a diversidade, sobretudo a dignidade da pessoa humana. Falamos muito que muitas plateias têm trabalhado de maneira remota e atendendo aos seus usuários. Mas como proceder com aqueles que não têm acesso à tecnologia da informação e da comunicação? Como proceder com aqueles que não conseguem utilizar um *smartphone* porque não possuem um desses aparelhos? E como vamos fazer com aqueles completamente alijados? Até do seu próprio trabalho, do seu próprio sustento, dos mecanismos que ele utiliza para sua própria sobrevivência e de sua família.

Toda e qualquer pessoa deve ter o direito à informação para que se desenvolva como ser humano e tenha a devida competência para saber qual informação confiável é necessária para sua vida, para o seu desenvolvimento intelectual, social, econômico, cultural e de salvaguarda da sua saúde.

SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19 E AS BIBLIOTECAS

A Diretoria Técnica do CFB realizou algumas consultas em meio a pandemia da covid-19, como, por exemplo, a sessão da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a IFLA, a American Library Association (ALA), e no Ministério da Saúde – o qual em determinados momentos confiamos, em outros não, o que é um absurdo. A Fundação Oswaldo

Cruz (Fiocruz), por exemplo, e outras instituições vêm fornecendo orientações e diretrizes para que bibliotecários e bibliotecárias possam estar atentos às medidas que devem tomar no desenvolvimento de determinadas atividades em bibliotecas, sobretudo neste período de pandemia, e também quando chegar o momento da abertura, quando esta pandemia chegar ao fim.

No Brasil, por exemplo, o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu que os governadores e prefeitos têm autonomia para elaboração de políticas e protocolos em relação à pandemia. Então, o que vemos em nosso país são determinados estados e municípios ora em momento de distanciamento social – da mais extrema reclusão –, ora em momentos de abertura. Há também a questão da economia, que desencadeou muitos desempregos nas nossas cidades e estados. Faz-se uma abertura e se estabelece um calendário de quais segmentos da economia vão retornar às atividades, mas quando o retorno se inicia, muitas pessoas não respeitam o distanciamento social, algumas não utilizam a proteção que serve tanto para si quanto para os outros, não utilizam máscaras, não utilizam qualquer equipamento que possa servir de proteção.

Então, como fazer algo nesse momento que chega, muitas vezes, às raias do descontrole, do descontrole social, do descontrole desta pandemia? A doença, segundo a OPAS, é transmitida pelo contato pessoal próximo com pessoas infectadas, ou por meio de tosse e/ou espirro de pessoas infectadas e, ao tocar objetos e/ou superfícies contaminadas e em seguida tocar a boca, nariz ou os olhos. Por isso, a OPAS e a OMS, dentre tantas outras orientações, recomendam buscar informação em fontes confiáveis. E esse, inclusive, é um dos serviços que nós, bibliotecários, prestamos.

Também no âmbito brasileiro, a IFLA publicou o documento “A Covid-19 e o Setor de Bibliotecas em Termos Mundiais²”, tendo como base as informações da própria IFLA. A Fiocruz também publicou um documento intitulado “Relatório da Fiocruz³”, que discute o isolamento social e a gestão de riscos, além de observar as determinações impostas pelos governos estaduais no que se refere à redução das atividades comerciais não essenciais, à restrição de transporte público, a proibição de eventos, cultos e reunião de pessoas, entre outras ações.

Então, vejam que ao retornar às atividades, mesmo com essa pandemia, se, por exemplo, um governador de um estado ou um prefeito estabelecer que aquela biblioteca pública irá funcionar, que as escolas irão funcionar, imaginem as pessoas em grande circulação com uso de transportes públicos, muitas vezes se protegendo, mas em outros momentos não se protegendo. Imaginem como esse vírus pode se propagar ainda mais e termos uma segunda onda no nosso país, o que seria bastante perigoso e bastante triste também se não temos, por exemplo, um antídoto (uma vacina) para combater esse mal, apesar dos estudos científicos, que já estão até bastante avançados em nosso país.

Segundo a IFLA, o fechamento das bibliotecas no mundo enfrenta dificuldades e dúvidas sobre quais serviços oferecer, de que forma, variando de restrições mínimas até o fechamento total. O Sistema de Bibliotecas Públicas, na grande maioria dos países, está fechado. As bibliotecas escolares fecharam devido à suspensão das aulas nas escolas. Este fato também aconteceu com as bibliotecas universitárias – com o

² Ver em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/571649/COVID-19_Biblioteca_IFLA.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

³ Ver em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/relatoriocepedes-isolamento-social-outras-medidas.pdf>.

fechamento das universidades – e, da mesma forma com as bibliotecas nacionais fechadas ao público.

O fechamento das bibliotecas em suas diferentes tipologias gerou diversos cenários e contextos. Às bibliotecas e aos bibliotecários foram exigidas atividades diferenciadas nesta situação de pandemia. Os cuidados em relação às bibliotecas devem seguir recomendações, tais como garantir acesso aos materiais de higiene, por exemplo, o fornecimento de sabão e água para lavar as mãos, e que servidores e usuários tenham condições de recuperação se estiverem doentes, não frequentando a biblioteca. Manter as superfícies limpas, incluindo brinquedos e computadores, e disponibilizar páginas com *links* úteis para informações confiáveis aos usuários em seus *websites* são algumas dentre tantas outras recomendações para inibir a disseminação desse vírus.

Ainda sobre esses recursos, a IFLA afirma que as autoridades de todo o mundo estão trabalhando para reunir informações sobre o número de testes, de infecções e suas consequências. Antes de tudo, deve-se consultar as autoridades de cada país para obter essas informações, pois estas devem ter os dados atualizados, tendo em vista os protocolos diferenciados aplicados nos mais diferentes locais do mundo, em relação aos cuidados com a pandemia da covid-19, que assola os países e suas populações. O CFB sugere que cada tipologia de biblioteca se adéque às diretrizes do seu estado, do seu município e da sua instituição, segundo a tipologia e, também, a dependência administrativa de cada biblioteca. No caso de outras unidades de informação de instituições privadas, estas devem seguir, do mesmo modo, os devidos protocolos de higiene, higienização e preservação da saúde.

MAS O QUE FAZER NESSES TEMPOS DIFÍCEIS?

O que fazer com as bibliotecas, seus acervos, mobiliários, as relações com os usuários e o pessoal da biblioteca? Esse é o verdadeiro desafio para nós, bibliotecários, durante esta pandemia. E é um grande desafio! Foi, está sendo, e será, até esta pandemia terminar, um grande desafio para todos os profissionais que atuam nas bibliotecas.

Quando passarmos esse tenebroso período de pandemia, as bibliotecas devem ser devidamente higienizadas, assim como seus mobiliários. Os itens do acervo devem também ser higienizados e aqueles itens que estavam em circulação devem ser postos em quarentena, pois o livro é um dos vetores de transmissão do vírus.

Os profissionais das bibliotecas devem utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPI), e os usuários também devem estar protegidos com o uso de EPI. Em relação aos mantenedores das bibliotecas, a segurança deve ser uma prioridade básica para qualquer empregador, para qualquer gestor de qualquer organização e instituição. E para manter um ambiente de trabalho seguro para os empregados, servidores e funcionários, o uso desses EPI deve ser obrigatório em situações em que as medidas de segurança coletivas não evitam totalmente os riscos. E os riscos devem ser mitigados pelos gestores das organizações e instituições que mantêm as bibliotecas por meio de uma política de governança e gestão de riscos.

O risco é o efeito da incerteza nos objetivos ou a possibilidade de que o evento ocorra e afete positiva ou negativamente os objetivos das organizações. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a gestão de riscos é definida como atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere aos riscos.

Os bibliotecários brasileiros, a nosso ver, têm demonstrado suas competências e habilidades para lidar com questões inesperadas,

como é o caso desta pandemia. A cada dia este profissional tem se reinventado, vem inovando o seu fazer cotidiano. Isto pode ser percebido por meio das atividades de tratamento remoto da informação, atendimento virtual dos usuários, nas atividades de contação de história por meio de *lives*, nos serviços de referências virtuais, na análise de fontes de informação para combater as *fake news* e a desinformação. E o que é mais interessante, o que é mais comovente, o que é mais interessante de se ver, é como os bibliotecários, de uma maneira geral, compartilham as suas experiências, compartilham as novas descobertas com seus pares, aprendemos a cada dia uns com os outros.

Não temos as respostas para tudo, então à medida que vamos experimentando, que vamos refletindo, vamos replanejando o nosso fazer, conseguimos chegar a um termo que dá certo, e disseminamos para os nossos pares. Isso tem sido muito importante e um alento para muitos profissionais solitários. Porque no Sistema de Bibliotecas Públicas Universitárias, por exemplo, temos os nossos pares, uma rede de profissionais que sempre se ajuda mutuamente, porém há bibliotecas onde apenas um bibliotecário atua, precisando este profissional dialogar com seus pares. As redes sociais são uma ferramenta importantíssima para aprendermos cada vez mais, no dia a dia desta pandemia que enfrentamos.

Nesse período de pandemia, há bastante treinamento sobre as relações do pessoal das bibliotecas e outras unidades de informação com os usuários, e muitos destes se mostraram satisfeitos com os serviços prestados por suas bibliotecas, pelos bibliotecários que os atendem. As bibliotecas, bibliotecários e técnicos têm trabalhado arduamente de maneira significativa para fomentar e contribuir para o desenvolvimento das pessoas, da educação, das ciências e da cultura.

Por outro lado, como tem sido o trabalho com usuários que não têm acesso às Tecnologias de Informação e da Comunicação? Muitas bibliotecas públicas e comunitárias, em cada parte desse nosso país, que tem dimensões continentais, têm trabalhado em prol daquelas pessoas que vivem em situação de desvantagem e vulnerabilidade social, fazendo campanhas, prestando solidariedade, arrecadando mantimentos, angariando doativos, material de higiene pessoal, itens de limpeza para casa, com e por meio de algumas atividades coletivas, levando alento àqueles que necessitam. Toda essa experiência nos fará crescer enquanto pessoas, enquanto profissionais e, sem sombra de dúvida, nos proporcionará ver a vida, o mundo, sob uma nova perspectiva, que nos permitirá produzir conhecimento sobre a biblioteconomia e a covid-19 e aprender a conviver e a trabalhar no chamado “novo normal”.

Muito obrigado!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de julho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 8366, 19 ago. 1965.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 7149, 2 jul. 1962.

BRASIL. Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e determina outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 120, 26 jun. 1998.

CFB. *Manual do Sistema CFB/CRB*. Brasília, DF: CFB, 2010.

CFB. Resolução nº 179, de 26 de maio de 2017. Aprova o Regimento Interno do Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 222, p. 120-128, 2 jun. 2017.

CFB. *Sobre a pandemia COVID-19 e as bibliotecas*. Brasília, DF: CFB, 2020.

O CFB: histórico. *Conselho Federal de Biblioteconomia*, Brasília, DF, [20--].

Disponível em: http://www.cfb.org.br/html/historico_03.asp.

Acesso em: 24 out. 2019.

▼ CAPÍTULO 2

Atuação profissional e os impactos da covid-19

Ações dos movimentos associativos

Sigríd Karin Weiss Dutra



A pandemia da covid-19 impactou o mundo a partir de 2019, impondo uma nova maneira de conduzir nossas rotinas, em permanente cuidado consigo e com os demais. Nós que trabalhamos em bibliotecas tivemos que nos reinventar para manter e ampliar a aproximação com as nossas comunidades. Esse período foi também de muito aprendizado, pela própria e inusitada situação em que no momento nos encontrávamos, mas também pela intensificação do uso das tecnologias de comunicação para estarmos em contato. Ao mesmo tempo, essas tecnologias nos permitiram os meios para nossa atualização e capacitação, além de oferecer os serviços das bibliotecas.

Nesse contexto, surgiu o convite para participarmos de uma *live* do Projeto de Extensão Sala Aberta, do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), projeto este que produziu a Série Bibliotecas, Arquivos e Museus: possibilidades de acesso e uso pós-pandemia, objetivando estimular as discussões sobre a atuação e as políticas para o acesso e uso desses espaços de informação, cultura e memória, bem como a possível reconfiguração de seus produtos e serviços no contexto pós-pandêmico.

A minha atuação no movimento associativo me permitiu e me motivou, inicialmente, a apresentar um pouco sobre a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU). A FEBAB é uma federação que já está completando 60 anos e que trabalha com dois grandes focos: o primeiro é o “*advocacy*” por mais e melhores bibliotecas; e o segundo foco está no desenvolvimento dos profissionais que atuam nos espaços das bibliotecas. A federação é formada por 16 associações de bibliotecários membros, de 16 estados brasileiros, tendo cinco comissões

brasileiras e também seis grupos de trabalho temáticos. Todas as informações estão disponíveis em seu *site*¹.

A CBBU é uma das comissões mais antigas da FEBAB, foi criada em 15 de janeiro de 1987, durante o V Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), realizado na cidade de Porto Alegre. Desde então, trabalha com a missão de incentivar a cooperação e o compartilhamento de serviços e produtos; a realização de projetos e pesquisas; a elaboração de editoração de documentos técnico-científicos; a organização de eventos; a consolidação da educação continuada, e a representação das bibliotecas universitárias junto aos órgãos governamentais e à comunidade científica brasileira.

A CBBU tem como canal de comunicação seu *site*² e está também na rede social Facebook³. Em breve deve estar também no Instagram. Temos uma revista, a *Revista Informação & Universidade* (RevIU)⁴, que possui chamadas abertas, em fluxo contínuo, para que as bibliotecas possam relatar suas experiências e suas vivências, por exemplo, com a pandemia da covid-19.

A comissão tem desenvolvido alguns programas interessantes. Um deles, um programa de imersão em Bibliotecas de Instituições Brasileiras de Ensino Superior (MOBIB), pensado para trazer contribuições ao desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras, mediante a possibilidade de mobilidade dos profissionais, bibliotecários e de outras áreas, que atuam nas bibliotecas universitárias, visando contribuir com o seu aperfeiçoamento, por exemplo, quando o profissional tem a

¹ Ver em: <https://febab.org/>.

² Ver em: <http://www.febab.org.br/cbbu/>.

³ Ver em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100063716943547&sk=about>.

⁴ Ver em: <http://reviu.febab.org.br/index.php/reviu>.

oportunidade de passar alguns dias em uma biblioteca de outra instituição para conhecer alguma atividade inovadora que possibilite a contribuição para a sua instituição. O MOBIB foi muito positivo. Infelizmente, quando estava para ser lançada a segunda chamada do programa, em 2020, aconteceu a pandemia. Então, por um tempo tivemos que suspender o programa.

A demanda pela aquisição de *e-books* se intensificou e se constituiu ainda em um desafio para as bibliotecas. Os preços absurdos e os modelos de negócios para os *e-books*, hoje praticados no Brasil, principalmente os nacionais, que agora passaram a ser muito demandados nas universidades depois que o ensino passou do presencial ao remoto, dificulta o acesso às bibliografias básicas das disciplinas dos cursos.

Sobre as dificuldades advindas dos modelos de negócio, Strehl (2020) apresenta algumas limitações, como a indisponibilidade dos livros para acesso institucional, modalidade de contratação nem sempre adequada para o conteúdo das publicações e falta de flexibilidade no modelo de seleção de títulos. E ainda, a aquisição de *e-books* mais do que a simples contratação dos títulos desejados, demanda investimentos para a oferta de sistema de busca integrada que contemple às diferentes formas de acesso oferecidas pelos diferentes fornecedores.

Na CBBU, o tema dos *e-books* também está presente nos debates. É uma preocupação da própria FEBAB. Estamos discutindo isso há algum tempo, e já estamos com uma ação que é buscar parceria com alguns editores. A CBBU já tem uma parceria com o Grupo Gale, que tem um preço diferenciado para todas as bibliotecas membros. Iniciativas como esta, que visam suprir as demandas de conteúdos das bibliotecas de forma mais econômica, de forma consorciada, são uma das alternativas que deve ser ampliada.

Outras alternativas também estão sendo buscadas, como se engajar em movimentos que já estão acontecendo no país, junto ao

Ministério da Educação, para abrir possibilidades de ampliar os recursos para as bibliotecas nesse momento, tendo em vista as novas modalidades de ensino cada vez mais presentes nas nossas instituições. Pois já existiam atividades de ensino à distância nas universidades, mas agora isso foi muito ampliado. Estamos em diálogo, nos engajamos, estamos procurando ver se as bibliotecas, principalmente as das Instituições Públicas de Ensino Superior, têm algum benefício durante esse ano de tantas dificuldades.

Algumas editoras surpreenderam e, durante a pandemia, tiveram algumas ações muito generosas, colocando seus conteúdos disponíveis gratuitamente para as bibliotecas, permitindo que as pesquisas nas universidades não parassem nesse tempo. O vírus chegou e nos pegou meio que de surpresa. E certamente ninguém planejou isso, nem para sua vida, nem as bibliotecas consideraram passar por algo semelhante. Certamente, a pandemia vivida a partir de março de 2020, associada à covid-19, gerou mudanças ao nível global, passando para um contexto marcado por uma crise social, econômica e política.

A adoção de medidas extraordinárias de distanciamento social e a quarentena trouxeram também novos desafios às bibliotecas e outros equipamentos culturais. As bibliotecas universitárias, em sua maioria, se encontravam totalmente despreparadas, sem os espaços que permitissem o isolamento ou quarentena de seus objetos, e ainda sem as medidas básicas de biossegurança, quer seja para proteção de seus trabalhadores quer seja para a preservação de seus patrimônios.

Gradualmente, fomos assimilando. “O que é isso? O que isso significa?”. E foi muito importante nesse momento a nossa atuação profissional, nossa atuação com responsabilidade e visão social, porque essa pandemia deixa alguns resultados que vão impactar muito, como já impactaram na nossa vida e na de nossas instituições.

E aqui abro um parêntese para falar da questão do envolvimento das bibliotecas com a Agenda 2030. A International Federation of Library Associations (IFLA) fez um grande movimento de “*advocacy*” e de militância junto à Organização das Nações Unidas (ONU) para que as bibliotecas fossem contempladas na agenda.

Para auxiliar as bibliotecas no entendimento e para motivar a adesão à Agenda 2030, a IFLA disponibilizou um conjunto de ferramentas com o propósito de apoiar o trabalho de *advocacy* para a inclusão das bibliotecas e o acesso à informação como parte dos planos de desenvolvimento nacionais, regionais e institucionais. Uma grande campanha ao nível mundial para as bibliotecas perceberem o seu papel nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

A FEBAB atua como braço brasileiro da IFLA, participando de algumas comissões e reverberando o que a IFLA produz, traduzindo os materiais para que os bibliotecários falantes da nossa língua possam aderir ao chamado da Agenda 2030. Isso pode ser percebido claramente nos dois últimos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBDs), cujos temas foram bem nessa linha.

Em tempos de covid-19, o desafio social é muito grande, e vemos que os números apontados impressionam. Sabemos que em 2020 teremos 11,6 milhões a mais de desempregados do que já se tinha em 2012. Segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), a pobreza na América Latina aumentará 4.4 pontos percentuais, significando 28,7 milhões de pessoas a mais indo para a linha da pobreza e da pobreza extrema. Também deve haver outro aumento que chegará a 15,9 milhões de pessoas na pobreza. Estima-se, com isso, que 83,4 milhões de pessoas serão afetadas na América Latina.

No Brasil, os números também nos assustam. Todo dia ficamos impressionados com o número de pessoas que perdem suas vidas, e como profissionais da informação não podemos nos omitir diante disso

tudo, desse cenário que está posto. Temos a missão de disseminar, de facilitar o acesso às informações fidedignas, informações embasadas na Ciência e, também, de atuar fortemente no combate às *fake news*.

O bibliotecário tem que ser um líder no uso ético da informação, e um agente de transformação social. Não podemos esquecer esses dois papéis que somos chamados a executar mais fortemente a cada dia. Em meio às notícias falsas, as habilidades do bibliotecário são importantes, e ele precisa ter domínio nas competências em informação e atuar no desenvolvimento dessas competências no seu ambiente de atuação.

O papel que o profissional da informação assume diante de tal cenário prevê tarefas múltiplas e um maior cuidado no atendimento das necessidades informacionais do seu público. É preciso disseminar informações confiáveis, mas também é preciso manter a liberdade de acesso a qualquer caminho informacional. No entanto, defende-se que desconsiderar a desinformação como uma forma de informação é uma ação necessária para superar a crise informacional dos meios digitais (Ripoll; Mattos, 2020, p. 103).

Além de todas as informações sanitárias que podemos passar para as pessoas, também podemos ajudá-las com informações significativas na área econômica e social. As pessoas precisam de informações sobre sua realidade, para o seu dia a dia. Sobre economia, por exemplo, considerando tanta gente sem trabalho. Precisamos saber orientar as pessoas nos seus direitos, onde e como elas podem buscar apoios e auxílios oferecidos pelos programas sociais.

Também, outro papel de vigilância que temos que fazer: muitos direitos garantidos na Constituição estão sendo perdidos. E a gente terá que ficar alerta para buscar o retorno desses direitos que as pessoas

estão perdendo. Elas precisam saber em que situação se encontram e as bibliotecas públicas, principalmente, são um espaço muito apropriado para esse tipo de informação. Não que as outras não tenham ou que não possam fazê-lo, pois, nesse momento, devemos apoiar e acolher parte daquela população que fica mais distanciada, aquela que não está incluída digitalmente, pois sabemos que muita gente ainda não tem acesso à internet.

Cada um de nós, na sua biblioteca, independentemente da tipologia, deve detectar oportunidades nesse momento e fazer a diferença. Porque no mundo a gente vê acontecendo várias coisas interessantes, a exemplo de como bibliotecas públicas se transformaram em centros de recolhimento de doações. A biblioteca pública, uma das tipologias de biblioteca, é a mais capaz de contribuir com a reconstrução do tecido social que está fragilizado, sobretudo com a pandemia. Nossas bibliotecas têm que se transformar em lugares de escuta, pois na hora que abrimos as portas, teremos certamente muitas histórias para ouvir e teremos que ouvi-las.

Somos chamados cada vez mais a exercer a nossa capacidade de reação e a nossa criatividade. Voltando ao dia 16 de março de 2020, dia em que as portas das bibliotecas se fecharam, mesmo sem nenhuma recomendação para um momento de pandemia, mas, seguindo todas as orientações das autoridades sanitárias e dos governantes, as bibliotecas fecharam. Não tínhamos um protocolo de ação definido para fechar a biblioteca diante de uma pandemia, porém, de certa forma, todas as bibliotecas conseguiram gerenciar de uma maneira excelente o fechamento das suas instalações.

Depois, veio o momento de incorporar as novas práticas, porque a gente sentiu que não podia deixar a nossa comunidade sozinha. Sabemos que, em nossas bibliotecas, muita gente está fazendo acontecer coisas maravilhosas. Muita gente já fazia, nada é muito novo, mas

estamos intensificando o relacionamento com o usuário, usando toda a tecnologia que está disponível a nosso favor. Então, bibliotecas em todo o mundo vêm trabalhando arduamente para fornecer acesso remoto às coleções e serviços. A tecnologia foi nossa grande aliada por servir também para diminuir o distanciamento social pelas videochamadas, que nos permitiram conversar com os nossos familiares, com nossos amigos e nossos usuários.

A pandemia também trouxe à comunidade global das bibliotecas o repensar para se adaptar a todas essas novas práticas. Nas bibliotecas universitárias isso não tem sido muito diferente. Todas as atividades de promoção da marca da biblioteca, os serviços digitais, as redes sociais, intensificaram a divulgação e a comunicação. Vemos muitos profissionais compartilhando seus conhecimentos em *lives*, realizando contação de histórias, clubes do livro etc.; os eventos presenciais que foram cancelados se transformaram em eventos virtuais. Uma gama de serviços remotos fora ampliada. Muitas dessas ações já ocorriam antes da pandemia, mas a tecnologia nos permitiu levar isso a uma quantidade maior de pessoas.

Em paralelo, as bibliotecas começaram a ter preocupações com a volta das atividades. Como voltar quando isso tudo passar? Então, nessa tentativa de trazer algumas contribuições, muito se discutia sobre os protocolos, tal como a questão de não poder receber o livro imediatamente na devolução do empréstimo e ter que deixá-lo em quarentena. Tudo isso foi sendo muito bem esclarecido em muitas *lives* e passou a ter muita coisa escrita. Na lista da CBBU, essa era a tônica. Diante disso, tomou-se a decisão de construir um documento com as recomendações mínimas para orientar as bibliotecas.

Foi criado o documento “Recomendações para as bibliotecas universitárias”, que, claro, cabe para qualquer tipo de biblioteca. Foi um documento bem genérico para cada biblioteca adaptar a sua realidade,

considerarando todo o conhecimento adicional que vinha se agregando durante esse tempo. Diversos estudos foram publicados por diferentes instituições. O projeto REALM (Reopening Archives, Libraries, and Museums – Reabertura de Arquivos, Bibliotecas e Museus), em uma pesquisa em parceria da OCLC e do Battelle, uma organização científica independente, realizou oito estudos que forneceram informações sobre quanto tempo o vírus SARS-CoV-2 pode sobreviver em materiais comuns a arquivos, bibliotecas e museus. Estes resultados, adaptados para cada realidade, orientaram muitas bibliotecas, arquivos e museus em todo o mundo.

Acreditamos que cada biblioteca trabalhou muito, e continua trabalhando muito. Em nosso caso, onde trabalho, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi criado o Grupo de Trabalho Bibliotecas Universitárias de Prevenção à Covid-19⁵, que realizou estudos e definiu protocolos e orientações necessárias.

Todos estão empenhados nesse trabalho. No caso da BU/UFSC, já havia um documento que trazia as políticas para ações diante de qualquer situação, diferente das situações normais, a qual é o nosso Plano de Gestão de Riscos, atualizado, inserindo-se a questão de pandemias e outras situações de desastres naturais.

As bibliotecas passaram, então, a definir as suas diretrizes e protocolos para voltar às atividades presenciais, embora ainda sem um cenário favorável para um retorno imediato, mas espera-se que um dia as bibliotecas retomem plenamente as atividades presenciais. Logo, é importante planejar para que isso ocorra de forma o mais fluida possível (Soares *et al.*, 2020).

⁵ Ver em: <https://portal.bu.ufsc.br/conheca-a-bu/comissoes-de-trabalho/gt-bu-de-prevencao-a-covid-19/>.

Outra questão importante é a oferta de serviços digitais e de conteúdos digitais. Isso nos leva a pensar em duas coisas: uma é o alcance disso, e a outra é a exclusão digital que também proporciona. Uma parte da população ainda não tem acesso à internet, então temos que considerar essa questão dos que não estão digitalmente incluídos, e agir em paralelo às instâncias governamentais para que essa questão se resolva.

A internet deve estar disponível para todos. Esta pandemia excluirá tanta gente, não pode haver mais exclusão por conta do contexto digital. E, também, a questão do direito autoral é algo que está sendo bastante discutido, uma vez que as bibliotecas estão atendendo os usuários remotamente, e fica sempre a pergunta se pode compartilhar determinados conteúdos. Essa questão da legalidade também é um assunto bem importante a ser tratado.

Ressalto que a IFLA liderou a elaboração de uma carta dirigida à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para facilitar, nesse momento de pandemia, a questão do compartilhamento de conteúdos, uma vez que as leis de direito autoral de quase todos os países são muito rígidas, não têm muita flexibilidade. Então em resposta a esse pedido da IFLA, numa carta, o diretor-geral da OMPI destacou a importância das exceções e limitações para garantir o acesso em tempos de pandemia. A questão das limitações e das exceções já é uma coisa que a IFLA vem discutindo há muito tempo, e produzido documentos sobre isso.

Ao pensarmos no retorno ao final desse período pandêmico, embora não soubéssemos quando iríamos voltar, tivemos que pensar sobre o retorno, muitos perguntaram como iremos lidar com as consequências psicológicas dos usuários e das nossas equipes. Porque todo mundo não é, e não será, mais o mesmo após passar por essa experiência. Certamente, nós mesmos mudamos em algumas coisas e refletimos

bastante sobre outras. As pessoas ao retornarem às atividades cotidianas precisam se sentir à vontade para visitar os espaços públicos das bibliotecas. Os bibliotecários precisam se adaptar a uma nova forma de trabalho e precisamos pensar como preservar tanto as nossas equipes de trabalho quanto as pessoas que vão chegar às bibliotecas.

Tivemos tempo para começar a construir nossos protocolos. Sabemos que as bibliotecas vão começar a abrir por etapas. Não será uma abertura assim: “abrir a porta e pode entrar todo mundo”; já sabemos disso também. Levará ainda um tempo para as bibliotecas representarem novamente toda aquela vida, cheia de gente, sempre alegres, vendo as bibliotecas cheias. Isso levará um tempo. Há muito o que se pensar sobre como funcionar e manter as pessoas seguras.

Há bibliotecas que estão falando em diferenciar horários de atendimento para crianças, para idosos, e assim por diante. Então, temos que pensar no risco potencial das pessoas e das nossas equipes. Mas o que a gente sabe é que as bibliotecas terão ainda muito mais a aprender. A covid-19 foi uma grande lição para todos, e se faz necessário refletir sobre o que a gente aprendeu com essa situação, de como usaremos toda essa informação no planejamento de uma resposta em outra emergência no futuro.

É apropriado perguntar o que as bibliotecas podem fazer em curto e em longo prazo para adaptar os espaços e comportamentos, a fim de garantir que as nossas comunidades permaneçam seguras e resilientes diante de futuras pandemias. Pergunto: o que podemos fazer enquanto bibliotecas? Em primeiro lugar, nunca esquecer que o protagonista da biblioteca é um indivíduo. As coleções e os serviços devem estar disponíveis para ele, a serviço do indivíduo, do usuário. Dando mais evidência ao nosso papel, ao apoiar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Precisamos reconhecer que a biblioteca é parceria estratégica, admitir esta parceria e assumir este papel, pois se nossos serviços não estiverem alinhados com o que o usuário quer e precisa neste momento, então os serviços das bibliotecas não têm nenhum sentido. É necessário nos posicionar em nossa função perante a sociedade, pois se esta, de certa forma, ainda não conseguiu identificar que a biblioteca é essencial, torna-se ainda mais fundamental o nosso reposicionamento.

Essa é a concepção que permeia todas as ações da FEBAB, suas comissões e seus grupos de trabalho. Concluindo, quero dizer que a falta das bibliotecas, as portas das bibliotecas fechadas, representam muito mais do que a falta de serviços da biblioteca. Sentimos falta do senso de comunidade e a falta de frequentar o espaço comum e livre. Então, mesmo que não saibamos o nome de cada pessoa que frequenta nossas bibliotecas, acabamos desenvolvendo um relacionamento e criando um senso de comunidade.

E assim, quando tudo isso passar, quando voltarmos para as nossas bibliotecas, será que elas serão as mesmas? Será que estaremos simplesmente voltando para o mesmo lugar, cujas portas fecharam em março de 2020? Quais bibliotecas ofereceremos às nossas comunidades, nossos usuários, a partir de agora?

REFERÊNCIAS

CBBU; FEBAB. *Recomendações da Comissão Brasileira de Bibliotecas para elaboração de planejamento de reabertura das bibliotecas universitárias*. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://reviu.febab.org.br/index.php/reviu/article/view/43/38>. Acesso em: 10 jul. 2020.

OCLC. *REALM Project: Reopening Archives, Libraries, and Museums*. Ohio, 2020. Disponível em: <https://www.oclc.org/realm/home.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

IFLA. *As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU*. Tradução de Bruno Duarte Eiras, José Antônio Calixto e Sandra Moura Dias. Den Haag: IFLA, 2019. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RIPOLL, L.; MATOS, J. C. O contexto informacional contemporâneo: o crescimento da desinformação e suas manifestações no ambiente digital. *Informação@Profissões*, Londrina, v. 9, n. 1, p. 87-107, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/38212/pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SOARES, J. *et al.* Experiências do GT BU de prevenção à Covid-19 da UFSC. *RevIU: revista informação e universidade*, São Paulo, v. 2, p. 1-21, 2020. Número especial: Dossiê COVID-10. Disponível em: <http://reviu.febab.org.br/index.php/reviu/article/view/41>. Acesso em: 11 jul. 2020.

STREHL, L. A infraestrutura e a cultura de e-books em bibliotecas universitárias: pressões de uma pandemia. *Blog Bibliotecas e devaneios*, Porto Alegre, 25 abr. 2020. Disponível em: <https://bibliotecasedevaneios.com.br/2021/04/25/a-infraestrutura-e-a-cultura-de-e-books-em-bibliotecas-universitariaspressoes-de-uma-pandemia>. Acesso em: 10 jul. 2020.

▼ CAPÍTULO 3

Preservação da memória social no pós-pandemia da covid-19

Contexto e atuação do Arquivo Nacional

Aluf Alba Vilar Elias



O ARQUIVO NACIONAL

De modo geral, a missão institucional do Arquivo Nacional é garantir à sociedade e ao Estado o direito constitucional à informação, por meio do acesso aos documentos da administração pública, contribuindo assim, para a consolidação do Estado democrático de direito. A instituição também circunscreve sua atuação internacional representando o Brasil junto a organismos como o Conselho Internacional do Arquivo (ICA), a Associação Latino-americana de Arquivos (ALA), a Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF) e, também, do IBERArchivos.

Do ponto de vista da infraestrutura, é importante dizer, pois este é um dos maiores desafios, que o Arquivo Nacional gerencia aproximadamente 50 mil metros quadrados de área construída, e destas, quase a metade é de patrimônio tombado distribuídos entre a sede, que fica no Rio de Janeiro, e a regional, situada em Brasília.

Para a realização da missão institucional, há três grandes eixos de atuação, que, grosso modo, são a tríade de um serviço de arquivo: gestão de documentos, o processamento técnico e preservação do patrimônio documental e a difusão desse patrimônio.

Seu acervo físico tem dimensão extraordinária, tanto em relação ao conteúdo quanto ao tamanho: são mais de 60 quilômetros de estanteiras. Portanto, gerenciar suas dimensões, resguardadas as especificidades de cada atividade finalística do órgão, numa circunstância inédita de desocupação dos espaços pelos seus especialistas e colaboradores, em virtude da crise sanitária, mostrou-se um grande desafio não só para a instituição, mas para todos os profissionais que administram acervos e patrimônio memorialístico e/ou cultural.

Além do acervo textual, o Arquivo Nacional custodia documentos iconográficos (são milhões de fotografias, negativos, cartazes etc.), documentos cartográficos, documentos audiovisuais (sendo o segundo

maior arquivo de filmes do país), documentos sonoros, obras raras e bibliográficas, além de uma biblioteca muito potente. Em relação ao acervo digitalizado e/ou digital, seu armazenamento e preservação, desde 2019, como fruto do Programa AN Digital, tornou-se parte das operações de povoamento ou admissão junto ao Repositório Digital Arquivístico Confiável (RDC-Arq), que conta atualmente com milhões de objetos digitais. Esse avanço se deu graças aos investimentos efetuados nos últimos anos em espaço de armazenamento (*storage*), tecnologia da informação, estudos e pesquisas.

OS DESAFIOS DA COVID-19

A catástrofe sanitária, que pegou a todos de surpresa, determinou a interrupção temporária das atividades e serviços. Mas como desocupar um arquivo de seus especialistas e colaboradores? E o acervo? E as aferições e cuidados diários para sua manutenção? E os serviços de acesso, seja para documentação comprobatória ou pesquisas em andamento? Como remodelar as atividades presenciais para remotas? Estas perguntas acompanharam a insegurança do inesperado e a necessidade de decisões rápidas.

O Arquivo Nacional é diretamente vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, portanto, segue seus protocolos com alinhamento de ações e diretrizes. A partir da autorização para interrupção temporária dos serviços, os gestores do órgão começaram a pensar nas medidas protetivas e de segurança relativas ao acervo e em como seria a atuação em serviços considerados essenciais.

Uma das primeiras medidas foi imediatamente retornar com todo o acervo para a área de guarda. Havia uma infinidade de documentos prontos para serem consultados e, da mesma maneira, toda a

documentação que estava sendo processada e tratada pelos especialistas nas áreas técnicas. Havia a ideia de que se poderia ficar bastante tempo fora, e essa documentação, não poderia estar sem um controle físico, climático e biológico. Em sequência, começou-se a planejar o trabalho remoto e como se daria. Algumas equipes que atuam em trabalhos e intervenções exclusivamente físicas ficariam inviabilizadas? Questões como digitalização, restauração e descrição estariam prejudicadas? como reprogramar o planejamento em pleno desenvolvimento e as entregas pactuadas? Houve a necessidade de situar um novo plano de ação considerando também os investimentos, contratos e aquisições em curso e que não poderiam ser suspensos por fatores legais no serviço público.

A área de Administração conseguiu várias respostas no tempo necessário, de forma que o calendário pôde ser continuado. A área de Tecnologia da Informação (TI) foi importante para dar suporte à equipe técnica que ficaria em casa e teria suas atividades remodeladas, e, também, para manter funcionando, em qualquer eventualidade, as bases de dados, as redes sociais, e todo suporte tecnológico.

Houve a permanência de um número mínimo de servidores do gabinete da Direção-Geral, da TI, da Administração e da Preservação do Acervo. Esta equipe atuou no controle climático, em questões de vigilância do acervo, de segurança patrimonial, de continuidade de assuntos estratégicos ou administrativos e de agendas intransferíveis.

As equipes que que atuavam no processamento técnico passaram a ter foco de atuação na alimentação das bases de dados e fazendo grandes *uploads* de descritores e Objetos Digitais, porque isso tem um resultado direto para os consulentes. A equipe de preservação digital pode ter atuação preponderante no povoamento/admissão no RDC-Arq, bem como na organização dos Objetos Digitais armazenados nos diretórios.

Enfim, procurou-se adaptar vários tipos de frente de trabalho, como a revisão e formulação de guias de fundos e coleções, tudo direcionado para o cidadão que também estava *on-line*. O laboratório de química, por exemplo, começou a atuar em pesquisa voltada para higienização das áreas de trabalho e guarda, considerando a dificuldade de encontrar um produto/substância que possa agir para eliminação do vírus no documento e seus variados suportes. Os processos de recolhimento do acervo foram continuados no âmbito de sua formalização e serviços aos cidadãos foram priorizados por entender que além das questões formais há também o apelo emocional, pois quando se nota que as instituições de alguma maneira estão funcionando é indício que a vida está reagindo.

Nesse contexto, a virtualização é um imperativo: tudo precisa realizar-se *on-line*. O módulo de atendimento à distância, que antes era apenas para fora do Grande Rio, esteve aberto para todos. Serviços realizados a partir dos documentos digitalizados foram objeto de junção de equipes anteriormente em atividades distintas, sendo uma experiência muito produtiva que proporcionou o intercâmbio entre especialistas, oferecendo maior reforço nas entregas ao público. No que concerne às ações de difusão, promoveu-se em alusão aos 60 anos de Brasília um *wiki concurso*, baseado na questão da descrição colaborativa, que traz o usuário para dentro do processamento do material de arquivo e o faz sentir pertencente ao processo, imprimindo sua narrativa individual sobre aquele documento. Essas ações impulsionaram um aumento significativo de usuários *on-line*, não só nas bases de dados temáticas e no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), mas também nos portais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual seria o papel dos arquivos no controle e acesso das informações, no que tange à preservação da memória social pós-pandemia? Destaca-se, nesse sentido, o que consideramos, inclusive, patrimônios públicos: Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei de Arquivos.

Em momentos em que se observa um obscurantismo programado, a LAI é uma grande aliada. É por meio dela que o cidadão pode solicitar, a qualquer órgão de governo, o acesso a informações. Então, nesse momento, a LAI é um grande instrumento. Da mesma forma, quando se fala do papel dos arquivos no controle e no acesso da informação, temos que considerar a Lei de Arquivos e entender seu alcance específico. Por isso, buscou-se trazer a questão dos serviços de arquivo e das instituições arquivísticas, uma vez abordados aspectos relativos à produção, preservação e uso de informações, documentos, dados, base de dados produzidos durante a pandemia da covid-19 em diálogo com museus e bibliotecas.

Os arquivos têm uma ação bem localizada, é lógico que eles podem estar ampliados, mas quando tratamos o termo “localizada”, damos destaques às informações governamentais, do Estado. A partir disso, temos o Arquivo Nacional como unidade preponderante de duas grandes entidades: o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA) e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Quando se fala em serviços de arquivos, deve-se lembrar que a atuação do arquivo é demarcada desde a produção do documento. Neste sentido, quando esses serviços estão bem-posicionados nas instituições, haverá maior controle das informações proporcionando um resultado mais positivo naquilo que se constituirá, futuramente, memória, do ponto de vista da administração do Estado. Nesse processo, o Conselho Nacional de

Arquivos é incumbido também de estabelecer a política nacional de arquivos privados e não somente dos públicos.

O Arquivo Nacional pensou em algumas ações que pudessem ser empreendidas como, por exemplo, estabelecer marcadores nos documentos que deveriam passar por uma avaliação mais sensível, cuja abordagem histórica do período fosse o pilar para caracterizá-los como documentos de guarda permanente. Tal ação poderia favorecer estudos futuros de saúde pública, mas também testemunhar ações do Estado e sociedade civil.

Trazendo para discussão, muito se fala sobre dados como material de arquivo e diante de sua profusão na atualidade é necessário demarcar que, no caso de arquivos, não podemos incluir dados sem contexto. Nas agências de governo ou nas entidades civis, a pandemia produziu milhares de dados, sejam eles contextualizados ou não, que também são subsídios para grandes bases de dados que agrupam e cruzam informações que vêm de diversas proveniências e finalidades.

Esse é um grande desafio para os arquivos, pensando no recolhimento e na preservação. Porque esses dados contextualizados e, principalmente, as bases de dados têm a necessidade de uma estrutura de preservação que entenda, entre outros, sua estética, a forma que elas se apresentam esteticamente como documento histórico, como elas vão funcionar e como poderemos emulá-las assegurando sua integridade informacional e documental.

Temos, portanto, a questão da preservação dessas informações por várias instituições, não somente arquivos, mas grandes instituições de pesquisa que possuem centros de documentação potentes. O Instituto Butantã e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) estão diretamente ligados a pesquisas para a vacina, para protocolos sanitários. Além disso, temos as universidades, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Ministério da Saúde que também trazem muitas estatísticas.

O portal do SUS é muito informativo, com possibilidade de extrair dados disponibilizados em arquivos com formato aberto por qualquer pessoa ou entidade. Devemos imaginar o desafio que é estabelecer uma estrutura perene para preservação digital de portais multi-informativos. Por se tratar do Ministério da Saúde, órgão do Executivo Federal, é urgente que o Arquivo Nacional estabeleça uma agenda para pesquisas aplicadas que possa atender esta demanda.

Por fim, em relação às ações de preservação da história presente, o Arquivo Nacional e o CONARQ estimularam ações locais e, também, estudaram a possibilidade de preservação e guarda. Sobre a questão das ações locais, como exemplo, tivemos o projeto Testemunhos do isolamento, o qual é vinculado ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde se fez uma convocatória para depoimentos pessoais. Além disso, em 2020, o *Arquivo em Cartaz* – festival internacional de cinema de arquivo – foi remodelado para atuar totalmente virtualizado e o tema escolhido foi justamente os registros da pandemia, com intuito de buscar registros pessoais e, também, cinematográficos deste momento histórico traumático.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Conselho Nacional de Arquivos*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br>. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *DATASUS*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Painel Coronavírus*. [Brasília, DF], 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

▼ CAPÍTULO 4

Os arquivos da pandemia

Miguel Ángel Márdero Arellano



O que os arquivos estão realizando na pandemia? Qualquer evento nos causa algum tipo de emoção, algum tipo de reação, e como aconteceu esta vez, muitos passamos por essa situação de ter momentos de tristeza, de medo, de raiva, negando algumas coisas, incerteza e esperança também. Mas, em geral, nossas reações são normais, são humanas, temos que lidar com elas e com as situações que nos apresentam.

No caso específico de uma pandemia, sabemos que é um surto, uma doença que ocorre em uma ampla área geográfica e afeta uma proporção excepcionalmente alta da população. Neste caso, a partir do dia 10 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que estávamos na pandemia da covid-19, sendo que todos os países do mundo estão apresentando casos desta doença. Temos, então, que pensar como os arquivos estão passando por essa situação.

Um artigo publicado na *web* intitulado “É tempo de fechar os arquivos”, da Associação de Arquivistas do Canadá, menciona que é muito importante que os gestores dos arquivos e os usuários dos arquivos, compreendam a situação especial que se encontram como usuários e como gestores (Association of Canadian Archivists, 2020). Quando se fala desse tipo de situação, no caso dos arquivos no Canadá, eles falavam da ideia de quem está a frente da coleta e da feitura da curadoria tem que ser os arquivos, os arquivistas e os historiadores, além dos bibliotecários e dos museólogos.

Mas, é um tipo documental muito importante que está surgindo, produzido por pessoas e por instituições que estão enfrentando essa crise de saúde pública enquanto estão produzindo material: cartas, jornais, artigos, histórias orais em áudio e vídeo e nas mídias sociais, e isso é uma situação que está acontecendo em todo mundo. Os arquivos, na realidade, podem ajudar, agora, a educar e informar as decisões sobre a prevenção e a preparação para a pandemia também. Os arquivos

exercem um papel importante e que não pode ser negado, é preciso se pensar e se colocar nessa situação, no papel específico dos arquivos, dessas instituições de memória, no controle, no acesso, e na captação e recebimento de informações que estão surgindo nesta época especial.

Várias pessoas estão trabalhando com essa documentação, a exemplo de Mark Tebeau, pesquisador da Universidade do Arizona (*apud* Burch, 2020) – um dos diretores do projeto do arquivo virtual dessa universidade. Como arquivistas, registramos o que as gerações futuras vão se lembrar desta época. Muitas coisas vão desaparecer na internet, não vão poder ser preservadas e vão acabar sendo registradas ou fechadas em algumas bases de dados, e não se terá acesso a essas informações no futuro. Os arquivistas são essas pessoas que vão registrar e que vão dar este acesso a gerações futuras para se lembrarem desta época.

Há algumas iniciativas que estão surgindo no mundo, relacionadas a esta documentação de um tempo de crise, como o que estamos vivendo. Salienta-se que é uma documentação que tem que ser coletada, tem que ser guardada, arquivada, e de alguma forma, preparada para uma preservação em longo prazo. O momento atual é o de coleta, ou seja, instituições de memória estão coletando essas informações da internet, ou de outro tipo de mídia, para poder, assim, depois, criarem grandes acervos, especificamente sobre esse período que estamos vivendo.

Entre alguns exemplos está um projeto específico de memória pública (Association of Canadian Archivists, 2020) que já foi mencionado, sendo aquele que mostra os arquivistas do Canadá, que estão muito preocupados com a situação atual dos arquivos. Eles decidiram, desde março, fechar os arquivos. Fecharam, justificaram, colocaram o que a agência de arquivos públicos do Canadá deveria fazer. Falaram sobre as mudanças administrativas, como deveria ser feito o trabalho com as coleções e, também, algumas

referências sobre o que deveria ser feito nessa época; abordaram também algumas ações que já estão sendo desenvolvidas em outros lugares. Também dão conselhos sobre algumas atividades que os arquivistas poderiam fazer durante esse período: digitalizar algumas páginas, aprender sobre ferramentas.

O segundo exemplo é da Sociedade Americana de Arquivistas, que mostra o que se pode fazer, o que se pode sugerir aos arquivistas (Society of American Archivists, 2020). Este grupo apresenta um conjunto de ferramentas ou de recursos na internet que demonstram sobre como lidar com esses recursos, para trabalhar nos arquivos em época de crise. Neste *site* apresentam-se vários trabalhos como respostas imediatas: um sistema para poder gravar depoimentos das pessoas; como se faz a gestão destas coleções que estão aparecendo na internet; algumas formas de políticas e acordos que tem que ser também tratados, como se deve tratar os documentos digitais. Também apresenta um suporte emocional; o rastreamento de conteúdo na internet; e por fim, algumas listas para discussão sobre esses casos específicos.

O seguinte exemplo é o da iniciativa “pergunte a um bibliotecário” (Wright State University, 2020). Os bibliotecários também estão se preparando para esse tipo de situação, e estão tentando lidar com esse momento. Na Universidade de Wright, Ohio, se tem falado sobre como documentar uma história de uma crise pandêmica, como se envolver, como um sujeito pode doar sua história para a universidade, para a biblioteca, doar um vídeo, um áudio, ou documentar algo escrito. Essa é uma iniciativa que muitas bibliotecas americanas estão tomando neste tempo de pandemia.

Nesta mesma universidade, se tem falado sobre o projeto de coleta de memórias pandêmicas. Nesse projeto estão tentando levantar depoimentos importantes de pessoas da comunidade e, também, profissionais, e pessoas que trabalham com este tipo de situação, para poder doar

suas memórias para a biblioteca. Isso é uma iniciativa muito importante que pode ser feita também no Brasil.

A próxima iniciativa fala de um personagem do início do século, Donald McKinney Wallace. Ele é uma pessoa que estava na época da famosa gripe espanhola nos Estados Unidos e que fez seu diário e colocou-o à disposição das pessoas naquela época. Este é um dos poucos registros que se tem da gripe espanhola feito como um relato, um testemunho de uma pessoa que passou por isso (Powell, 2020). Wallace escreveu seus registros nos anos de 1918, e relatou tudo o que passou na gripe espanhola, nos Estados Unidos, e agora serve como um acervo histórico da Universidade de Wright também, para que as pessoas tenham conhecimento de como se relatava naquela época, em uma situação específica de pandemia. Na página da iniciativa, estão todos os registros, todas as coisas que ele relatou ter passado. Muitas coisas que ele passou, que menciona, são coisas que estamos revivendo nas notícias atualmente.

Também, os estudantes da Universidade de Neumann decidiram realizar uma ação por meio da rádio da universidade. Nessa rádio, eles fizeram entrevistas, fizeram também vários levantamentos com alunos, para conhecer quais seriam suas experiências com a vida em confinamento em decorrência da pandemia. Esse é um registro que a universidade está guardando, por meio de seus arquivos, para as futuras gerações (Bannan, 2020).

A próxima iniciativa tem um nome muito especial, sendo o nome do romance de Daniel Defoe, o mesmo escritor de Robinson Crusoe. No livro *Um Diário do Ano da Peste*, ele narra as experiências com a peste bubônica em 1665, em Londres, mesmo sendo uma criança quando isso aconteceu, ele guardou suas memórias e redigiu todas as experiências do seu tio. Neste diário, do ano da peste, Daniel Defoe conta tudo o que estava passando sobre a peste em Londres, quando morreram mais de

10 mil pessoas. E agora, a Universidade do Arizona, por meio de um projeto, fez um arquivo da covid-19, com historiadores, artistas, estudantes de graduação de 20 universidades; o arquivo já tem mais de 1.400 inscritos, com 500 colaboradores de todo o mundo que querem guardar suas memórias sobre a covid-19 (Arizona State University, 2020). Esse é um projeto que partiu do arquivo também, e que terá uma repercussão muito grande no futuro, porque está compartilhando sua história.

A Library of Congress também está muito preocupada em “Como vamos nos lembrar da Covid-19 no futuro?”, ou seja, o que vai nos ajudar na nossa memória social, nos anos futuros, nas gerações futuras? Assim, com essa iniciativa, as crianças de hoje podem não lembrar do que ocorreu, mas vão poder ler o que aconteceu nesta época, e verão que a situação foi bastante difícil. Para isso, a Library of Congress (2020) fez uma coleta, a partir do material do fotógrafo Camilo José Vergara, que documentou as casas, as máscaras, as crianças de máscaras, os profissionais de saúde; fotografias da situação do impacto econômico e, também, juntou isso com todos os acervos que a biblioteca está coletando da *web*, e de dados de mapas e outras instituições.

Também o Museu Nacional de História Americana está nos dando uma visão de que o mundo e as instituições estão se preocupando agora com as coleções da história oral das pessoas (Wu, 2020). Isso é algo que está acontecendo no mundo todo, mas no caso da Instituição Smithsonian, um museu, também está acontecendo a coleta de objetos e várias coisas, itens pessoais que podem ser usados na montagem de exposições em bibliotecas e na produção de artigos, vídeos e áudios. Isso será muito interessante no futuro, enquanto se tenha essas informações bem coletadas e bem-organizadas. O Smithsonian trabalha com instituições e, também, com artistas, com pessoas comprometidas com a situação atual, com o registro da situação atual.

Pelo lado comercial, pode-se falar do *Storycorps*, um aplicativo *web* que ajuda a fazer entrevistas. Você faz uma entrevista, você registra as perguntas, o aplicativo guarda e te oferece a opção de enviar a entrevista para os arquivos da Biblioteca do Congresso Americano. Isso permitirá que um dia se tenha todo um conjunto de áudios baixados pela internet, baixados pelo celular e que vai para a Biblioteca do Congresso Americano.

“O Projeto da História Oral da Covid-19” também é muito interessante de se conhecer; as pessoas estão trabalhando nele na Universidade de Indiana, no *campus* de Indianápolis (Indiana University – Purdue University Indianapolis, 2020). Eles têm um projeto de história oral, no Instituto de Artes e Humanidades. Foram selecionados vários professores e estudantes de pós-graduação e lhes perguntaram como poderiam fazer uma coleta rápida, de respostas rápidas das experiências sobre a covid-19. Então, fizeram esse projeto de coleta de respostas rápidas, que está na internet, para poder fazer uma coisa dinâmica, que as pessoas consultassem no futuro. O projeto tem todas as dicas de como abordar, como fazer a entrevista, com uma bibliografia também muito interessante, com o título e o grupo de pesquisa que realizará isso.

E por último, temos o projeto Atlanta Corona Collective, um projeto em que as pessoas documentam, de alguma forma, os conflitos sociais, econômicos e políticos nas comunidades; também, o projeto preserva essa experiência em qualquer formato: objeto, vídeo, áudio, fotografia, papéis, história digitalizada, digitadas, e qualquer outra coisa que relate as reações das pessoas (Atlanta History Center, 2020). Fazer essa coleta de itens físicos produzirá uma repercussão muito grande no futuro, porque será uma fonte de informação.

Existem mais recursos na internet, como “O mapa de arquivos na Pandemia” (Internacional Council on Archives, 2020) no qual se pode registrar o que seu arquivo está efetuando na pandemia. Os arquivos

são pesquisáveis no mapa, você pode registrar seu arquivo e dizer o que está fazendo durante a pandemia. O Brasil já registrou quatro instituições arquivísticas, quatro ou três arquivísticas, que relataram o que está acontecendo nos seus arquivos. A Câmara dos Deputados está registrada como “está com atividades fechadas”. Navegando nesta página, pode-se observar que o Arquivo da Câmara informa que está fechado, isto é uma forma de compartilhar as experiências e dizer o que pode ser feito à distância nesses momentos de crise.

Teve muita coisa que os arquivistas não puderam conduzir no momento pandêmico. Remotamente, não podem ser realizadas algumas atividades, como inventários, organizar fisicamente as coleções, os tratamentos de conservação da própria digitalização, mas houve outras atividades. Por isso, recomendo visitar os *sites* dessas iniciativas (todos listados nas referências), e a lista de recursos de várias instituições com dicas e conselhos para os bibliotecários e arquivistas.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIATION OF CANADIAN ARCHIVISTS. It's Time to Close the Archives. *Association of Canadian Archivists*, Ottawa, 16 Mar. 2020. Disponível em: <https://archivists.ca/Latest-News-Announcements/8834686>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- ARIZONA STATE UNIVERSITY. *Share Your Story*. Arizona State University, Tempe, 2020. Disponível em: <https://covid-19archive.org/s/archive/page/Share>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- ATLANTA HISTORY CENTER. *Atlanta Corona Collective*. *Atlanta History Center*, Atlanta, 2020. Disponível em: <https://www.atlantahistorycenter.com/learning-and-research/projects-initiatives/atlanta-corona-collective/?message=success>. Acesso em: 3 jul. 2020.
- BANNAN, P. Neumann University students document pandemic experiences. *Daily Times*, [s. l.], 6 Apr. 2020. Disponível em: <https://www.delcotimes.com/2020/04/06/neumann-university-students-document-pandemic-experiences/>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- BURCH, A. D. S. What Historians Will See When They Look Back on the Covid-19 Pandemic of 2020. *The New York Times*, New York, 15 Apr. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/15/us/coronavirus-pandemic-historians-archive.html>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. [O mapa de arquivos na pandemia]. *International Council on Archives*, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ica.org/en/what-archive/archives-are-accessible-search-the-map>. Acesso em: 3 jul. 2020.
- INDIANA UNIVERSITY – PURDUE UNIVERSITY INDIANAPOLIS. The covid-19 oral history project. *IUPUI*, Indianapolis, 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/iu.edu/covid-19oralhistoryproject/about?authuser=0>. Acesso em: 3 jul. 2020.
- MALONEY, W. How will we remember COVID-19? *Library of Congress*, Washington, DC, 24 June 2020. Disponível em: <https://blogs.loc.gov/loc/2020/06/how-will-we-remember-covid-19/>. Acesso em: 3 jul. 2020.
- POWELL, L. Coronavirus: new Carlisle man's diary is a window into 1918 Spanish influenza pandemic. *Dayton Daily News*, [s. l.], 29 Mar. 2020. Disponível em: <https://www.daytondailynews.com/news/local/coronavirus-new-carlisle-man-diary-window-into-1918-spanish-influenza-pandemic/WaEE9i8HEdlxUa02lEvi5L/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Documenting in times of crisis: a resource kit. *Society of American Archivists*, Chicago, 5 Sept. 2019. Disponível em: <https://www2.archivists.org/advocacy/documenting-in-times-of-crisis-a-resource-kit>. Acesso em: 3 jul. 2020.

WRIGHT STATE UNIVERSITY. [Projeto de memória pública de coronavírus criado pela Wright State University]. *Wright State University*, Dayton, 2020. Disponível em: <https://libraries.wright.edu/special/document-your-story/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

WU, K. J. As COVID-19 Reshapes the World, Cultural Institutions Collect Oral Histories. *Smithsonian Magazine*, [s. l.], 7 Apr. 2020. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/smart-news/covid-19-reshapes-world-cultural-institutions-collect-oral-histories-180974613/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

▼ Capítulo 5

Preservação da memória sobre a pandemia do novo coronavírus

O papel dos museus

Andréa de Britto



A epidemia da qual tivemos conhecimento em fevereiro de 2020, foi classificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pandemia. No Brasil, os jornais passaram a notificar o primeiro caso no dia 26 de fevereiro de 2020. Em dois meses, no dia 26 de abril, já tinham sido notificados 63.100 casos de infectados no país e já havia 4.286 mortos. E aí, nós damos um salto. Não preciso repetir os números porque fomos bombardeados por essa informação, em um país onde existem subnotificações ainda agora.

Em todo esse processo, experimentamos uma série de recomendações e direcionamentos, todos visando que a nossa saúde e a nossa vida fossem preservadas. Nossos hábitos de higiene foram alterados, enfim, nossa forma de viver foi impactada em diferentes aspectos. Direcionando a conversa para o museu, observando desse prisma e pensando em um processo de preservação da memória da pandemia do novo coronavírus, podemos ver a constituição de um acervo interessante, com uma base, que tem representações de elementos tangíveis e não tangíveis. Podemos pensar sobre o documento, não apenas os objetos ou os EPIs, máscaras, luvas, mas toda essa coisa intangível que está junto, que tem a ver com morte, com vida, com esperança, e apesar de todo esse caos gera esperança, busca caminhos. As experiências pessoais, a imaterialidade.

Esse documento, o objeto que vemos como cultura material aqui na seara da criação de sentido e vinculação ao contexto, é também “[...] expressão simbólica e abstrata que pode ser fisicamente fundamentada em várias, de várias mídias”¹ (Renear; Dubin, 2003 *apud* Lund,

¹ “[...] abstract symbolic expression that may be physically instantiated repeatedly and in various media”.

2009, p. 29, tradução nossa). Com isso, apresentam-se elementos que contemplem tanto a forma física quanto a virtual.

Observamos a pandemia em um contorno, um livre exercício de criação, e deste lugar busco apoio em duas frentes: a primeira se refere a seleção de acervos, a curadoria, quando se define quais objetos serão eleitos para representar o processo, quais cuidados teremos com isso, como materializar, apresentar a informação, e de que maneira direcionaremos, qual discurso será a síntese dos longos meses da pandemia; e a segunda se refere ao humano, onde é que este vai ficar. Sobre a experiência da pandemia da covid-19, dar voz a experiências pessoais é muito importante, porque o isolamento e a orientação de afastamento social foram, e são, grandes desafios para o ser humano que necessita de interação para sobreviver.

Falar da pós-pandemia é sempre especulação. Estamos aqui na seara das incertezas. A memória a ser preservada pode partir de diferentes prismas. Podemos, por exemplo, tomar um objeto como ponto de partida, abordar a partir das máscaras – elas estão constituídas hoje de uma série de informações. É um objeto que sai do lugar do trabalho, de áreas específicas de atuação, da reserva técnica, é um equipamento utilizado nos fazeres da preservação e conservação que foi ressignificado, é também um dos equipamentos de segurança em hospitais, de extrema importância. Sua utilização passou a ser imprescindível, para servir de barreira para conter gotículas, partículas e aerossóis. Ela impede que a doença se propague. É o que vejo nas ruas, em todos os lugares, são os objetos mais usados e são os mais impactantes.

Passamos a receber orientações até de como criar a nossa própria máscara, porque a partir de então teríamos que usá-la a todo momento, principalmente quando em contato com outras pessoas, sendo até obrigatório a máscara para entrar no ônibus, por exemplo.

Víamos na televisão, no ano de 2019, antes da pandemia, os orientais, especialmente os japoneses, utilizando máscaras e, sempre ficava tentando me imaginar usando máscaras nas ruas. Primeiro a curiosidade: por que essas pessoas utilizam? Depois descobri que o uso da máscara era inclusive pelo cuidado com o outro. Hoje, todos estamos usando e, ao que tudo indica, usaremos por muito tempo, então, é para a gente refletir mesmo.

No mês de abril de 2020, estava impactada com tudo o que estava acontecendo, descobri uma exposição do Museu da Medicina da USP na internet, tendo como tema a gripe espanhola, uma pandemia que aconteceu no final da Primeira Guerra Mundial e que explodiu nos Estados Unidos. Ficou conhecida como gripe espanhola porque a Espanha publicava os jornais, e atualizava as pessoas sobre os caminhos que essa pandemia estava tomando.

Essa análise permite que compreendamos o museu como uma instituição que dá um importante contributo. Capturamos, selecionamos e definimos a memória que será preservada. A dimensão social do acervo está dessa maneira inteirada com as questões políticas, que se fazem presente na seletividade do que será preservado e no que será descartado, dos aspectos culturais que estão presentes, e no que estarão presentes no futuro. Às vezes se entra numa exposição e não percebe que, no caso deste museu específico que eu estava observando, o Museu da Medicina, que aquela seringa, que era um objeto que estava na foto, não era uma coisa aleatória. Ela tinha um motivo específico. Hoje, se formos montar uma exposição de curta duração, dificilmente colocaríamos uma seringa, porque temos seringas descartáveis. Não chamaria tanta atenção.

Em uma fotografia sobre o momento da gripe espanhola, já vimos a fotografia de uma família em que até o gato está de máscara. Essas máscaras utilizadas nesse período também foram confeccionadas

em casa. Existem algumas informações de que elas eram feitas de gaze, e que algumas instituições também doaram nas ruas, mas a orientação era que fizessem em casa. Estavam certamente diante de um vírus menos voraz, menos cruel do que o coronavírus, porque se a máscara feita de gaze em dupla camada resolvia, hoje nós temos uma de algodão, em que várias orientações são dadas e ainda deixam tantas dúvidas.

Ainda sobre a gripe espanhola, em outra fotografia, vimos que as camas nos hospitais de campanha eram bem próximas. Tive essa mesma ideia quando vi uma imagem do hospital de campanha chinês. Uma das primeiras coisas que surgiram quando o novo coronavírus estava sendo propagado foi essa imagem da China. Fiquei impressionada. Primeiro porque era um hospital de campanha que tinha um homem lendo alguma coisa. Esse hospital de campanha era direcionado para pessoas que estavam em recuperação e que estavam infectadas de um modo “leve”. Só depois que entendi que quem está em tratamento não pode receber visitas. E daí compreendi tanta coisa vendo essa imagem.

Outra imagem foi a do robô que utiliza luz UV para limpar os hospitais. Pode parecer algo completamente fora do contexto o que estou falando, mas estou falando da pandemia e do impacto disso na museologia, que está para além dos objetos, porque envolve essa forma de como cuidar. Imagine quando vi esses robôs que utilizam a luz UV para limpar, primeiro que a tecnologia havia invadido os hospitais; segundo que lá na China eles estavam utilizando uma tecnologia tão complexa, como iríamos limpar nossos hospitais quando isso chegasse aqui? Imediatamente, efetuei esse cruzamento e fiquei em pânico. Outra coisa, bastante disseminada na internet, são os robôs que distribuem medicamentos para que os médicos e enfermeiras não tivessem a todo instante essa proximidade com os infectados.

Tudo isso, gente, é só para fazer um paralelo do fato de que se a gripe espanhola nos aparece de forma tão cruel, mas foi tratada de uma forma tão analógica, a covid-19 nos invadiu, atravessou-nos com a necessidade de uma tecnologia até o último momento. Na Itália, por exemplo, em vários momentos o último adeus era feito por meio de um *tablet*. Então, essas tecnologias estão em todos os lugares, se você não tem acesso, se você não pode visitar o doente. Utiliza-se hoje, porque aqui mesmo em Salvador o *tablet* está sendo usado para estar perto das pessoas que estão internadas.

Ao assistir a vídeos e webinários, descobri um vídeo do Conselho Internacional de Museus (ICOM). O nome da conferência é “Preparando-se para a reabertura dos museus: as sequelas da pandemia (2020)”. Está disponível na internet em inglês, espanhol e francês. No vídeo, diz-se que, durante a crise do novo coronavírus, 80% dos museus e instituições museológicas foram fechados. Cerca de 13% correm o risco de não mais voltarem à sua atividade, segundo os estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do ICOM. E diz mais! Diz que na Europa, os museus já iniciaram desde maio seus processos de abertura. Durante a crise, os museus passaram a resolver as demandas da comunidade. Muitos museus passaram a fazer máscaras e entregar para as pessoas. Outros passaram a desenvolver seus trabalhos na internet para entreter o público, principalmente os internautas que buscavam interação. A vida digital passou a fazer parte da vida dos museus. Para algumas instituições uma realidade maravilhosa e para outras uma grande preocupação.

O ICOM (2020) observa que a América Latina e a África apresentam baixa adesão quanto às ações de dinamização do espaço virtual, e afirma que os museus que estão fora do mundo virtual ficaram no passado e ficarão futuramente à parte do desenvolvimento. Entende-se que os museus não são neutros. Oferecem suas perspectivas ou locais.

Por esse motivo, os diálogos são essenciais. Os museus acolhem a memória coletiva e nos conectam reciprocamente.

Por isso, gostaria que refletissem: os museus albergam a memória coletiva e nos conectam mutuamente. Os museus não são neutros, mas estão olhando para o maior patrimônio da humanidade, que somos nós, seres humanos. Muito obrigada!

REFERÊNCIAS

ICOM. *Preparing for the reopening of museums: the aftermath of a pandemic*. Paris: ICOM, 2020. 1 vídeo (1 h 13 min). [Webinary]. Disponível em: <https://www.yuca.tv/es/icom/webinary>. Acesso em: 24 jun. 2020.

INSTITUTO Butantan reinaugura em SP exposição sobre epidemias mundiais. *G1*, São Paulo, Bem Estar, 13 dez. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2012/12/instituto-butantan-reinaugura-em-sp-exposicao-sobre-epidemias-mundiais.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LUND, N.W. Document theory. *Annual Review of Information Science and Technology*, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.

REISS, C. Os museus no pós-pandemia: entre o “novo normal” e a ressignificação. *Plural*, Curitiba, Holocausto e atualidade, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/holocausto-e-atualidade/os-museus-no-pos-pandemia-entre-o-novo-normal-e-a-ressignificacao/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

▼ CAPÍTULO 6

Narrativas de preservação e transformação em tempos pandêmicos

Carolina Vasconcelos Vilas Boas



Cabe-nos registrar os agradecimentos proferidos aos organizadores e aos colegas, bem como a importância que esse tipo de atividade extensionista ganhou no contexto de pandemia e de isolamento social que o mundo viveu nesse período.

Os encontros virtuais se provaram uma importante estratégia para a manutenção do ambiente de diálogo, um respiro de sociabilidade, assim como uma oportunidade para ampliar audiências, manter alunos conectados e, assim, democratizar o conhecimento. Importante destacar que o Projeto Sala Aberta, em sua Série Bibliotecas, Arquivos e Museus: possibilidades de acesso e uso pós-pandemia, teve como objetivo estimular as discussões sobre atuação e políticas para o acesso e uso desses espaços de informação, cultura e memória, bem como a possível reconfiguração de seus produtos e serviços no contexto pós-pandêmico.

Nesse contexto, a temática nos convocou a refletir sobre o período que estamos vivendo a partir do sugestivo título “Entre máscaras e álcool”. Objetos antes corriqueiros que, em pouquíssimo tempo, se tornaram itens de sobrevivência. A partir da materialidade desses dois objetos, começo essa reflexão a partir de duas provocações.

A primeira vem de Krenak e Drummond,

Penso naqueles versos de Carlos Drummond: ‘*Stop!/ A vida parou/ ou foi o automóvel?*’. Essa é uma parada pra valer. O ritmo de hoje não é o da semana passada, nem o do ano novo, do verão de janeiro, fevereiro. O mundo está agora numa suspensão e não sei se vamos sair dessa experiência da mesma maneira que entramos. É como um anzol nos puxando para a consciência, um tranco para olharmos o que realmente importa (Krenak, 2020, p. 8).

O manifesto de Krenak, compilado a partir de uma série de entrevistas realizadas em abril de 2020, realizadas em sua aldeia, nos provoca a refletir sobre que tipo de relação a humanidade desenvolve com o ecossistema e como a pandemia pode ser entendida como uma oportunidade de transformação. A partir dessa possibilidade de reflexão, como pensar os nossos museus? Conforme Krenak (2020), fica o convite para que todas as instituições possam aproveitar esse anzol na busca de suas essências, do que realmente importa. Que relações, que conexões a gente faz com a sociedade? Que relevância nossas instituições têm, tinham e poderão ter a partir de agora?

A segunda reflexão vem do YouTube, que anuncia um concurso para um documentário a ser produzido pelo diretor Ridley Scott, intitulado *A vida em um dia*. A ideia é criar uma cápsula temporal histórica e colaborativa sobre este ano de 2020¹. O convite é bastante simples, convoca pessoas normais a gravarem o seu dia 25 de julho de 2020 com a intenção de compor um mosaico de cotidianos compartilhados pela *web*.

Para auxiliar a gravação dos vídeos, os produtores do documentário disponibilizaram um roteiro de perguntas, que serve também como guia para nossa reflexão, são elas: O que você adora? Do que você tem medo? O que gostaria de mudar no mundo ou na vida pessoal? O que tem nos bolsos? A partir dessas perguntas, podemos extrapolar para: O que os nossos museus falam sobre os gostos das pessoas? Como a gente retrata os medos? O que a gente gostaria de mudar nas

¹ O projeto reedita uma iniciativa de registro colaborativo em vídeo desenvolvida pela primeira vez em 2010, pelo diretor Kevin Macdonald e o produtor-executivo Ridley Scott. Ambas as versões foram apresentadas no Festival de Sundance em 2011 e 2021. Disponível em: https://lifeinadayyoutube/intl/pt-BR_ALL/about/ e <https://www.youtube.com/user/lifeinaday/about>.

nossas instituições ou no nosso fazer museal? O que faremos para os nossos acervos após a pandemia? Que formas de registro a gente está pensando?

Por outro lado, se pensarmos na relevância que a tecnologia tem em nossa vida, e em como isso foi fundamental para a sobrevivência, ou melhor, a resistência das relações humanas nesses tempos de isolamento; cabe refletirmos sobre como as instituições de memória utilizam as plataformas de produção de conteúdo audiovisual, sistemas e novas mídias. Como falar da evidente transformação digital a partir do ano de 2020, sem pensar na convergência de novas mídias, na virtualização das relações de trabalho, da sociabilidade? Portanto, de novo nos cabe refletir como os nossos museus vão aproveitar esse momento para rever suas práticas de preservação, de digitalização e de segurança dos seus acervos.

A partir dessas duas leituras, cabe pensar que o ano de 2020 nos impactou com um mundo de imagens inéditas, desde a imagem do papa numa imensa e vazia Praça São Pedro a uma de Paris com ruas desertas, da ausência de carros em grandes cruzamentos das megalópoles a aeroportos fechados. Em paralelo a isso, um cenário futurista e sombrio, em que todos saem às ruas com máscaras, luvas e evitam uns aos outros com medo extremo de qualquer contato. Todos contra um inimigo invisível. Contabilizando mortes e assistindo a uma crise sanitária global.

Contudo, em especial no Brasil, aos poucos, observou-se um retorno gradual, lento, sem um controle efetivo da pandemia, sem a certeza de uma vacina, sem a real compreensão científica do que isso significa. Num claro sinal de anseio em recuperar aquela antiga normalidade. Essa retomada à normalidade nos leva a pensar o que ficará, de fato, dessa experiência da pandemia, da nossa parada forçada, desse frio de arrumação.

O impacto que antes parecia tão aterrador e indutor de novas possibilidades de mundo, gradualmente se dissolverá numa fantasia de recuperação do “normal”. Desde maio de 2020, observaram-se tentativas na Europa e nos Estados Unidos de reabertura dos museus, contudo, em uma entrevista dada à revista *Versatille*, Motta² (*apud* Tremel, 2020), expõe um cenário bastante preocupante para os museus. Apontava-se que a Associação Americana de Museus indica que 30% dos museus correm o risco de não reabrirem ou não voltarem às suas atividades após a pandemia, assim como o próprio Conselho Internacional de Museus (ICOM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) também divulgaram que 13% das instituições do mundo podem não reabrir.

Nesse contexto, qual é a situação do Brasil? O que os museus ganharam e o que perderam com a pandemia? Mais do que apenas os museus, como pensar a reabertura dessas instituições aliadas às questões institucionais políticas, econômicas e sociais de cada país.

Assim, retomo aqui uma discussão sobre museus na América Latina, que acompanhei em uma *live*, organizada pelo Ibermuseus (2020), na qual participaram Jorge Melguizo, da Colômbia, Mário Chagas, do Brasil e a María Bolaños, do México. Melguizo trouxe um estudo desenvolvido na Colômbia sobre os termos que mais foram buscados no Google em relação a problemas sociais no contexto da pandemia. E a única palavra nova era “*covid-19*”. Todos os outros termos elencados revelam problemas já existentes e/ou crônicos da Colômbia, como desigualdade social, tráfico, problemas

² Renata Mota, presidente do comitê brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

sanitários, entre outros (Webinario, 2020). Podemos pensar, portanto, o quanto a pandemia apenas deflagrou questões latentes na nossa sociedade.

Do ponto de vista dos museus, podemos afirmar que a crise também antecede à pandemia, a crise econômica, de recursos humanos, mas principalmente de sentidos, a crise epistêmica, que passa pela própria definição do que é museu. Essa discussão é imposta aos museus, os quais são parte de um mundo marcado pela mudança, pelo terrorismo, pela ascensão do fundamentalismo, por novas ondas migratórias, ou seja, museus em tempos de incerteza. Acrescido a esse mundo já em ebulição, temos o contexto da pandemia.

Então, essa pergunta vem agora com mais força: o que são os museus e para quem servem nesse momento, neste mundo?

O patrimônio imaterial ganha outra relevância dentro desse novo contexto. Como conseguiremos registrar essas histórias? Para além do documentário do YouTube, vimos várias iniciativas surgindo: o Memorial dos Inumeráveis³; o Memorial das Vítimas do Covid⁴; uma desmaterialização do trabalho dos museus numa proliferação de *lives* e de encontros digitais, além dos acervos digitais e digitalizados. Então, que legados essa desmaterialização também trará para as instituições, e como vamos lidar com isso? Sabemos da grande fragilidade que a maioria dos nossos museus têm em relação à conservação e à disponibilização dos seus acervos em meios digitais; da dificuldade em ter e manter inventários atualizados e, com isso, manter o controle da documentação e acesso ao público. Daí, a necessidade do fortalecimento das políticas públicas que podem suportar iniciativas mais estruturadas

³ Ver em: <https://inumeraveis.com.br/>.

⁴ Ver em: <https://www.facebook.com/memorialcoronabrazil/>.

para amenizar essas questões, porque mesmo com o fim da pandemia, a virtualização é um caminho sem volta.

No âmbito do Instituto Brasileiro de Museus, uma série de ações foram desenvolvidas, como o Projeto Compartilhando, que visa por meio de *lives* trazer questões do cotidiano e da pandemia para discussão, uma ação em parceria com o TikTok; a continuidade do Programa “Saber Museu”, plataforma de EaD, que até julho de 2020, já contava com mais de 230 mil visualizações; e o Tainacan, solução tecnológica para a criação de coleções digitais na internet, por meio de um acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Goiás (UFG), que possibilita o acesso às coleções digitalizadas dos museus federais, além de ser uma importante ferramenta de comunicação dos museus com seus públicos, a partir de atividades com o acervo.

Voltando-se para a provocação de Krenak, creio ser o tempo de colocarmos nossa atenção para a Ciência, para as pesquisas, para essa série de estudos, artigos e conteúdos virtuais produzidos ao longo desse período de isolamento. Encontrar aquele “anzol” nos permitirá eleger a essência da nossa existência como instituições de memória e de patrimônio, mas também como humanidade.

Aproveitar o momento presente não como um intervalo, um hiato, entre um antes e um depois. Mas, na oposição disso, reconhecer uma oportunidade que existe em entender a pandemia, o isolamento como um acontecimento. Entender o presente como parte da vida, portanto, não é um novo normal ou uma retomada, é realmente o que faremos com isso que nos aconteceu, que está acontecendo, entender o que fazer com o inédito, o desconhecido, a partir de, sem tentar, apenas superar, ou esquecer.

REFERÊNCIAS

A VIDA em um dia: a história de um único dia na Terra. Direção de Kevin Macdonald. Produção de Ridley Scott. [London]: RSA1-LIAD2020, 2020. 1 vídeo (1 h 25 min). Legendado. Disponível em: <https://lifeinaday.youtube/intl/pt-BR/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TREMEL, S. Museus devem estar entre os primeiros espaços culturais a reabrir no Brasil. *Versatille*, São Paulo, 26 maio 2020. Disponível em: <https://versatille.com/museus-devem-estar-entre-os-primeiros-espacos-culturais-a-reabrir-no-brasil/>. Acesso em: 17 maio 2022.

WEBINARIO: Museos y Territorio: reafirmación del rol social en tempos de pandemia. Produção de Ibermuseus. [S. l.]: Programa Ibermuseos, 16 jul. 2020. 1 vídeo (2 h 32 min). [Webinar Conversatorios Ibermuseos: museos, cultura y patrimonio]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yUAmW0uQi-s>. Acesso em: 11 abr. 2022.

▼ CAPÍTULO 7

Preservação da memória social pós-pandêmica

Ivana Bittencourt dos Santos Severino



Quero iniciar minha fala parabenizando meus colegas de mesa e profissão, professor Miguel Arellano e Aluf Elias, que ao me antecederem apresentaram questões importantes das quais não precisarei mais falar, por serem questões comuns a todos os arquivos e instituições de memória e/ou documentação. O professor Miguel apresentou diferentes experiências, nacionais e internacionais, de ações (preservação e difusão) empreendidas pelos arquivos em tempos de pandemia. Aluf Elias apresentou as ações do Arquivo Nacional, a maior instituição arquivística do Brasil.

Desse modo, falarei pontualmente das ações do projeto do Memorial de Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA) apresentando algumas das ações realizadas nesse momento da pandemia e, mais tarde, se o tempo permitir, trazer outras ações em outras frentes de trabalho em que atuo. Gostaria de iniciar minha fala repetindo o título da mesa: “Preservação da memória social pós-pandêmica: o papel dos arquivos no controle e acesso à informação”. Foi justamente no exercício de pensar cada palavra desse título e no conceito que as define, que pude refletir sobre o meu lugar de fala. Sobre o que temos feito no memorial e como tem sido para mim a experiência enquanto pesquisadora, arquivista e colaboradora pensar os conceitos de preservação, memória social, controle e acesso à informação na construção do Memorial de Dança da universidade.

O projeto de criação do Memorial de Dança da UFBA, teve um momento embrionário, por volta de 1999, quando a professora Terezinha Argolo inicia um inventário do Grupo de Dança Contemporânea da UFBA (GDC/UFBA); despertando o interesse da direção da Escola, na época profa. Dulce Aquino, para a necessidade de organização dessa memória institucional. Em 2004, a referida diretora, com a colaboração das professoras Leda Muhana Iannitelli e Maria Sofia Guimarães, inicia uma pesquisa para fazer um levantamento documental. Porém, é

somente em 2019 que o memorial passa a constar no regimento interno da Escola de Dança como um projeto permanente, voltado, prioritariamente, para a salvaguarda da trajetória da Escola de Dança da UFBA e da dança na Bahia. A preocupação com a salvaguarda dessa memória se justificava, principalmente, pela constatação da quase inexistência de acervos em dança custodiados em instituições públicas ou privadas de caráter público, apontado pelos profissionais e pesquisadores em dança como uma lacuna que dificulta as pesquisas historiográficas no campo da dança. De acordo com Torres (2008, p. 167),

As iniciativas historiográficas ainda são escassas em relação ao que se produz em dança no Brasil. Estudos e pesquisas na área começam a ser mais numerosos, mas infelizmente, sabemos que boa parte dos acontecimentos e processos que poderiam se inscrever dentro de uma ‘história da dança brasileira’ podem estar condenadas ao esquecimento.

Inclusive, se fizermos uma pesquisa no Arquivo Nacional – e temos aqui Aluf Elias que pode confirmar a informação – ou em outros arquivos no Brasil, é possível constatar a carência tanto de acervos na área da dança, como de estudos do que se produz em dança no Brasil, e de políticas públicas para essa área. É nesse cenário que se justificou a urgência de um memorial de dança e, particularmente, a preocupação com a salvaguarda dos arquivos pessoais dos professores e coreógrafos da Escola de Dança da UFBA – foco de minha pesquisa de doutorado –, já que grande parte do que se produz em dança diz respeito a produções autorais, e estão sob a guarda pessoal desses artistas. Constatação que nos serve de baliza para as diferentes ações empreendidas pela equipe do memorial, entre elas, o projeto Memórias Coreográficas, que falarei mais adiante.

Observem que estou utilizando o termo “salvaguarda”, já que partimos do entendimento da salvaguarda como um guarda-chuva que abriga a preservação, a conservação, as políticas de aquisição, de acesso e de disseminação da informação. Como trabalhamos com as corporeidades, ou seja, com corpo como um veículo ou meio de ação social, ampliamos o conceito de salvaguarda nos apropriando da definição trazida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que define “salvaguarda” como “[...] medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial [...]” (2017, p. 1) – e aqui incluímos a dança –, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – por meio da educação formal e não formal – e a sua difusão.

Alguns de vocês devem estar se perguntando o porquê de uma fala voltada tão especificamente para essa Escola de Dança e sobre a construção de seu memorial. Qual a importância dessa escola para o cenário nacional? A resposta para essa pergunta terá que ser breve – mesmo tendo a escola mais de 65 anos de história – e irá desnudar o outro conceito, título dessa mesa, a memória social.

Em 1956, a UFBA, no reitorado de Edgard Santos, fundou a Escola de Dança, implantando no país o primeiro curso superior dessa área. A criação da Escola de Dança da UFBA foi um dinamizador da produção artística no Brasil e marco da sistematização e consolidação não só do ensino, mas, também, para afirmação da dança como área do conhecimento.

Com uma práxis artística inovadora, com metodologia e conteúdos programáticos atualizados, a Escola de Dança da UFBA foi o primeiro – e por longos anos – o único centro de excelência a desenvolver as ideias da modernidade em dança. Seus primeiros diretores, Yanka Rudzka e Rolf Gelevski, formados pela Dança Expressionista Alemã, promoveram uma articulação entre as informações

da vanguarda internacional da época com os aspectos da dança e da cultura baiana tais como o candomblé, a capoeira e o samba de roda. A polonesa Yanka, radicada em Salvador, foi uma das primeiras mestras a disseminar a dança moderna no país, com Maria Ducheness e Chinita Ullman, em São Paulo, e Nina Verchinina, no Rio de Janeiro. O coreógrafo americano Clyde Morgan foi outro artista a estabelecer-se em Salvador e a investigar as intersecções entre as culturas afro-americanas (Aquino; Guimarães, [20--]).

A característica inovadora da escola desdobrou-se em produções plurais da dança desenvolvidas por artistas que fizeram parte tanto do seu quadro docente como discente. Pode-se citar nesse sentido a atuação de Lia Robatto, Gisela Rocha, Ana Lúcia Oliveira, Klauss Vianna, Angel Vianna, Dulce Aquino, Carmem Paternostro, entre outros. Os professores da escola realizavam, periodicamente, intercâmbios com centros de excelência internacionais que possibilitavam a constante atualização artística e pedagógica dos seus cursos.

Os cursos oferecidos pela Escola, de Licenciatura e Dançarino Profissional, foram de fundamental importância para o desenvolvimento da dança no país. Além de graduar profissionais que mais tarde atuariam em outros cursos universitários, a experiência didático-pedagógica da Escola de Dança da UFBA, em 1971, serviu como modelo para aprovação, pelo Conselho Federal de Educação, de um currículo mínimo dos cursos superiores de dança em todo território nacional através do parecer de n.º 641/71, do Conselheiro Clovis Salgado e conseqüente Resolução s/n de 19/08/71, do antigo CFE, que até então regulamentava esses cursos superiores (Aquino; Guimarães, [20--], p. 2).

Ainda, protagoniza o papel de única instituição no país a desenvolver o curso *stricto sensu* de mestrado em Dança e a primeira a aprovar o doutorado profissional em dança ao nível universitário do mundo.

Desse modo, a Escola de Dança da UFBA ocupa um lugar de fundamental importância para a Dança Moderna na Bahia e no Brasil, e por isso a urgência na salvaguarda dessa memória social. E aqui estamos nos apropriando da definição ampla do conceito, ou seja, “[...] memória social como território constituído pela transdisciplinaridade [...]” (Gondar, 2015, p. 1), valorizando a ideia de memória enquanto relação, para além de qualquer oposição entre memória individual e memória coletiva. Ainda, como apontam diferentes pesquisadores, são memórias heterogêneas e que não têm necessidade de serem compatíveis entre si. Trata-se de memórias que interditam determinados esquecimentos (Ramos, 2010; Ricœur, 2010) e que, conseqüentemente, ampliam os desafios impostos aos profissionais arquivistas, historiadores, museólogos, entre outros do campo da cultura, identidade, patrimônio e memória.

Para a coordenadora do Memorial de Dança da UFBA, umas das finalidades deste espaço é:

Aproximar a Dança da sociedade trazendo reflexões sobre a natureza desse conhecimento, das corporalidades, das poéticas, criando diferentes historiografias em nexos de identificações com o público, reafirmando um lugar no qual a memória é acionamento dos corpos (Guimarães, 2020).

Com objetivo de atingir esta finalidade, alguns projetos caminham em paralelo ao trabalho de tratamento documental, como no caso do projeto Memórias em Fluxo, que visa levantar vestígios das

trajetórias dos grupos artísticos da Escola de Dança da UFBA, a partir de depoimentos de integrantes/elencos (professores, coreógrafos, dançarinos, músicos, cenógrafos, figurinistas); acionados pelas fotografias do acervo da escola. O objetivo é construir, com estes diferentes atores, saberes pautados na memória artístico-cultural da dança na Bahia. E aqui destaco um ponto importante, talvez a palavra certa seria emocionante, que é a participação das primeiras alunas da escola, que iniciaram sua formação em dança em 1956, muitas com 16 e 17 anos e, durante estes 66 anos de existência da escola, atuaram como professoras, intérpretes, dançarinas e gestoras e, que agora, podem, a partir dos fragmentos visuais dessa trajetória – mais de 2 mil fotografias – contar um pouco dessa história, com o olhar do tempo presente. Ou seja, o objetivo não é apenas identificar data, local e pessoas na fotografia – muitas já tinha essa identificação ou havia documentos textuais que davam conta de contextualizá-las –, mas dialogar com estas imagens, acionar memórias.

Esse projeto teve sua primeira edição antes da pandemia, e foi suspenso por causa dela, já que o projeto privilegiava o estar com elas, para vivenciar esse (re)encontro e esse olhar para os corpos, durante a identificação das fotografias, elas não se limitaram apenas a olhar as fotografias, usaram muito o corpo, interpretaram, dançaram.

Porém, os corpos queriam falar. O acionamento da memória causado pelas fotografias colocou em prática outro projeto, o Memórias Coreográficas, que também estava sendo planejado para o formato presencial, e previa em sua metodologia o uso dos espaços físicos da escola para o artista que quisesse fazer uma performance ou recriar uma coreografia. Mas com a pandemia o projeto adaptou sua metodologia para o ambiente virtual. Se por um lado perdemos a possibilidade desse encontro presencial, por outro ganhamos a oportunidade de ampliar

este diálogo nas redes, com um público maior. Realizamos, em 2019, três edições *on-line* do projeto Memórias Coreográficas, e tivemos uma adesão enorme de alunos e professores daqui da Escola de Dança, mas também de artistas e dançarinos de diferentes cantos do Brasil e do mundo.

Este projeto de natureza extensionista propõe ser um lugar de encontro entre artistas, suas memórias, tempo, espaço, movimento e criação com a contemporaneidade. É um encontro entre os que viveram experiências comuns e aqueles que desejam conhecê-las. É um modo de compartilhá-las e de pensar dança(s) e sua permanência.

O primeiro encontro, intitulado Memórias coreográficas: modos de fazer dança no Grupo de Dança Contemporânea da UFBA, contou com a presença das dançarinas Carmen Paternostro Schaffner, Dulce Tamara Lamego de Silva e Aquino, Daniela Bemfica Guimarães, com mediação de Maria Sofia Villas-Bôas Guimarães. O Grupo de Dança Contemporânea da UFBA (GDC/UFBA) é um dos primeiros grupos artísticos da escola, ainda em atividade. As convidadas para essa mesa atuaram no GDC/UFBA como alunas e, mais tarde, como professoras/diretoras/coreógrafas. O segundo encontro, Memórias coreográficas: Lia Robatto e sua Dança Ambiental, contou com a presença de Lia Robatto e mediação de Maria Sofia Villas-Bôas Guimarães e Ivana Bittencourt dos Santos Severino. Lia foi uma das primeiras alunas da escola e, também, uma das primeiras professoras. Diretora e coreógrafa do grupo artístico Conjunto de Dança Contemporânea da UFBA (CDC/UFBA). O terceiro encontro intitulado Clyde Morgan e a Dança na Bahia: pesquisa artística e contribuições no GDC da UFBA para a dança negra. Com Clyde Morgan como convidado e a mediação de Maria Sofia Villas-Bôas Guimarães e Conceição Castro.

O objetivo não é falar de cada um desses encontros exaustivamente, mas apontar que a partir desses encontros virtuais

ampliamos o campo de atuação do Memorial de Dança da UFBA. Passamos a ter maior proximidade com o público externo e perceber, ou ser alertado, sobre a necessidade desses ex-alunos, ex-professores, ou simplesmente, pessoas que vivenciaram a trajetória da escola, contar experiências, apresentar documentos – textuais, iconográficos, audiovisuais, sonoros – para contribuir com o memorial, nos preenchimentos das lacunas. Então, a partir desta necessidade latente surgiu o projeto Recolha, esse todo pensando para a nova realidade imposta pela pandemia da covid-19. Tocados pelo projeto Enumeráveis – que conta um pouco da história dos falecidos pela covid-19 –, aproveitamos um pouco de sua metodologia para criar nosso próprio ambiente de recolha de documentos e depoimentos. Nas *lives*, víamos a quantidade de comentários e a necessidade que os participantes tinham de dialogar conosco. Com esse projeto, deu-se voz a todos que de algum modo queiram contribuir com o memorial, a partir de depoimentos sobre sua experiência na dança, e na escola de dança, todos de forma *on-line*, a partir de um formulário, que também disponibiliza espaço para colocar vídeos, performances, coreografias, fotografias.

Dessa forma, estamos atuando em diversas frentes e ouvindo essas múltiplas vozes que consideramos importante para compor o que estamos chamando dessa memória, não só da Bahia, mas memória da dança do Brasil. Mas, não podemos deixar de dizer que, ao mesmo tempo que percebemos as possíveis conexões que o ambiente virtual viabilizou, também percebemos o abismo que existe perante aqueles que não têm a possibilidade de tal conexão. A pandemia escancarou uma realidade que já vinha sendo discutida na universidade e em outras instituições brasileiras, sobre o grave problema de acesso à informação por uma camada muito grande da população. Segundo pesquisa realizado pela UFBA, para saber o

acesso dos alunos aos ambientes digitais disponibilizados durante a pandemia, foi constatado que apenas um terço da população universitária tem disponível um ambiente digital com qualidade, os demais flutuam entre ambientes com conexões ruins ou nenhuma conexão.

Para finalizar, gostaria de dividir com vocês algumas experiências brasileiras que fui tomando contado durante a pandemia, e acho que ajudará a compor o quadro de boas práticas que o professor Miguel Arellano já apresentou, quando apontou alguns projetos internacionais. Temos o projeto Memórias de Alfabetização em Tempos de Pandemia, realizado pela Universidade Federal de Pelotas – mas pode ser estendido para outros estados –, que dá dicas de como os pais têm aprendido nesse processo de alfabetização domiciliar; o projeto do Museu da Língua Portuguesa, Palavra no Agora, visando ajudar com as dores no tempo de pandemia. As pessoas podem ler poemas, escrever, declamar ou simplesmente contar um pouco de como está se sentindo na pandemia.

Porém, o projeto que quero destacar, retomando aquela preocupação com os “excluídos” do ambiente digital, é o trabalho apresentado pela Ialorixá Nívia Luz, do terreiro Ilê Asè Oyá, aqui de Salvador/BA, de criação de uma rádio comunitária. A pandemia, segundo ela, escancarou o problema dos marginalizados digitais. Ao perceberam que as crianças da comunidade, que faziam parte de diferentes projetos oferecidos pelo Instituto Oyá, não possuem acesso a grande parte das novas mídias digitais, com exceção do WhatsApp, procuraram novas alternativas de continuarem conectados durante o período de pandemia e a necessidade de distanciamento social. A proposta foi então a criação de uma rádio comunitária, por ser uma tecnologia mais inclusiva. O que quero destacar aqui não é a rádio em si ou os demais projetos, mas de como a pandemia nos fez

rever algumas práticas, repensar o uso das tecnologias, repensar o uso dos espaços, dos materiais. Enfim, assim como tantas outras instituições tivemos o nosso tempo de distanciamento do local físico de trabalho, passamos pelas mesmas angústias, elaboramos protocolos para a nova realidade. Nos reinventamos!

Espero ter contribuído de alguma forma, e dizer que a pandemia criou mudanças em nossas práticas diárias, mas como profissionais que trabalham em instituições que promovem, ou pelo menos deveriam promover, esse diálogo com a comunidade, tivemos que pensar nesses espaços de cultura e memória como espaços também de resistência. É isso que temos percebido na grande maioria das *lives*, a preocupação com as pessoas, como estão reagindo aos desafios impostos pela pandemia. O distanciamento social nos fez repensar nossas práticas diárias, reestruturar nossas atividades, mas acredito que para quem já tinha essa predisposição ao diálogo, à escuta do outro, a pandemia talvez possa ser entendida, também, como oportunidade de alargamento da prática metodológica e da prática pedagógica inclusiva. Para os que tinham dificuldade, o desafio pode ter se tornado uma excelente oportunidade de rever suas práticas.

Obrigada pela atenção!

REFERÊNCIAS

AQUINO, D. T.; GUIMARÃES, M. S. V.-B. *Escola de Dança da UFBA*. Rastros de memórias: dialogias entre ensino, pesquisa e extensão. Salvador: Escola de Dança da UFBA, [20--].

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. *Morpheus*: revista eletrônica em ciências humanas, Rio de Janeiro, ano 8, n. 13, 2015. Disponível em: <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em: 17 nov. 2022.

GUIMARÃES, M. S. V.-B. *Projeto Memórias Coreográficas*. Salvador: UFBA, 2020. Não publicado.

IPHAN. *Cartilhas informam sobre a salvaguarda dos Bens Culturais Registrados*. Brasília, DF, 7 jun. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4159/cartilhas-informam-sobre-a-salvaguarda-dos-bens-culturais-registrados>. Acesso em: 17 nov. 2022.

IPHAN. *Patrimônio Imaterial*. Brasília, DF, c2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 17 nov. 2022.

INSTITUTO OYÁ. *Nosso caminho*. Salvador, c2022. Disponível em: <https://institutoooya.org/web/o-instituto/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

RAMOS, F. R. L. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de história. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 30, n. 82, p. 397-411, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KsXhwqjytCThmNKshJFSrzv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2022.

RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

TORRES, V. Dança, história e memória: na pesquisa e no palco. In: PEREIRA, R.; MEYER, S.; NORA, S. (org.). *História em movimento: biografias e registros em dança*. Caxias do Sul: Lorigraf, 2008. p. 167-178.

SOBRE A SÉRIE BIBLIOTECAS NA FORMAÇÃO DO LEITOR

Débora Leitão Leal

A Série Bibliotecas na Formação do Leitor foi pensada para celebrarmos a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca. Embora tenha acontecido em momento anterior, foi um evento alusivo a essa data comemorativa, tão importante para nosso calendário nacional. Teve por objetivo fomentar as discussões sobre a importância do livro, da leitura e da literatura e, sobretudo, o papel da pessoa bibliotecária neste processo. Contou ainda, com uma oficina de contação de histórias, para potencializar o desenvolvimento de atividades que estimulem a formação de novos leitores, sobretudo no momento pandêmico em que passamos.

A série, transmitida ao vivo, entre 12 e 14 de outubro de 2020, está disponível no canal do LabRecrie, no YouTube, traduzida em Libras, uma parceria com a Pense em Libras. A Semana Nacional do Livro e da Biblioteca foi instituída pelo Decreto nº 84.631/1980, cujo objetivo principal é o incentivo à leitura, destacando-se a importância do livro e da biblioteca no processo de disseminação da informação, e no acesso à produção intelectual, artística e cultural. Nesse sentido, entendendo a importância do papel da biblioteca no processo do incentivo ao gosto pela leitura, convidamos profissionais e pesquisadores na temática, para presentear o público com vasto aprendizado sobre a temática.

A palestra “A formação de novos leitores: leituras compartilhadas, leitores múltiplos”, com Eliana Lucia Madureira Yunes,

pós-doutora em Leitura, pela Universidade de Colônia e em Formação de Leitores na CNRS, Paris, trouxe o debate sobre a formação do leitor no século XXI. Com toda a clareza, sensibilidade e paixão, Eliana Yunes compartilha experiências próprias de quem vive e vivência na prática, as ações de incentivo à leitura.

Para uma atividade mais lúdica e prática, que se aproximasse do objetivo da série, teve-se a “Oficina É de pequenino que se torce o pepino: a contação de histórias na mediação da leitura”, com a Palmira Heine, mestre e doutora em Letras pela UFBA, atuando como professora na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), além de ser escritora de poemas na literatura infantil e contadora de histórias. A oficina acrescentou o caráter de formação continuada ao projeto, uma vez que trouxe elementos práticos para quem atua diretamente com o público infantil no incentivo à leitura. Quem teve a oportunidade de acompanhar ao vivo, pôde experimentar um momento único e especial, de muita aprendizagem e conhecimento compartilhado entre o público ouvinte, para potencializar o processo de formação de pequenos leitores.

As falas das palestrantes são relatos de suas próprias vivências e experiências e, mesmo pautadas em um vasto arcabouço teórico, utilizam uma linguagem clara e acessível para todos: bibliotecários(as), professores(as), estudantes, mães e pais, tutores em geral e quaisquer outros sujeitos que se interessem pela temática, o que é importante e salutar, uma vez que muitas pessoas e profissionais estão envolvidos no processo formativo de leitores.

Apresenta-se a seguir, a transcrição desses discursos proferidos no âmbito das atividades transmitidas ao vivo, na Série Bibliotecas na Formação do Leitor.

Boas leituras!

▼ CAPÍTULO 8

A formação de novos leitores

Leituras compartilhadas, leitores múltiplos

Eliana Lucia Madureira Yunes



Tenho que agradecer muito a delicadeza de terem me procurado e convidado. Na verdade, destaco o sentimento muito especial por esse convite não ter vindo de Letras, não ter vindo da Educação, não ter vindo de Artes, mas da Biblioteconomia. Sempre sou queixosa de que a Biblioteconomia tem como foco livros, arquivos e, às vezes, a Ciência da Informação. O leitor fica meio marginal na formação. Fico muito feliz quando posso partilhar algumas práticas com uma companheira de muitos anos, contadora de histórias do mesmo grupo de que, durante anos, participei, utilizando o Livro Morandubetá, com Lúcia Fidalgo, bibliotecária, professora na UFRJ.

Assim, fico muito feliz com esse convite vindo do Projeto de Extensão Sala Aberta para falar sobre leituras compartilhadas. O tema é muito contemporâneo, não só por conta desse momento de pandemia que estamos vivendo, mas, sobretudo, porque vejo que a metodologia, a estratégia de formação de leitores, na maior parte das vezes, está bastante superada na ideia de formar hábito de leitura, bastante superada. É preciso renovar diante do quadro que se tem, com os novos suportes, novas tecnologias, novos modos de conviver; e repensar em que, efetivamente, a leitura literária, que a escola maltrata e descarta como adorno, pode contribuir substantivamente para a qualidade de vida pessoal e social de cada um e do grupo, da comunidade. Há uma espécie de ignorância da contribuição imensa que o imaginário e que a ficção tem na vida das pessoas.

Então, foi preparada uma reflexão em cima dessa demanda, pensando no que as leituras, efetivamente compartilhadas, podem oferecer à formação de leitores. Sabe-se que ler não é garantido pelo domínio do código, mesmo que esse código já esteja decifrado, ou seja, decifrável. Então, sabe-se que ler acontece não só nos livros, mas está efetivamente na nossa ação no meio do mundo, onde pessoas vendo o traçado de um caminho nas pedras, preferem, em geral, cortar o caminho pela grama.

É uma leitura não assimilada como tal, não é? Mas pode ter havido até uma leitura equivocada do caminho por quem dispôs as pedras, preferindo, quem sabe, a estética do percurso à linha prática, mais curta. Muitas vezes queremos entrar pelas saídas, e sair pela entrada. Lemos a manchete de um jornal, por exemplo, que aponta para a insolvência do sistema previdenciário, mas não se percebe que atrás daquela monstruosidade, há com certeza, uma sociedade e um Estado devedores omissores, relapsos, pois as coisas não se dão unilateralmente. E, observa-se que, nesses exemplos, a alfabetização não bastou. Estamos falando de um tipo de analfabetismo funcional, da pessoa que lê e não entende o que lê, pois há o escrito e o subentendido. E nem desconfia do que existe a mais na leitura que fez, porque o contexto implícito não ocorre aos olhos daqueles que podem ler, praticar a leitura, mas não exercem esse direito de lidar com a informação para realizar a própria formação. Antônio Cândido lembrava que o direito à literatura, o direito à leitura, é uma prática inalienável da qualidade do ser humano.

E esse analfabeto funcional, que pode ler e não lê, está em uma condição, às vezes, até mais grave do que a do analfabeto efetivo. Pois, no caso deste (o sujeito que é ágrafo, não conhece sequer o código verbal da escrita), ele percebe que tem um dano na sua vida cotidiana, ele percebe que a ausência do letramento faz uma diferença a menos na vida dele. Enquanto o analfabeto funcional não presta atenção à falta que a leitura faz na sua vida pessoal, social, e que tipo de dano a ausência dessa prática efetivamente acarreta para ele e para os que estão à sua volta. Então, tem que se pensar que há uma conexão efetiva entre a vida social, a vida política, a vida organizada, sobretudo no mundo urbano, que hoje detém quase 70% da população brasileira.

E não é tudo: a leitura que nasce nos livros, nos jornais, nas revistas, a leitura que não é só informação, mas é matéria de formação, ela não vem pronta do dicionário ou do emissor, ela se constrói no leitor e por ele

ganha mundo. Portanto, a partir da língua coletiva, da língua que a gente já encontra organizada quando começa a aprender a falar, é demandado que aos poucos cada um organize o próprio discurso, e esse discurso pessoal está ligado a alguma coisa extraordinariamente importante, a qual é a nossa capacidade de pensar. A capacidade de organizar as ideias vem de uma articulação que efetivamente tem a ver com um tipo de sistema no qual se organizam as relações entre os sentidos, entre os conteúdos, entre o que pensamos e desejamos, e vai da referência à comunicação.

Temos uma ideia falsa de que todos pensamos da mesma maneira, que o pensamento é igual para todo mundo, que todo mundo entende o que estou falando do mesmo modo. Sabemos que essa ideia é ilusória, porque a forma de pensar no automático, que é uma forma de reagir e responder no cotidiano com alguma coisa já pronta, que chamo de “mesmice”, na verdade, muitas vezes, não fala tanto de nós. Pode até falar de alguma conveniência, de alguma circunstância, mas a resposta pronta tem origem para além de nós, e isso é um problema. É um problema porque organizar o nosso pensamento, significa organizar uma apresentação da pessoa que nós somos para os outros.

Depois de Paulo Freire, é impossível considerarmos que a leitura esteja circunscrita aos livros. A leitura dos livros tem a ver com a vida. A vida psíquica, a vida afetiva, a vida dos relacionamentos, a vida das realizações. Porque, de alguma maneira, essa leitura que está nos livros, que está no suporte gráfico, ela oferece uma espécie de *upgrade* do nosso estar no mundo, como uma passagem para o nosso ser no mundo. Deixamos de ser um objeto, uma coisa no mundo, ter uma efetividade em ação no mundo. Nós não respondemos à pergunta quem sou, por exemplo, sem pensar, e não se pensa sem usar uma linguagem que não pode ser efetivamente, uma linguagem tabelada, uma linguagem com lugares marcados.

Estava conversando um pouquinho antes com a Bruna Lessa, e nós falávamos disso, ela dizendo: “*Como é que eu apresento você? Como você quer ser apresentada?*”, e disse: “[...] *essas coisas todas estão no Lattes, porque tive uma obrigação a cumprir, como professora, para ter autorização de trabalhar em curso de pós-graduação, preenchendo aqueles requisitos e prestando contas da minha produção*”. Mas sabemos, efetivamente, que essa titulação não diz quem eu sou. No finalzinho, a Bruna disse três coisas que podem ser minhas, muito pessoais: ser mãe da Antônia Christina, ser avó do Rafael, gostar muito de um livro do Moacyr Scliar, especialmente, (*A mulher que escreveu a Bíblia*), entre tantos livros inesquecíveis – difícil eleger um como favorito.

Então, na verdade, o domínio da linguagem vai nos ajudando a aprender quem somos, aprender a ler não só o que está do lado de fora, mas aprender a ler a pessoa que somos lá no interior, sem *persona*. A leitura vai nos ajudando a dar nome a quem mora no nosso interior, àquilo que sentimos, àquilo que pensamos, às opções que temos. A linguagem vai se abrindo, ela vai aumentando esse horizonte, ela vai permitindo que a gente tenha formas de vida. Como resume Yunes (2014, p. 131), mesmo rigoroso com os limites da interpretação, “Lemos com o que somos, com as experiências acumuladas e mixadas, com nossos afetos e nossas necessidades se interpondo como filtros”.

Atualmente, sabemos que lemos um livro, uma exposição, um concerto, uma novela, um desfile de moda, um desfile de escola de samba. Lemos uma cidade, lemos a sua arquitetura, lemos a sua limpeza, e esse texto, muitas vezes, não está efetivamente escrito, ele não é uma narrativa posta em verbo. Mas essa narrativa vai sendo construída pelo leitor, que não é mais um receptor passivo, aquele que vê as coisas e não pensa sobre elas. Assim como acontece, às vezes, na leitura de um romance ou de uma foto, a gente é obrigado a pensar naquilo que está lendo ou naquilo que a gente está vendo, para que isso tenha algum

sentido e alguma comunicação conosco. É importante que isso corresponda a uma certa compreensão de mundo, ou nos espante e obrigue a repensar. A resposta dada ao mundo nasce aí, quando nos tornamos leitores de múltiplas linguagens e de múltiplos olhares.

Ficamos muito preocupados com o que o autor quis dizer, mas essa já foi uma preocupação inclusive, do autor, e deixou de ser. Quando ela era uma preocupação do autor com seus textos, o autor tratava disso com seus próprios prefácios ou posfácios. Assim, quando ele não podia se defender da interpretação alheia, ele tratava de tentar garantir uma espécie de roteiro, para que se lesse antes, lesse uma orelha, lesse uma introdução que dissesse o que ele queria dizer, pois isso é incontrollável, sabemos com tantos mal-entendidos. E não é controlável, porque isso é uma questão do contexto do leitor e do tempo: *“Ele escreveu no século XVII... o que hoje no século XXI eu posso entender?”*. Existe uma contextualização diferente, e Borges (1944) já chamava atenção sobre isso, em um conto maravilhoso que se chama “Pierre Menard, autor do Quixote”, um conto muito provocante, mostrando como esse distanciamento faz com que, lendo as mesmas coisas, a gente as interpreta com diferenças.

Mas também não é possível controlar, porque não há uma transparência do meu pensamento para o do outro e, sobretudo, não é uma transparência entre o que quero dizer e o que efetivamente digo, porque digo em um quadro mental, dentro de uma língua, que me obriga dizer coisas. Roland Barthes (1978) chamava a atenção sobre isso, a língua não só me impede de dizer certas coisas, mas sou obrigada. Às vezes, uso um vocábulo, uma expressão, que é próxima do que quero dizer, mas não é efetivamente aquilo que tenho para dizer, e essa dificuldade de lidar com isso supõe também um aprendizado.

Aprendemos a andar, aprendemos a comer com garfo e faca, e aprendemos também a ler. Não é um aprendizado só da colagem, dos fonemas formando uma palavra, das consoantes e das vogais, suas

combinatórias, mas um processo que demanda mais do que isso. Uma criança quando diz para mãe “água”, e é a primeira vez que ela diz “água” a mãe não sabe se ela está com sede. É a primeira coisa que a mãe pensará, mas a criança pode ter visto a água, ela pode ter lembrado do banho, enfim, por ter se molhado. Então, é um universo de sentido coabitado, e obriga a algum discernimento; e essa barreira, digamos assim, para ser vencida, precisa de uma mediação, que haja um mediador, capaz de ajudar a fazer a travessia. Muitas vezes, esse mediador não é só entre um texto e o seu leitor, mas é entre o leitor e seus autores.

Cito aqui um pequeno trecho de um livro fantástico, um dos livros mais percucientes sobre Teoria da Leitura, a obra *Paisagem*, de Lygia Bojunga (1998, p. 9-10), e a autora, na correspondência que recebe de seu leitor, lê o seguinte:

Sou o seu Leitor. Estou escrevendo Leitor com letra maiúscula de propósito, porque acho que ser leitor é uma ocupação maior, e acho também que se tem um leitor que se liga numa escrita, do jeito que eu me ligo nos teus livros, é porque existe uma coisa chamada afinidade, é ou não é?

E Lygia vai responder que ela não só se surpreende com essa afinidade, mas também essa leitura retroalimenta o modo pelo qual ela pode pensar na sua escrita, que pode pensar na sua comunicação. O autor também recebe isso de volta. Tem autores que gostam de ler aquilo que escrevem sobre ele e outros não, mas Lygia, que não é a pessoa que se preocupa com a crítica, ficcionaliza isso nesse livro no seu diálogo com um leitor fictício. E essa mediação, é uma mediação extremamente rica, além de ser também enriquecedora daquele que aparentemente é o guia.

Adoro um conto do Eduardo Galeano (2005), chamado “Função da arte 1”, que está no *Livro dos Abraços*. Todo mundo conhece, mas ele é tão poético e pequenininho, que me dou ao prazer de ler:

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff o levou para que o descobrisse, e viajaram para o Sul. O mar estava mais além das altas dunas esperando. Quando o menino e seu pai alcançaram, por fim, aqueles picos de areia, depois de muito caminhar, o mar estava lá diante de seus olhos, e foi tal a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo pela formosura e, por fim, quando conseguiu falar tremendo, balbuciando, pediu ao pai: — Ajuda-me a ver! (Galeano, 2005, p. 3).

Eis o papel do mediador: ajudar a ver para além do escrito, isto é, ajudar a ler. Essa experiência, a experiência da leitura, como essa experiência do mar atravessando a alma do menino, deixa em nós, marcas, muitas vezes indelévels. Quando penso nos meus livros favoritos, estou pensando nos livros que deixaram marcas em mim, e essas marcas vem daquilo que o Benjamin chamou “experiência”, aquilo que te atravessa, e marca. O maravilhamento que você carrega com você.

Não é a vivência, aquilo que você viveu e até se lembra, mas não ficou na sua carne. Um sentimento que tenha efetivamente atravessado sua vida para estar vivo em sua memória. Por quê? Porque ali está a capacidade que você tem de entender e de articular coisas, mas elas estão filtradas, essas reflexões, pelos seus afetos. É aí que a gente percebe, que se vai entendendo que a resposta criada para o que se entende, por aquilo que se leu, está muito mais no coração do leitor, na expressão do leitor; do que efetivamente em uma resposta pró-forma, dada a uma prova de história da literatura, de crítica literária ou de economia. Lygia Bojunga (1998, p. 52) responde nessa mesma obra o seguinte:

“Foi aí que eu, autora, saquei que não é a resenha, nem a publicidade que espalha o que o autor escreve: é o leitor. É ele que espalha, e às vezes sem querer”.

Então, essa experiência carrega no bojo um desejo muito forte de comunicação. Outro dia lembrava disso, em outra palestra: sair para o cinema, assistir ao filme, ou mesmo em casa, diante da tela pequena você acompanhar a narrativa, e não ter com quem conversar. Imagina, na pandemia, alguém sozinho em casa, como eu estava, e que não tem com quem falar. Isso gera uma ansiedade, porque você quer trocar, quer comentar e ouvir, você quer contar da experiência que você efetivamente teve, você sente falta dessa partilha, desse compartilhamento da leitura. E esse mediador, esse colega com quem você troca, não precisa e nem deve ser um sabichão. Esse que tem resposta pronta, a análise feita, conhece o diretor, o filme anterior? Não é preciso. Deve ser aquele que respeita o seu tempo, respeita a sua reflexão, como um companheiro de jornada, ajuda a caminhar sobre a descoberta que você faz, não só do texto, mas a descoberta de si mesmo.

Lembro-me que, quando dirigi a Fundação do Livro Infantil e Juvenil, em certo momento comecei me distanciar da visão de Piaget sobre as faixas de leitura etárias, porque a experiência me mostrava que existe um leitor iniciante em diferentes idades, existe um leitor fluente em diferentes idades. Existe um leitor que tem a competência, digamos assim, de associar o que está lendo a outras coisas também em épocas diferentes da vida; e que essa culminância, que se julga ser o apogeu deste tipo de experiência, a capacidade de ser um leitor crítico, não é uma coisa exclusiva da vida intelectual, da vida acadêmica. É possível que uma criança perceba, no início da vida, a incoerência entre aquilo que alguém perto dela diz e faz, e isso já é um traço da capacidade de discernimento, inerente à crítica. Gosto muito de um conto do Galeano, que faz referência ao Onélio Jorge Cardoso, um escritor cubano famoso

e muito bem-humorado, que conta uma história curta para mostrar esta capacidade de discernimento. Diante da enrotação, da ilusão, da mentira que aparece no episódio com uma criança que estava resistindo a comer, então ele conta a seguinte história:

Havia uma passarinha que não queria comer a comidinha. a passarinha tinha o biquinho fechadinho, fechadinho e a mãe lhe dizia:

— Vai ficar anãzinha, passarinha! Se você não come essa comidinha!

Mas a passarinha não fazia caso da mamãezinha, e não abria o biquinho. Até que de repente, a menininha irrompeu opinando:

— Que passarinha de merdinha é essa! (Galeano, 2005, p. 40).

Ela percebe perfeitamente o jogo da adulação, o que demonstra certa capacidade crítica. Precisamos sair do já dito, do já visto, do já sabido, daquelas famosas respostas prontas, seja do caderno do aluno do ano anterior, ou do livro do professor. Essa percepção de que as palavras dizem mais do que está dito, mais do que está escrito, ela é forte às vezes; mesmo para pessoas que não nos parecem tão bem-preparadas. Gostaria de lembrar aqui, uma experiência que tive quando dirigi a Fundação do Livro Infantil e Juvenil, que ficava no prédio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Palácio da Cultura, ali no coração do Rio de Janeiro.

Enquanto eu subia, via que o ascensorista tinha no cantinho do elevador, no chão, um bloquinho de livros empilhados. Olhava a capa e percebia que os livros eram aqueles de faroeste, aventura que você já sabe como termina. Um dia, eu perguntei a ele se aceitaria que lhe emprestasse para ler alguns livros mais interessantes, e

que ele poderia também levar para casa. Nos dias seguintes, não vi os livros emprestados ali no elevador com ele, e ele tampouco os comentou comigo. Até que, passados aí uns 15 dias resolvi tomar coragem e perguntar: “*Não gostou dos livros que eu lhe emprestei?*”. “*Não vejo aqui nenhum com você?*” Ele, timidamente respondeu:

Professora, posso lhe falar uma coisa? Assim do fundo do meu coração? De verdade? Os livros que a senhora me deu, eu tenho que parar para pensar. Não posso ler aqui, porque aqui eu tenho que estar prestando atenção em todas as coisas: a campainha que toca, no botão que aperto... Não posso ler livro que me distraia disso daqui professora. Aqui posso ler aqueles livros que eu já sei o final, já sei o que vai acontecer.

E olha que eu estava falando com um ascensorista de um prédio público.

Então, você vê a riqueza que tem a leitura. Ela é perceptível mesmo para as pessoas que não fizeram nenhum curso de teoria literária. E, há uma passagem que me encanta no livro *Infância*, do Graciliano Ramos (2003), um livro autobiográfico, em que ele conta as agruras, o sofrimento que foi aprender a ler, não só com régua, com recriminações, com um sentimento de fracasso; mas ele assinala que quando percebeu que a leitura trazia para ele um mundo diferente daquele que tinha, ele começa a desejar a leitura, pela possibilidade de ser outro. E confessa:

Eu prezava, já nessa altura, ler, mas não os compêndios escolares insossos, eu queria aventuras, justiça, amor, vingança, coisas até então desconhecidas. E na falta disso, eu agarrava-me a almanaques, decifrava as efemérides e anedotas das folhinhas, esses retalhos de leituras me excitavam

o desejo que iam se transformando numa ideia fixa: Onde conseguir livros de verdade? (Ramos, 2003, p. 230).

Esta é uma passagem linda porque ele finalmente descobrira um amigo que lhe empresta os livros da sua biblioteca, aos 14 anos, quando descobre ser leitor. Graciliano, seguramente, é dos mais ricos, sofisticados, completos escritores da língua portuguesa no Brasil. A gente sabe que a leitura pode transformar vidas, transformou a dele, mas eu me lembro de também ter observado na minha experiência de formar leitores de comunidades periféricas excluídas: um menino que tinha achado no lixo um livro de Monteiro Lobato, e o livro, que não tinha a capa, não tinha todas as páginas, fez com que ele efetivamente quisesse aprender a ler e quisesse ter outros livros, pelas páginas que conseguira decifrar.

Ninguém nasce um leitor acabado, ninguém nasce com leitura feita. A leitura é uma prática cultural que se adquire e enriquece a vida, até o ponto em que você percebe que aquilo que você leu tem mais, além do que você efetivamente viveu. Lembremos do texto “Infância”, não mais de Graciliano Ramos, mas do poema de Carlos Drummond de Andrade, em que ele diz que mais tarde descobriria que sua história podia ser mais bonita que a de Robinson Crusóé. Ele, que lera essa história na sua infância, de uma maneira encantada.

Então, penso que uma figura importantíssima nesse caminho é a figura do mediador, que precisa ser mais vivida, mais vivenciada, mais partilhada porque, na verdade, um professor que exige ao aluno responder a um questionário sobre um livro que ele leu sozinho, não sabe o que é ser um mediador. Porque não basta apresentar a obra, é preciso que seja o mediador que seduza o outro para o campo que defende na sala de aula. Você que é professor e quer que seu aluno seja efetivamente um bom leitor, descobre antes amar a leitura, ter gosto pela literatura, para poder saber o gosto

de partilhar, não um desgosto, mas uma experiência de fruição, de saborear, como diz Roland Barthes (1978).

É essa metodologia que estava reclamando no início, que anda colocada de lado, pois não se tem tempo de ler junto, não tem tempo de ler-com. Isso vai desde casa: o pai não tem gosto de ler com filho(a), a mãe também não tem esse tempo, a criança poucas vezes vê o pai ou a mãe com um livro na mão; exceto se for um livro de trabalho para resolver algum problema. Essa prática, é uma prática muito poderosa, porque ela lida com uma coisa fundamental na vida humana que é a “palavra”. A palavra, ou a falta dela, tem seus efeitos: ela pode curar, pode adoecer, ela pode criar, ela pode matar, a palavra é um instrumento não só da nossa relação com os outros, mas nossa construção pessoal, a construção que a gente precisa fazer de nós mesmos, na relação com o outro, pessoa e personagem.

Quando a palavra está escrita num livro ou num suporte qualquer, um jornal, por exemplo, e ela parece distante da experiência do leitor, este dirá: “*eu não sei o quê é isso*”, como se o que está lá escrito não lhe pertencesse; bom exemplo está no caso da Palavra Sagrada, que ficou nas mãos de intérpretes hermeneutas, exegetas, e o homem perdeu o contato de algo concreto, porque os profetas que eram homens de pé no chão, não tinham nenhum privilégio dentro dos reinos, nem a cabeça nas nuvens. Então a riqueza desse processamento implica em que haja essa experiência de ler e se queira partilhar essa experiência, porque ela é efetivamente transformadora.

Ontem, estive assistindo ao *Provoca* na TV Cultura, e apareceu lá Celso Athayde, que preside uma alavanca para a Central Unificada das Favelas (CUFA). Ele conta que foi menino de rua, de dormir na rua, sentir fome e medo, e como a descoberta da leitura alavancou para ele a possibilidade de entender o mundo em que vivia, a exclusão em que estava, o direito que tinha a ser o que é hoje – um professor visitante em

universidade americana. Isto não deveria ser uma coisa extraordinária. Porque o ser humano pensa com a palavra; a palavra é capaz de mudar a vida por mediações muito importantes, por trocas não só nos livros, nos filmes, nos documentários, nos museus, mas na vida cotidiana, que é a narrativa mais próxima da nossa história.

E queria dizer que esse caminho do compartilhamento é um caminho metodológico extremamente poderoso. Quando realizamos o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) pelo Brasil afora, o começo dos começos foi usar a prática de contar histórias. E não se contava histórias para as pessoas que não sabiam ler, mas para as pessoas que sabiam ler e não liam, para que elas experimentassem a beleza, a sonoridade, as ênfases, as tonalidades que podiam ser múltiplas, dependendo do contador. Queríamos que experimentassem a literatura como um gozo, experimentassem a literatura como algo que efetivamente quisessem como seu. Então, tanto pessoas analfabetas como pessoas doutoras ouviam essas narrativas. No momento em que esse encanto foi apropriado, as pessoas, de fato, sabiam que a literatura valia à pena. A gente tinha que passar para o texto escrito, entrar nas bibliotecas, eleger autores e trazê-los para o convívio desses novos leitores, ou desses leitores que não tinham familiaridade com essa prática.

Então resolvemos organizar os *Círculos de leitura*, em que líamos juntos os textos, textos mais curtos, contos, crônicas, fragmentos, um capítulo de livro. Por exemplo, “Vidas Secas”, de Graciliano, pode ser lido cada capítulo como se fosse um conto. Às vezes até uma reflexão teórica muito interessante. Filósofos que falam a língua dos mortais, como Nietzsche, foram usados por nós em círculos de leitura em que as pessoas debateram o problema da “Verdade no Sentido extra-moral”, sem saberem que estavam lendo um filósofo do peso de Nietzsche. E essa experiência de leitura compartilhada, que chamo de “*leitura solidária*” em contraponto a “*leitura*

solitária", essa leitura solidária também existe quando você já é um leitor maduro.

Eu, por exemplo, não leio livro nenhum sem ter um lápis na mão para poder ir comentando na margem: "*Isso disse fulano*", "*beltrano não disse isso*", "*X é contra essa sua posição*", "*olha que bonito esse texto, ele me lembra tal poema*". Por quê? Porque estou lendo acompanhada de todos aqueles que recolhi nas minhas leituras anteriores, e coletei para um repertório, para um acervo pessoal, e eles me ajudam nessa minha leitura que parece solitária, sendo que não estou só. É preciso que abracemos essa experiência de ler com outro, desde a experiência absolutamente concreta, presencial, física até a experiência mental, como a referida.

Escrevi um artigo sobre os *Círculos de leitura* e toda a estratégia. Faço um pouco da história, de como esses círculos se constituíram, não só no Proler, mas antes, pois eles nasceram das cirandas; do cirandar que era os serões que as pessoas faziam durante o inverno debulhando as espigas etc. E quando se reuniam, relembavam e contavam os acontecimentos, além de transformarem também essa partilha em cantos; por isso, a ciranda é conto e canto. Vou mostrando como isso acontece, nesse artigo sobre círculos de leitura. Ele foi publicado na revista *Teoria e Prática* da Unicamp.

No artigo, procuro mostrar como o leitor-guia desses círculos pode ajudar as pessoas a trazerem suas próprias memórias, suas próprias vivências, a perceberem como elas têm um equipamento leitor no seu íntimo. Elas não são tábua rasa, têm uma experiência capaz de ajudar a ler e entender, assim como entender-se, quando a leitura for feita de uma forma atenta, prestando atenção no que está lendo e na partilha com o grupo onde as ideias vão se multiplicar, vão circular: um círculo de leitura é dinâmico, fecundo. E este modo de ler cabe como uma metodologia para reconquistar os leitores que estão perdidos na tarefa estéril de responder questionários, como quem preenche fichas previsíveis.

A leitura interessa à capacidade de pensar e à capacidade de viver. A leitura não está circunscrita ao papel, a leitura acontece na vida. A gente vai aos livros, vai ao outro, para transformar e alimentar a vida comum e a pessoal com maior qualidade.

Sabemos que a palavra é o que nos rege como pessoas, mas falta esta noção clara para disponibilizar ouvidos atentos, olhos para que o mundo nos chegue. Daí que a mediação seja importante, como acontece na leitura compartilhada, não apenas como uma pedagogia e uma metodologia para neoleitores, mas para abrir horizontes de leituras habituais. Lembro que na Cátedra Unesco, muitas vezes, chega alguém pela manhã dizendo: “*Terminei um livro fenomenal e quero que alguém o leia para trocar uma ideia comigo*”, e o livro fica em cima da mesa 20 minutos.

Nossa vida sociopolítica está precisando de muita qualidade, e a qualidade é gerada na nossa capacidade de pensar criticamente o mundo: *o que eu quero para minha vida, além do que a mídia e o mercado me oferecem como metas em competição?* Se o que quero valerá a pena, ou se o que quero vai me consumir e não me deixar descobrir o que verdadeiramente conta para mim. No final das contas, não é o tamanho da conta bancária que me garante a conta dos afetos de que precisamos para lidar com a solidão que se instala pela falta de diálogo, de perspectivas na vida comum.

Paulo Freire faz uma importante diferença entre uma educação bancária e uma educação libertadora. Ler é libertador.

Muito obrigada a vocês que estiveram comigo até agora, fico à disposição!

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BOJUNGA, L. *Paisagem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.
- BORGES, J. L. *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1944.
- ECO, U. *Lector in fábula: a cooperação interpretativa em textos narrativos*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- GALEANO, E. *O livro dos abraços*. 9. ed. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2005.
- RAMOS, G. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- YUNES, E. L. M. Leituras com partilhadas, leitores multiplicados. *PERcursos Linguísticos*, Vitória, v. 4, n. 8, p. 130-141, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/6239>. Acesso em: 10 dez. 2023.

▼ Capítulo 9

A contação de histórias na mediação da leitura

Palmira Virginia Bahia Heine Alvarez



*Que bom que você veio, lelê
Que bom que você chegou, lálá
Esse nosso encontro
mais alegre, mais bonito
agora vai ficar!*

*Que bom que você veio, lelê
Que bom que você chegou, lálá
Esse nosso encontro
mais alegre, mais bonito
agora vai ficar!*

INTRODUÇÃO

Proponho falarmos sobre a contação de história na mediação da leitura, e como este elemento, que é a contação de história, pode auxiliar na mediação de leitura e na formação do interesse leitor para crianças. “*É de pequeno que se torce o pepino: contação de história na mediação de leitura*”, essa fala feita por mim, Palmira Heine, pretende ser mais uma reflexão sobre a importância da contação de história na formação do leitor. Primeiro, quero dizer que todos somos histórias, nós somos feitos de histórias. Então, sempre ouvimos histórias de outros, de nossos pais, de nossos avós, dos adultos..., mas nós também somos histórias. Quando olhamos para o que fazemos, para onde estamos, nós nos percebemos, também, seres de história. Não somos feitos apenas de corpo e carne, somos feitos de histórias. A cada ano que passa, nossos “eus” de história se aprimoram. Somos histórias contadas pela vida. Que história somos nós?

Para iniciar, gostaria de destacar que as histórias podem auxiliar na constituição das identidades e na compreensão das emoções, como alegria, raiva etc. A contação de história tem uma ligação com a constituição do sujeito, com o modo de como a identidade se constitui a partir da identificação, ou não, com os elementos da narrativa, gerando também emoções. Segundo Abramovich (1995, p. 17):

É ouvindo histórias que se pode sentir emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em que as ouve – com toda amplitude, significância e verdade que cada uma delas fez (ou não) brotar no coração. Pois é ouvindo, sentindo e enxergando com os olhos da imaginação que é possível descobrir o eu interior.

Sabe-se que a contação de história não é uma coisa nova, desde muito tempo este é um mecanismo utilizado para difusão de elementos culturais, de valores. Então, até nas sociedades ágrafas, quando ainda não havia o desenvolvimento da escrita ou ainda nas sociedades em que a escrita ainda não era um bem cultural amplamente desenvolvido, usava-se a oralidade, a contação de história para preservar valores. O tempo passou e as sociedades se complexificaram, mas o ato de contar histórias ainda resiste, mesmo com o surgimento e desenvolvimento da escrita, principalmente em comunidades em que ainda há o hábito de se sentar nos corredores das casas para narrar histórias, geralmente os mais velhos contam para os mais novos, e assim, estabelece-se uma rede de narrativas que se costuram juntamente aos elementos culturais.

Sabe-se que as narrativas se ligam à expressão da cultura popular e mostram a força da palavra, constituindo-se como forma de

conhecimento e preservação de uma memória popular. Contar histórias se constitui, pois, como uma necessidade desde tempos antigos, trazendo a experiência de comunicar conhecimentos e vivências através da oralidade. Segundo Coelho (2003, p. 13):

O poder de resistência da palavra prova de maneira irrefutável que a comunicação entre os homens é essencial à sua própria natureza. O impulso de contar histórias deve ter nascido no homem no momento em que ele sentiu necessidade de comunicar aos outros, certa experiência sua, que poderia ter significação para todos.

Ainda hoje, a contação de história tem sido um elemento que, na oralidade, favorece o compartilhamento de bens culturais e da tradição popular. Então, o mecanismo da contação de história vai sendo também um modo de difusão de bens culturais e de tradição cultural que vai sendo passado de geração em geração.

Para Malba Tahan (1966), a história tem algumas importantes funções, dentre as quais podemos destacar o estímulo à imaginação, a expansão da linguagem infantil, o estímulo à inteligência, o cultivo da memória e da atenção. Além disso, a contação de história favorece a construção de representações no imaginário infantil. Essas representações são muito importantes para a estruturação do próprio imaginário da criança que está em formação e constituindo as representações sociais sobre o bem, o mal, o belo, o feio etc. Assim, essas representações vão constituir também a personalidade infantil, fazendo com que a criança constitua seus pensamentos a partir da reflexão sobre as narrativas que ouve e lê.

Quando a gente pensa, por exemplo, nos primeiros leitores, crianças que ainda não sabem ler, como é que se dá o contato delas com o texto

literário? A literatura é um direito e, também, um direito da criança, e não pode ser a ela negada. Como se dá, então, o contato dessa criança com o texto literário? A primeira forma de contato, sem dúvida, é a contação de história. Desse modo, é pela contação de história que a criança tem contato pela primeira vez com o texto literário, acessando a linguagem literária a partir da mediação de um adulto. Quando falamos em linguagem literária, há o lugar da metáfora, das figuras de linguagem, da própria estrutura das fábulas e contos narrados e de tudo mais que podem ali figurar como elementos da contação de história. Desse modo, a contação de história exerce papel importante na constituição do leitor.

Na relação entre a contação de histórias e a constituição do leitor, destaco a importância que a primeira tem no que diz respeito à formação do leitor. A contação de histórias abrange, segundo Busatto (2003), uma atitude multidimensional, uma vez que, ao contá-las pode-se extrapolar o plano prático, e alcançar as dimensões míticas e simbólicas. Deste modo, Busatto (2003, p. 45-46) destaca que se conta histórias:

[...] para formar leitores; para fazer da diversidade cultural um fato; valorizar as etnias; manter a História viva; para se sentir vivo; para encantar e sensibilizar o ouvinte; para estimular o imaginário; articular o sensível; tocar o coração; alimentar o espírito; resgatar significados para nossa existência e reavivar o sagrado.

É a partir desse contato inicial com elementos artísticos que a criança passa a conhecer a linguagem literária, ampliando o seu conhecimento. A contação de histórias pode abranger leitores ainda em formação, as crianças que ainda não sabem ler, como também as que já sabem. A dinâmica da contação de histórias, os elementos literários

e culturais que essas narrativas trazem, auxiliam na constituição do imaginário infantil. “A partir de um conto narrado é possível trabalhar conteúdo de linguagem oral e linguagem escrita, desde a sintaxe até a semântica” (Busatto, 2003, p. 38). Assim, a partir do conto oral, do conto narrado, da contação de história, do próprio processo artístico que é a narrativa oral, é possível trabalhar com vários elementos: tanto da oralidade quanto da escrita.

Na minha experiência como escritora de literatura infantil, passei a utilizar a contação de história como elemento atrativo para o pequeno leitor. Quando vou em uma escola, apresentar um livro, eu sempre vou preparada para fazer uma contação de história. Preparo o roteiro da história do meu livro, as músicas que utilizarei para fazer a contação, os elementos visuais de que lançarei mão etc. É nesse processo de contação de história que apresento, através da oralidade, o texto literário para a criança, compartilho com ela e com os adultos os elementos literários da minha obra.

Assim, sinto que a contação de história pode auxiliar na formação desses primeiros leitores. A partir da minha experiência como escritora, e da necessidade que via em estimular cada vez mais o acesso à leitura para as crianças, é que comecei a desenvolver, então, a contação de história das minhas obras e levar esse elemento, sendo o livro, tão importante, para apresentá-lo de modo artístico, atrelado à contação de história, o que tem sido uma experiência exitosa.

Voltando à teorização sobre a contação de história, ressalto que ela também pode ser uma grande aliada na difusão da literatura infantil, pois o adulto pode usá-la para apresentar a história de um livro aos pequenos leitores. Como o adulto pode fazer isso? Primeiro, ele tem que conhecer a história, ele tem que ler o livro, tem que conhecer e dominar a narrativa, para a partir dela, oralizar na contação de história os pontos mais relevantes. O adulto pode utilizar as próprias imagens do livro,

trazendo-as de maneira lúdica para embasar a contação de história, mas também pode apresentar os personagens de outra forma usando, por exemplo, fantoches, desenhos (que de repente a própria criança pode ser levada a fazer com a mediação do adulto), fantasias etc. Lançar mão desses elementos permite aguçar a imaginação e possibilita uma maior aproximação com as crianças.

O mediador, contador de história, pode também usar as narrativas para recontar histórias de um livro, recriando contextos, personagens, extrapolando a narrativa inicial e constituindo outras com o auxílio da interação das crianças. Assim, a linguagem literária que já é arte, passa a ser colocada de maneira ainda mais artística na contação de história, envolvendo a música, gestos, imagens, tom de voz, e envolvendo também o uso de elementos como bonecos, fantasias, desenhos etc. Desse modo, a criança passa, então, a ter interesse em acessar o livro que foi fruto da oralização na contação de história.

Muito além de diversão, portanto, a contação de história desenvolve habilidades, e auxilia na constituição do leitor. Tomo a contação de história como elemento que favorece o conhecimento, retomando a ideia de que ela promove o aprendizado. Para Betty Coelho (1999, p. 26), “[...] a criança que ouve histórias com frequência educa sua atenção, desenvolve a linguagem oral e escrita, amplia seu vocabulário e principalmente aprende a procurar nos livros novas histórias para o seu entretenimento”. Para Nelly Novaes Coelho (2003) “[...] a literatura tem como objetivo atuar como agente de transformação”, e como tal agente, a literatura vai gerar reflexões para a criança, que pode construir sentidos, gerar pensamentos, fazer perguntas: “Por que isso aconteceu?”, “Por que não isso?” e isso vai constituindo esse imaginário infantil. Quando aliados à contação de histórias, tais elementos ganham ainda mais vida, pois passam a ter uma materialidade.

Muito interessante a gente ver a literatura como agente de transformação, porque não é apenas a literatura pela diversão, mas é a literatura com papel transformador, é a partir disso que se constitui a reflexão. A partir da relação entre o leitor e o livro ou entre o leitor e o narrador. Assim, o livro não serve apenas para propiciar diversão, mas é agente transformador contribuindo para formação de consciência e reflexão de mundo de crianças e jovens.

Por envolver elementos lúdicos, a contação de história encanta e chama atenção de crianças; por isso, todos os elementos usados nesse processo são relevantes e podem ser aliados para a constituição do interesse pela leitura, pelo livro. Tudo isso concorre para o texto ganhar vida a partir da oralidade, destacando-se a produção dos sons sugeridos pela ação da contação, produção dos personagens sob a forma de fantoches e tantas outras formas de expressão que, planejadas com a participação das crianças, podem motivá-las na compreensão do texto lido, criando a atitude de buscar a compreensão do que ouve nas situações de leitura.

Como já foi anteriormente mencionado, o primeiro contato que a criança pode ter com um livro é muitas vezes pela oralidade, pois a história dele pode ser contada e recontada oralmente por um adulto até mesmo para crianças muito pequenas que ainda não sabem ler formalmente. Tais histórias podem promover a constituição do pensamento infantil, das ideias sobre o bem e o mal, da recompensa pelos esforços e das mazelas dos personagens, propiciando o contato com as vivências, os medos, as angústias, elementos com os quais pode haver identificação, empatia etc.

Muitas vezes as crianças se identificam com alguns aspectos e percebem, por exemplo, as injustiças ocorridas com alguns personagens, o porquê que o vilão agiu daquela forma e não de outra, isso tudo vai sendo percebido pela criança e ela, enquanto sujeito ativo, vai gerando sentidos para o que ouve. Quero pontuar agora uma diferença entre a

contação de história e a leitura de história. Contar uma história não é apenas ler o texto de um livro. A contação de história envolve planejamento, estratégia e linguagem artística. Então, para você contar a história é preciso que, antes, conheça a narrativa do livro. E alie a isso elementos outros como música, entonação de voz etc.

Pode-se falar: “Ai, que medo.”, mas se se está contando uma história é preciso mostrar que o medo estava ali com a personagem, colocar o tom de voz certo para a narrativa poder parecer ainda mais real: “Ai! Que meeeedo!”; nesse caso, a entonação vai mudar, também, o sentido daquilo que eu estou falando. Se se está muito alegre, eu preciso dizer... mostrar que aquela personagem está sorrindo. Se ele chorou, eu preciso, de algum modo, externar esse choro do personagem para a história ganhar vida a partir da minha narração. É preciso aliar uma linguagem teatral à contação de histórias que não é apenas a leitura de um texto, mas é a arte da palavra.

Segundo Denise Guilherme, “[...] ler uma história para os alunos é uma forma de apresentar a obra conforme sua linguagem original, nas palavras do autor. Já contar histórias envolve a improvisação, a interação com a turma e a possibilidade de agregar outros elementos ao enredo” (Qual [...], 2011).

Assim, a contação de história envolverá todos esses aspectos: planejamento, entonação de voz, improviso etc. Então, desse modo, a contação de história envolve a recriação dos elementos de um conto, uma vez que o narrador coloca na contação de histórias suas vivências, seus saberes e suas emoções. O narrador extrapola o texto, porque ele o recria, traz outros elementos, inclusive, elementos do seu próprio conhecimento de mundo, dos seus saberes, das suas vivências, das suas emoções. Muitas vezes, para um contador, um trecho de uma história comove mais do que para outro, então aquele trecho será contado de uma maneira diferente do que do outro.

Portanto, nunca uma história será contada da mesma maneira por narradores diferentes, sempre vamos encontrar variações nesse modo de contar, porque cada contador de história, cada narrador, vai trazer esses elementos das suas vivências, dos seus saberes, das suas emoções, e aliará todos esses elementos ao processo da narração de história. No entanto, apesar de serem atividades diferentes, o ato de ler história também pode envolver a arte de contá-la.

Falei da diferença entre a leitura e a contação de história, a contação de história envolvendo esses elementos artísticos, enquanto a leitura, você vai oralizar aquilo que está escrito, então não terá muito esse aspecto artístico, nem essa releitura que o narrador faz através das suas vivências. No entanto, mesmo em uma leitura, mesmo que não tenha tido ainda uma preparação prévia para fazer a contação de história, pode envolver já, aspectos da arte de contar história. Assim, com apoio do texto escrito, o narrador pode utilizar o livro como acessório integrado à contação de história, então, ele pode utilizar o livro, pegar, ali, a partir exatamente do texto escrito e trazer alguns elementos para aquela leitura que está ali sendo feita. Trazer elementos, por exemplo, da própria interação com o ouvinte para perguntar o que ele está entendendo, perguntar se ele concorda ou não com determinada cena, com determinada atitude de um personagem, envolver, inclusive, a questão das diferenças entre os personagens, das diferenças em formas de composição desse personagem... tudo isso vai, então, auxiliar nessa leitura em voz alta do texto, podendo envolver também técnicas de uso de elementos extras, como: imagens, interação etc.

Desse modo, segundo Silva (1987, p. 11): “Quem lê para uma criança não lhe transmite apenas o conteúdo da história; promovendo o seu encontro com a leitura, possibilita-lhe adquirir um modelo de leitor e desenvolve nela o prazer de ler e o sentido de valor pelo livro”. A famosa leitura para criança antes de dormir, é uma leitura que pode ser

feita, também, trazendo alguns elementos da contação de história, o elemento, por exemplo, da própria entonação de voz dos personagens.

Ali, não necessariamente precisa ter todo um aparato de contação de história, mas se pode lançar mão de elementos da contação de história, para que a leitura se torne ainda mais interessante, que chame a atenção da criança, que desperte nela o gosto pelo livro, que faça com que ela queira ter acesso à obra impressa posteriormente. Então, desenvolverá na criança o prazer de ler e o sentido pelo valor do livro. Portanto, mesmo a leitura em voz alta, é muito importante para a estruturação e a formação dessa criança, em breve leitora. E você? Já contou histórias para uma criança? Já contou hoje? Não? Se não contou, então proponho que faça um exercício hoje, amanhã ou outro dia. Tem uma criança em casa? Conhece alguma criança? Vamos exercitar a contação de história como mediação da formação leitora, não é?

COMO CONTAR UMA HISTÓRIA DE MODO INTERESSANTE

Em primeiro lugar é importante, quando se vai fazer uma contação de história, escolher uma música para iniciar. Geralmente, quando faço as minhas contações, crio minhas próprias músicas e eu vou contar. Então, daqui a pouco, usando a história do meu livro “Bela, a diferente abelhinha que virou rainha”, cantarei uma das músicas que fiz para a contação de história, mas se vocês não quiserem fazer uma música, podem utilizar uma das diversas músicas que existem no nosso cancioneiro.

Após escolhida a música que o adulto vai cantar para a criança, alia-se também a uma história para contar. Escolha uma história que você já conheça ou uma que você ainda não conheça, mas estude-a, leia antes, planeje a contação de história: Como vai ser contada? Como

essa história começou? Qual foi o desenvolvimento? Como foi que essa história terminou? O que se pode trazer para aliar a essa contação de história. Então, na hora da contação de história, é importante deixar a criança interagir e frequentemente a criança faz isso. Muitas vezes, o adulto está contando a história e a própria criança diz: “Não é assim não, hein?!, “É de outro modo” ou “você já me contou essa história antes, mas não era assim, tinha outro final”, então a própria criança já vai estabelecendo os seus conhecimentos a partir daquela história que está sendo contada, muitas vezes ela interage, ela pergunta o porquê, ela quer, também, opinar sobre o personagem, ela quer falar sobre aquela história e isso significa que ela está aprendendo, que ela está interagindo e pela interação é que se aprende.

Deixe a criança interagir no processo, estimule essa interação. Bem, e, também, finalizar com a outra musiquinha, que aí, claro, será de sua escolha, mas essa outra musiquinha de finalização indicará o fechamento daquela história, o modo como aquela história estará ali, sendo costurada naquela interação, na imaginação infantil. Pode ter certeza de que o processo de contação de história é um processo, antes de tudo, afetivo entre crianças e adultos. O adulto que conta histórias para as crianças, seja o filho, seja o sobrinho, seja uma criança qualquer, estabelece com ela uma relação de afetividade e assim quando se usa a história para mediação da leitura a partir da contação de história, esse processo de afetividade também é transferido de alguma forma para o livro porque a criança começa a fazer relações entre aquela história que ela está ouvindo, entre aquele personagem com o qual ela se identificou, com a história lida, com a história trazida e escrita no livro.

Vamos ouvir uma história?

Agora, vou fazer a contação de história do meu livro *Bela, a diferente abelhinha que virou rainha*, vamos lá?

[Música cantada pela profa. Palmira Heine]

Quem quer (6x)

Quem quer ouvir história tem que mexer o pé

Quem quer (3x)

Prestando atenção

Quem quer ouvir história vai levantar a mão

Quem quer (6x)

Quem quer ouvir história tem que mexer o pé

Quem quer (3x)

Prestando atenção

Quem quer ouvir história vai levantar a mão

Era uma vez, uma pequena abelhinha chamada Bela. Bela era uma abelhinha muito diferente das abelhinhas que viviam na colmeia onde morava. Para vocês terem uma ideia, Bela, desde pequenininha, já chamava atenção. No seu corpo, ao invés de ter listrinhas, tinha bolinhas amarelas e o seu pelo, ao invés de ser todo lisinho como as abelhinhas da colmeia, era todo enroladinho.

Desde pequena, então, ela começava a chamar atenção. Os próprios animais começavam a estranhar, no começo, até acharam bonitinha: “Oh! Que abelhinha engraçadinha!” dizia a Cigarra, toda prosa. “É, é mesmo uma gracinha!”, dizia borboleta bailarina, bailando no céu.

Mas o tempo foi passando, Bela foi crescendo, e logo alguns comentários foram aparecendo. A aranha logo perguntou: “Ela é uma abelha ou é uma joaninha? Com corpo cheio de bolinhas?”. A mamãe da abelha dizia: “Claro que ele é uma abelha! Imagine só! Que aranha fofoqueira!”

Mas o tempo continuava e os comentários só aumentavam. A formiga e o vaga-lume que acendia, apagava, acendia, apagava... começaram a dizer: “Nunca vi uma abelha dessa por aí!” e olha só como Bela

se sentia... Ela começou a se sentir triste, alguma coisa errada tinha, por que aqueles comentários apareciam tanto assim? Bela, então, começou a perceber: o seu corpo era diferente do corpo das outras abelhinhas, o seu pelo, todo enroladinho, bem diferente do pelo das outras abelhinhas da colmeia. Bela, então, entristecia. Para o espelho olhava, e não se reconhecia. Ela, então, escondia o seu corpinho com fio de seda, e o cabelo, ela alisava para ficar igual ao das outras abelhinhas da colmeia onde morava.

Mas as abelhas eram muito cruéis, e um dia quando estavam em uma fila para levar o mel para abelha rainha, viram Bela tentando, também, levar o mel para abelha rainha e disseram: “Aqui você não pode ficar! Aqui não é lugar para abelha como você! Aqui é lugar para abelhas que tem listrinhas, para abelhas que tem pelos lisinhos, aqui você não pode ficar!”.

Então, Bela foi expulsa da colmeia. “Ai, meu Deus! O que será de mim?! Eu não sei mais o que fazer... para onde eu vou?!” Ela foi voando... foi voando... foi voando... sem saber para onde ir. Desolada, ela ficou tão triste, que chorou, chorou, chorou. Mas, de repente, lá longe, ela começou a ver coisas que não conhecia. Abelhinhas com asas de cores diferentes que ela nunca tinha visto. “Meu Deus! Como assim?! Eu pensei que só existiam as abelhas da minha colmeia!”. Não, existiam muitas outras de cores bem diferentes e até com pelos iguaizinhos ao dela.

Bela, então, encontrou uma colmeia abandonada e decidiu que ali ia ficar, e teve uma grande ideia! Bela tinha levado um aparelho celular junto com ela, e teve a ideia de criar um canal no “AbelhaTube”, onde ela ia falar com outras abelhas como era importante ser bonita do jeito que era, e como, todo mundo, com aquele pelinho e com o corpo cheio de bolinhas, poderia ser lindo. E assim, Bela começou a ganhar muitos fãs! Muitos admiradores começaram a querer conversar com Bela! E Bela, corajosa, resolveu que ia voltar, porque na colmeia, onde

ela nasceu, era lugar onde ela deveria estar. Bela, então, voltou para a colmeia enfrentando todos os comentários maldosos que ali estavam das abelhinhas. Ela foi coroada rainha.

Mas vocês pensam que a história termina aí? Muuuuito pelo contrário! Bela, depois que se tornou rainha, pela sua coragem de enfrentar as outras abelhas e pela sua coragem de ensinar as outras abelhas como elas eram lindas, ela resolveu fazer uma viagem para o Brasil, e no Brasil ela encontrou abelhinhas diferentes, todas de cores diferentes, com pelinhos diferentes, cada uma com seu jeito, seu cabelo, seu nariz.

[Música cantada pela profa. Palmira Heine]

Cada um tem o seu jeito

Seu cabelo

Seu nariz

O que importa nessa vida

É todo mundo ser feliz

Ser feliz

Ser feliz

É o que todo mundo diz

Ser feliz

Ser feliz

É o que todo mundo diz

Cada um tem o seu jeito

Seu cabelo

Seu nariz

O que importa nessa vida

É todo mundo ser feliz

Essa história termina aqui, mas na imaginação de vocês, muitas outras vão surgir. Porque a história assim, a gente conta uma vez e na imaginação de vocês, muitas coisas aparecem de imaginação, de reflexão e é assim que tem que ser. Quem gostou, levanta a mão! Pode levantar-se daí mesmo, que daqui eu estou vendo!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aliar a contação de história com a constituição de uma atitude leitora para as crianças é elemento importante para aguçar o interesse do pequeno leitor para o livro impresso. Sabemos que o primeiro contato da criança com a linguagem literária pode ocorrer a partir da contação de história, e esta não envolve apenas a leitura em voz alta, mas alia elementos artísticos, tom de voz, interação e extrapolação do texto.

Contar histórias é proporcionar reflexão, ludicidade e contribuir para a constituição do imaginário infantil. A contação de história pode ser uma grande aliada na promoção do interesse pelo livro e pela leitura, fazendo com que a criança tenha contato com a literatura a partir da linguagem oral.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1995.
- BUSATTO, C. *Contar & Encantar: pequenos segredos da narrativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- COELHO, B. *Contar histórias: uma arte sem idade*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- COELHO, N. N. *O conto de fadas: símbolos, mitos e arquétipos*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2003.
- HEINE, P. *Bela, a diferente abelhinha que virou rainha*. Salvador: [s. n.], 2020.
- QUAL é a diferença entre ler e contar histórias? *Nova Escola*, São Paulo, 3 out. 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3859/qual-e-a-diferenca-entre-ler-e-contar-historias>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- SILVA, E. T. da. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- TAHAN, M. *A arte de ler e contar histórias*. 5. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1966.

SOBRE A SÉRIE [ENTRE]VISTAS E TEXTOS DE AUTORIAS NEGRAS

Bruna Lessa

A Série [Entre]vista e Textos de Autorias Negras teve como objetivo fomentar discussões sobre o “eu” identitário, o “eu” pessoa negra, nos mais diversos campos de atuação da vida social, cultural. Essa série traz a questão do resgate da ancestralidade africana, desde os artefatos que usamos, que representam a cultura africana, cultura afro-brasileira, sobretudo as mulheres, à literatura infantil, que acreditamos ser onde realmente deveria se iniciar a apropriação ancestral. Exibida ao vivo, e disponível no canal do LabRecrie, no YouTube, foi transmitida entre 12 e 14 de novembro de 2020, com o apoio do Edital PaexDoc/PROEXT/UFBA, sendo traduzida em Libras, parceria com a Pense em Libras, na pessoa da Gabriela Mattos.

A ideia, além de aproveitar o contexto mobilizador e político do Novembro Negro, foi de discutir sobre o reconhecimento da identidade, enquanto pessoa negra. Para isso, trouxemos Bianca Santana, para falar sobre seu livro *Quando me descobri negra*.

Pensando na importância da apropriação cultural e identitária, desde a infância, sobre se enxergar enquanto pessoa negra, e conhecer textos de autorias negras – em especial, a representação de personagens negras na literatura infantil, e sua correlação com a ancestralidade na vida das crianças –, convidamos Débora

Oyayomi Araujo, coordenadora do LitERÊtura – Grupo de estudos e pesquisas em diversidade étnico-racial, literatura infantil e demais produtos culturais para as infâncias (CE/UFES).

A representatividade estética negra, tão presente em nosso cotidiano, as influências ancestrais que carregamos, por exemplo, os turbantes – os quais estão além do aspecto da moda e cultura, mas como objeto de resistência –, é discutida na oficina realizada por Ana Paula Medeiros Teixeira dos Santos, historiadora e pesquisadora de futurismos e decolonialidade.

A linguagem utilizada, que escapa ao viés acadêmico, embora expressa por mestras e doutoras, que trazem referências teóricas, mas, também, vivências pessoais, acolhe desde os pares das áreas de estudo em foco, às diversas comunidades de indivíduos que se identificam com a temática em debate, e abre espaço para lugares de fala. Este, portanto, é o principal resultado desta série, tornar, de fato, a ciência, social. Promover o engajamento e interação sobre assuntos, ora defendidos em publicações científicas, em espaços acadêmicos, para e com a participação da sociedade.

▼ CAPÍTULO 10

Quando me descobri negra

Entrevista com Bianca Santana



Bruna Lessa: Para iniciarmos esta série, convidamos Bianca Santana, que escreveu a tese sobre a temática da memória escrita de mulheres negras. Mestre em Educação também pela USP, colunista da ECOA/UOL e da Revista Gama, colaboradora da *Revista Cult* pela UNEAFRO Brasil, colaborou ainda com articulação da Coalizão Negra por Direitos. É associada da Sof, que é a Sempre Viva Organização Feminista, e compõe os conselhos da Artigo 19, dos Institutos Marielle Franco e Vladimir Herzog. Entre outros tantos títulos e atuações que podemos acessar no *site* da Bianca¹. Autora do livro *Quando me descobri negra*, publicado em 2015 pela Sesi-SP Editora, um dos livros que já compõe o acervo do nosso projeto de extensão.

Bianca Santana: Muito obrigada, Bruna. Que honra participar dessa conversa, muito obrigada também Gabriela (intérprete de Libras) por torná-la mais ampla e acessível, obrigada. Para mim, é uma honra muito grande estar aqui com vocês, e bom, eu acho que você me apresentou de um jeito bastante completo, estou feliz aqui, de estar nessa conversa. Muito obrigada!

Bruna Lessa: Nossa proposta é trazer o seu livro para discussão neste bloco de entrevistas, que está dividido em três capítulos. Proponho iniciarmos por “Do que vivi, do que ouvi e do que pari”. O livro que tem alguns relatos, inclusive da Djamila Ribeiro e do Douglas Belchior. No comentário da Djamila, por exemplo, diz assim: “*Bianca Santana, através da experiência de si, consegue desvelar um processo contínuo de rompimento em posições sobre a negritude, de desconstrução de muros colocados à força que impedem um olhar positivo*”

¹ Disponível em: <https://biancasantana.info/>.

sobre si. *Caminhos que aos poucos revelam novas camadas de um ser ressignificado. Considero este livro um presente, é algo para se ter sempre as mãos e sendo revisitado, Bianca ao falar de si, fala de nós*".

E foi assim que realmente eu me senti Bianca, ao ler esse livro, mas é uma pergunta que sempre faço em todos os livros que começo a ler, perguntando-me: "Como o autor se encontrou como escritor?" Então, é por isso que gostaria que você compartilhasse em sua fala, sobre como se descobriu escritora antes de se descobrir negra e, sobretudo, escritora de textos sobre a negritude.

Bianca Santana: Ah, obrigada Bruna! Eu, desde criança, sempre tive na escrita uma possibilidade de expressão, a minha sensação é de que todo mundo que é alfabetizado se apropria dessa ferramenta de algum modo para expressar o que sente; ou para desabafar no papel, para relatar suas experiências, então eu sempre gostei muito de escrever e sempre gostei muito de ler. Fui uma leitora ávida que frequentou biblioteca pública e escolar, porque minha família não tinha condições de comprar muitos livros. Joana D'Arc Moreno de Andrade, que amo tanto, bibliotecária da escola onde eu estudava no ensino médio, recomendava-me livros e, quando eu não sabia qual curso prestar no vestibular, disse-me: "*Bianca, você gosta de ler e gosta de escrever, é enxerida, intrometida, se mete em tudo, por que você não faz jornalismo?*" E aí falei: "*Olha, essa é uma ideia!*" (risos).

Entre na faculdade de Jornalismo, e lá desenvolvi possibilidades de escrita, mas uma escrita distanciada, em terceira pessoa, que narrava, contava, reportava. Por mais que gostasse do chamado jornalismo literário, ele era uma experimentação distanciada para mim. Depois que fui mãe, eu criei um *blog* sobre maternidade em um portal chamado "Planeta Sustentável", da Editora Abril. Ali, talvez, tenha sido minha primeira experiência de produzir textos que eram informativos sobre

as temáticas da maternidade e da sustentabilidade, mas que também traziam a minha experiência. Alguns anos depois, em um jogo de búzios, o pai de santo me falou: “*Você precisa escrever toda semana e publicar*”. Fiquei surpresa: “*Mas eu vou escrever o quê?*” Ele respondeu: “*Sobre suas experiências, suas vivências, seus sonhos*”. Achei aquilo esquisito e não se passaram, assim, dez dias e eu recebi o convite para ter outro *blog* no projeto do HuffPost que estava vindo para o Brasil. “*Bom, mas então eu vou escrever sobre as minhas vivências, sobre as minhas experiências...*”. Eles responderam que eu podia escrever sobre o que quisesse. E aí foi nesse *blog* que comecei uma escrita em primeira pessoa, que não tinha o objetivo de tratar da temática da negritude, mas como era ela que estava pulsando na minha vida, na minha pele, no meu corpo, quando comecei a falar de mim, estava narrando dessa experiência de gênero e de raça. Mas isso não significava que eu tinha me transformado em escritora, estava ainda tateando o que é ser escritora porque, no nosso imaginário, escritor é um homem branco, rico, que teve acesso a um monte de livros desde sempre, que tem um jeito de falar. É uma imagem que o Iluminismo construiu para gente de quem é autora ou autor. Então, mesmo que escrevesse, mesmo que publicasse meus escritos, não me via como escritora. Então, Renata Nakano, que é uma editora por quem tenho muito carinho, perguntou se eu aceitaria publicar alguns dos textos do *blog* em um livro e acrescentar, lógico, textos novos. Fiquei um pouco tímida com o convite, mas aceitei, e aí quando o livro estava praticamente pronto, ela falou: “*Ah, então agora vou pedir para a assessoria de imprensa te ligar*”. Fiquei assustada: “*Como assim a assessoria de imprensa?*” Ela falou: “*A gente vai publicar o livro, a gente tem que fazer uma divulgação*”. Eu não queria. “*Não! Não quero fazer divulgação nenhuma*”. Ela: “*Bianca, você achou o quê? Que a gente ia fazer o livro e ele ia ficar no computador? No meu computador? É óbvio que a gente precisa divulgar*”. Então, entrei em pânico, porque falei: “*As pessoas*

vão me fazer umas perguntas para escritora e eu não tenho esse lugar..”. Portanto, é um processo de elaboração contínuo. Em oficinas de escrita, que faço com outras mulheres e com mulheres negras, uma parte do que trabalho com elas é exatamente a gente se apropriar desse lugar de escritoras e de autoras, sabendo que essa voz colonial, ficará ali, em nosso ouvido, falando que a gente não é boa o bastante, que o nosso texto não é tão bom assim, que a gente não tem a formação necessária, mas precisamos saber que essa é a voz colonial na nossa cabeça, e que somos escritoras, sim!

Bruna Lessa: Com certeza! Temos muito desse imaginário mesmo, e isso precisa ser desconstruído. “*Quem é esse escritor?*” Isso é importante! Há um fato que você traz na primeira parte do seu livro, quando relata da descoberta de aceitação da sua condição, enquanto mulher negra oriunda de uma família nada convencional. Chegamos, inclusive, a conversar antes desta entrevista, que não se trata de uma família de “propaganda de margarina”. Então, você pode nos falar mais como descreveu essas primeiras vivências e, sobretudo, como foi importante essa descoberta, esse choque, porque creio que essa descoberta primeiro acontece com o enfrentamento. Como foi esta ressignificação, e a importância disso para a sua construção enquanto pessoa?

Bianca Santana: Eu experimentei, muito cedo, um não lugar. Então, nessa família nada convencional, nunca morei em uma casa com meu pai e a minha mãe, juntos. A minha mãe era uma mulher trabalhadora, vendedora, que fazia muita questão de ter uma vida bem regrada e correta, e o meu pai era bicheiro, então era uma vida, assim, de fragmentos. E ainda muito pequena, eu morava em uma Companhia de Habitação Popular (COHAB), na zona norte de São

Paulo, na periferia, chamada COHAB Fernão Dias, e na escola pública que eu frequentava, uma professora perguntou se os meus pais não tinham condição de pagar uma escola privada para mim, porque já havia esse imaginário de que uma escola privada seria melhor. Mas, quando chego na escola particular do bairro, eu era a menina pobre da escola porque morava na COHAB, enquanto na COHAB, eu virei a menina rica, porque estudava na escola particular. Então era uma experiência de não lugar que era muito perversa, mas que, ao mesmo tempo, vai trazendo mecanismos para lidar com aquilo que está ao seu redor. Quando vou para universidade, percebo um não lugar de mais abismo social, porque os meus colegas eram ricos, e percebo, também, que eles eram brancos. É ali que percebo que sou muito diferente deles e que aquilo não era só classe. Que classe era muito determinante, mas que também tinha raça. Quando ouço pela primeira vez que sou negra, é de um jeito bonito porque fui até a Educafro me oferecer para ser professora voluntária do cursinho popular de movimento negro, e aí ouço do coordenador: "*Bianca! Vai ser muito bom para os nossos alunos ver uma jovem negra, como eles, que estuda em boas faculdades, faz jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, Ciências Sociais na USP, essa vai ser uma referência muito positiva*". Quando ele falou isso, de repente alguém tinha dado o nome para minha condição que até aquele lugar era de não branca, mas que não tinha a positividade de ser negra. Eu não tinha uma identidade racial e naquele momento ele me ofereceu essa possibilidade de um jeito muito bonito. Então, começo a compreender muitas das coisas que ouvi ao longo da vida, e que havia colocado só na chave da classe, eu entendo que ali também tinha um recorte de raça. Uma professora de matemática que tive na escola do ensino fundamental me dizia: "*Ainda bem que você gosta muito de estudar, porque para você vai ser sempre mais difícil do que para os*

seus colegas". Quando ela falava isso, eu achava que ela estava falando porque eu era pobre. Eu não entendia que ela também estava dizendo por que ela era uma mulher negra, e ela estava me apresentando uma condição racial. Por isso, comecei a lembrar dessas coisas depois, e a compreender como ao longo da minha infância, da minha adolescência, esse tema já estava colocado, eu que não tinha olhos para ver; e a partir daquele momento eu tinha essa lente, e foi uma lente que organizou muita coisa em mim, porque não nomear é muito perverso, os não ditos são muito difíceis. Quando a gente dá nome, a gente entende mais. A primeira vez que li aquele dossiê "Mulher negra" publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2013, percebi os marcadores de desigualdade, que as mulheres negras estão ali, ocupando sempre a base da pirâmide, e fui vendo a história da minha vida e a história da minha família. Então, aquilo que por muito tempo parecia ser um defeito meu, que era um problema só meu, de repente não era um problema só meu, é uma questão das mulheres negras nessa sociedade que é machista, patriarcal e extremamente racista. E isso tira um peso muito grande do indivíduo, porque não é individual, é coletivo. Mas também fortalece a conquista coletiva, da luta que é coletiva. Graças a esse livro, *Quando me descobri negra* (SESI-SP, 2015), eu me aproximei do movimento negro e isso é maravilhoso.

Bruna Lessa: Esse descortinado que você falou, desses seus olhos que começaram realmente a ver essas questões, e juntar aspectos da sua infância, palavras daquela professora, o outro professor que abriu os braços para você, quando foi voluntária no Educafro; também está relacionado, talvez, a algum livro ou alguma palestra, ou algo que você foi buscando, e começou a descortinar esse seu lugar de se encontrar?

Bianca Santana: Sim. A primeira autora negra que li foi Carolina Maria de Jesus, no ensino médio, por recomendação de uma professora. Ela não colocou *Quarto de despejo* no programa de aula, ela não recomendou para a turma inteira, mas ela recomendou para mim. Hoje, eu sei que ela recomendou porque sou negra, na época eu não sabia. E quando li, o primeiro impacto foi de uma reação negativa, porque falei assim: “*Essas histórias, são as histórias que ouço da minha mãe, da minha avó, das minhas vizinhas... Isso não é para livro, livro é outra coisa*”. E parecia que aquilo estava profanando histórias que não eram de livro. Demorei muito para compreender que esse livro é maravilhoso, também por trazer histórias silenciadas em livro. Mas no primeiro momento, eu tive uma reação de negar a força que aquele livro teve sobre mim. E aí, depois dessa experiência na Educafro, eu busquei referenciais teóricos. É quando leio Lélia Gonzalez pela primeira vez, quando leio Sueli Carneiro pela primeira vez, e aí assim, um mundo vai se abrindo na frente dos meus olhos, de que muitas daquelas coisas que eu não sabia exatamente o que significavam, que eu percebia; mas não tinha o nome, de repente elas estavam organizadas, sistematizadas e tinha um relato de luta de pessoas que estavam organizadas politicamente para lidar com aquelas questões. Então, foi um presente enorme. Foi uma mudança de paradigma que, ao mesmo tempo, trouxe-me muita alegria e muito pertencimento, mas também me trouxe muita raiva. Como que eu estudei, por tantos anos, sem conhecer essa perspectiva da história? Como que eu estudei, tantos anos sem saber da história de mulheres negras nesse país? Então, é um misto de gratidão por ter acesso em algum momento, mas com muita raiva por não ter tido acesso antes.

Bruna Lessa: Em sua fala, percebemos quão importante é o acesso a textos de autorias negras para que haja essa apropriação desde cedo, porque acredito que foi, como eu falei no início, um choque para você essa desconstrução. Você falou de duas desconstruções, do que seria o escritor e depois do que seria o livro. E, acredito que quando compartilha sua experiência, trata-se de experiência que está em todos nós também. É uma construção, um conceito que a gente vem colocando na educação básica e que não devemos fazer perpetuar dentro das bibliotecas, por exemplo, que envolve a questão de não favorecer que crianças e jovens cheguem muito tardiamente a esses textos de autorias negras. A história agora é “Do que ouvia”, título do segundo capítulo do seu livro. Essas histórias que você relata, muitos de nós já ouvimos, já vimos, e vivenciamos, reafirmando a necessidade de se debater sobre esse tema e todas essas histórias, principalmente, porque aqui no Brasil, o racismo é um racismo velado, ou melhor, estrutural. Quem nunca ouviu: “*Ah! Mas eu tenho um amigo negro!*” ou, por exemplo, usar o cabelo da mulher negra em contextos pejorativos. Você, inclusive, menciona que se se via “morena”, não é? Vivemos cotidianamente com um racismo camuflado, que se apresenta como “brincadeiras”, usos da cultura linguística formada no preconceito, porque ainda se acredita que o Brasil não é racista. Ainda há pessoas que acreditam nisso, mesmo com todas as evidências que temos tido o tempo todo, expostas na mídia, e nos espaços que frequentamos, enfim. Você fala sobre quando uma professora te indicou um livro de autoria negra, não apenas porque você vinha de uma classe não tão abastecida como as outras, uma classe que você mesmo classificou – pobre, mas porque você também era negra. Então não há como falar do racismo sem considerar, também, esses aspectos sociais, de classe, de gênero, ou ainda o que se tem chamado de

interseccionalidade, como defende bell hooks, Angela Davis, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, entre outras autorias feministas. Então, Bianca, além dessas histórias que você relata nesse capítulo do livro, quais outras histórias, interpretações, estão além do texto que está no livro, e que a Bianca pode compartilhar aqui?

Bianca Santana: Olha... quanta coisa boa, é muito estimulante, Bruna, poder ter essa conversa, fazer essa entrevista com você, porque essa noção da interseccionalidade que têm ganhado bastante espaço aqui no Brasil, ela vem do campo do Direito, e ela foi cunhada, essa expressão, pela Kimberly Quinchon, uma advogada norte-americana que mostra como as várias opressões se cruzam de determinadas formas, em alguns corpos, em alguns sujeitos, em alguns indivíduos. Isso que ela traz, já tinha sido, de outros modos, apresentado, aqui no Brasil, pela Lélia Gonzalez, pela Sueli Carneiro, décadas antes. Tem uma coisa, que me parece importante, que Lélia Gonzalez afirma que é: o aspecto racial se sobrepõe ao aspecto de gênero e de classe. E a gente pode observar isso quando, no Brasil, por exemplo, nos últimos anos, entre 2003 e 2013, o feminicídio entre mulheres brancas caiu 9.8%, então política de gênero tem sido efetiva para diminuir o assassinato de mulheres brancas pelo fato delas serem mulheres. Só que, no mesmo período, o feminicídio entre mulheres negras aumentou 54.8%. Isso é um indicador brutal de como a raça atravessa todas as outras diferenças sociais e todos os marcadores de desigualdade, e como dizia Lélia Gonzalez, como raça é preponderante, raça vai antes. Por exemplo, se você vê um homem num carrão importado, indica que ele é um homem rico, esse homem branco no carrão importado desperta admiração de muitas pessoas, ele não vai ser parado pela polícia. Isso é gênero e é classe. Agora, diz para mim que é um homem negro nesse carrão, já mudou

tudo. Já não é mais o homem respeitado e admirado, é o homem de quem se deve desconfiar, porque deve ser um bandido. E ele vai ser alvo da polícia, ele vai ser parado, ele vai ser revistado, quando não atirarem no carro dele, enquanto ele estiver andando. Então, nem classe, nem gênero protegem esse homem porque a raça é o marcador mais evidente. Então, eu gosto muito, assim, obviamente, de ler as autoras norte-americanas, a gente aprende bastante com elas, mas o nosso referencial brasileiro, ele me parece complexificar algumas questões. Amo a bell hooks, ela traz, assim, noções sutis, de forma poética, que é um alimento para alma. Quando a Angela Davis escreve *Mulheres, raça e classe*, ela traz histórias significativas dos Estados Unidos que nos permitem, também, olhar para o Brasil. Mas a própria Angela Davis, quando esteve em São Paulo, no ano passado, ela falou: “*Olha, vocês não precisam me ler tanto assim, vocês têm a Lélia Gonzalez*”, ela também aprendeu com a Lélia Gonzalez. Patricia Hill Collins cita Sueli Carneiro, Sueli Carneiro é referência da Patricia Hill Collins. Então, a gente tem aqui uma elaboração no Brasil de autoras, mulheres negras, que escrevem nesse lugar do feminismo, que me parece colocar raça como esse marcador mais importante, e não como uma das vias que se interseccionam como qualquer outra. Porque o que eu vejo acontecer atualmente com a noção de interseccionalidade, por exemplo, é diversos grupos sociais se apropriarem dela, o que é ótimo porque a teoria serve para isso, mas tiram raça. E, assim, eu consigo colocar classe, gênero, deficiência física, idade, são vários marcadores muito importantes, mas se retira a raça. E aí, se eu tiro raça, o que tá acontecendo com essa teoria? Parece-me que ela fica esvaziada, e parece até desonesto fazer esse uso, mas é porque se permite, acredito que a teoria também permite. Então, eu prefiro lidar com esse referencial das nossas autoras negras, mulheres do Brasil.

Bruna Lessa: Isso que você colocou é muito importante, porque quando estudamos determinado assunto em uma área, procuramos muito desses objetos de fronteira, termos que já são bastante discutidos, vocabulários controlados, aceitos por uma comunidade de estudo e prática. Ao trazer de alguma forma essas autorias estrangeiras, ao fazer uma tradução, que na maioria das vezes, não cabe em nosso contexto, o contexto brasileiro, por exemplo, o contexto de cada comunidade, como no termo “interseccionalidade”, oriundo do Direito, no contexto estadunidense. Você está fazendo uma biografia da Sueli Carneiro, e a sua tese também foi sobre memória e escrita de mulheres negras, então, gostaria que compartilhasse, principalmente para aquelas pessoas que ainda não iniciaram leituras sobre o povo negro, como iniciar essas leituras.

Bianca Santana: Perfeito, Bruna. Sueli Carneiro é minha principal referência teórica e, assim, além de eu fazer a biografia dela, na minha tese, ela também é meu principal referencial. Sueli é foucaultiana, então, ela escreve a partir das noções de dispositivo e de biopoder de Foucault sobre o racismo no Brasil. Ela traz a noção de dispositivo de racialidade, e ela trabalha o biopoder muito no sentido, que hoje as pessoas têm lido, do Achille Mbembe, da necropolítica, de como é que, no Brasil, o destino, a política efetiva apresentada para a população negra é a morte. Seja pelo extermínio das pessoas ao serem assassinadas, seja por elas serem deixadas para morrer. Deixadas para morrer pela falta de política de combate ao feminicídio de mulheres negras, por exemplo, deixadas para morrer por covid-19, deixadas morrer por mortalidade materna, e por aí vai. Então, esse biopoder, essa biopolítica com esse dispositivo de racionalidade, sendo todos os ditos e não ditos que conformam o

racismo no Brasil. Desde a Lei de Terras em 1850, que negou acesso à terra para a população negra brasileira, trazendo muitíssimas decorrências até hoje, até o quartinho da empregada, ou o elevador de serviço que são tão marcantes em nossa arquitetura. Isso tudo é um sistema complexo que conforma o nosso racismo. Mas nessa complexidade, Sueli Carneiro traz a noção de “epistemicídio” como o que conecta, ela trabalha na tese dela, essa conexão, essa expressão de um dispositivo de racialidade e da biopolítica, isso está muito expresso no epistemicídio. Ela traz essa noção, mas ela aprofunda e melhora, na minha visão, ela torna mais complexa. O que ela chama de epistemicídio? Não reconhecer aquilo que pessoas negras produzem como conhecimento, não reconhecer esses corpos, esses sujeitos negros como produtores de conhecimento; e não oferecer as condições de formação a essas pessoas, seja essa condição material, do acesso aos livros, seja o próprio desenvolvimento cognitivo, para que elas tenham a condição de avançar intelectualmente. Então, essa noção de epistemicídio, parece-me importantíssima para a Ciência da Informação, porque muito do que se considera conhecimento na Ciência da Informação, é o que vem do norte do mundo, ou que foi definido nos parâmetros de classificação, de organização do norte do mundo, como aquilo que é o conhecimento; aquilo que vou nomear, que eu organizar, e sistematizar como conhecimento. Essas outras coisas são os outros, é o outro. É aquilo que eu classifico como o outro, do outro, porque não importa. Então, a noção de epistemicídio, ela me parece central para ser estudada e discutida hoje, na Ciência da Informação, e a tese da Sueli Carneiro de 2005, é uma referência importante para isso.

Bruna Lessa: Bianca, além da Sueli Carneiro, quais outras autorias te inspiraram?

Bianca Santana: Então, além de Sueli Carneiro, eu recomendo fortemente a leitura da Jurema Werneck, dos vários artigos que ela tem publicado na rede, mas também sua tese de doutorado, de 2007, que defendeu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o livro organizado por ela, chamado *O livro da saúde das mulheres negras*. Quando a gente lê esse livro, parece um debate muito específico, mas não é. Ali, parte do que se discute é conhecimento, é produção de conhecimento. Porque é um livro da saúde das mulheres negras organizado por uma médica, porque a Jurema Werneck é médica, mas que tem, ali no conteúdo, textos de químicas, biólogas, pesquisadoras, parteiras tradicionais, poetas, mulheres que trabalham na assistência direta à população no sistema de saúde. Então, é uma perspectiva para falar sobre saúde, que empilha o nosso olhar sobre quem produz conhecimento sobre a saúde. Me parece um livro essencial também para a Ciência da Informação, apesar de ser o livro da saúde das mulheres negras.

Fora esses textos, a Cida Bento é uma autora que a gente precisa ler também, porque ela nos traz a noção de branquitude, porque em uma sociedade racializada como a brasileira, não são só pessoas negras que têm raça, são também as pessoas brancas que não querem se ver nesse lugar. Cida Bento escreve sobre isso muito bem. A tese dela se chama *O pacto narcísico da branquitude*, que é um título maravilhoso, e está super bem explicado ali na tese. Essas são, para mim, centrais. Abdias do Nascimento, o que ele escreveu nos dois livros que eu conheço dele, que são coletâneas de artigos publicados por ele desde os anos 1970, são textos primorosos que indicam os caminhos para a mudança do Brasil. Ele coloca ali, tudo o que é pauta importante para o movimento negro, para gerações seguintes, ele coloca uma agenda política para nós, tanto no *O quilombismo* quanto em *O genocídio do negro no Brasil*, são livros essenciais do Abdias. Lélia

Gonzalez, que publicou uma série de artigos, além de um texto, um livro junto com Carol Sazbaldo, que foram reeditados os artigos dela em formato de livro, recentemente, tanto em uma versão da União dos Coletivos Pan Africanistas, de 2019, quanto em uma versão recente, de 2020, organizada pela Flávia Rios e pela Márcia Lima. Lélia Gonzalez é referência essencial. Então, nesse momento, essas são as minhas recomendações, assim, acredito que com essas leituras, a gente pode começar a olhar mais para textos contemporâneos. Mas, creio também que a literatura traz outras expressões que às vezes escapam da teoria. Então, Conceição Evaristo, *Becos da Memória*, *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, *Olhos d'água*, *Ponciá Vicêncio*, são livros primorosos, que apresentam muitas dessas questões, a partir daquilo que a gente pode sentir, daquilo que o texto literário desperta em nossa compreensão, que às vezes, na razão, não se alcança. Além da Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor* é um livro com 950 páginas, primoroso, que a leitura é um extremo prazer! Quando a gente lê a história da Kehinde, que é a personagem principal, a gente tem uma aula sobre a história da população negra no Brasil, a gente tem uma aula sobre a diversidade das experiências, do que foi a escravidão negra e dos vários processos de alforria, de libertação. Cidinha da Silva, por exemplo, é a minha cronista preferida, além de escrever contos maravilhosos, tais como *Parem de nos matar* e *Um Exu em Nova York*, enfim, eu poderia dar uma lista de leituras da Cidinha da Silva como recomendação.

Bruna Lessa: Chegar ao texto científico, perpassa, também, por esse encontro com um texto literário. Já finalizando nossa conversa, no final do seu livro, você diz assim: “*E antes de me despedir, você se lembra de quando foi racista com um preto? Uma preta? Não*”

precisa contar para ninguém, só tente não repetir". Podemos dizer que estamos tentando criar um movimento para uma pedagogia da libertação? No sentido de um esforço que se tem tido para uma transformação social que permita um discurso mais democrático, que envolva essas questões, que você trouxe aqui, de raça, de gênero, de classe e, todas as outras questões socioculturais e políticas.

Bianca Santana: Sem dúvida, Bruna! Assim, a escola é essencial, a biblioteca é essencial. Quando eu falo da minha trajetória, vocês devem ter percebido, falo muito de escola, professora, professor, biblioteca, bibliotecária, porque é muito central na formação. No Brasil, felizmente, a gente universalizou o acesso à educação. Tem escola nos lugares, mesmo onde, muitas vezes, não tem internet, aonde não chega livro, onde não tinha jornal, mas tem escola. A escola como esse lugar possível de apresentar mundos, de olhar de perspectiva crítica, de conhecer muitos pontos de vista da nossa história. A escola como esse lugar de referência, me parece importante. Lógico que a gente tem muito trabalho para fazer para uma educação de qualidade que queremos para todas e todos. Mas a existência da escola, a existência desse lugar já é um salto, e é uma demanda importante. Quando a gente olha para mulheres negras de referência, muitas delas são escritoras, e também professoras. Conceição Evaristo foi professora a vida toda, e foi para a universidade fazer pós-graduação em Estudos Literários, a partir de sua experiência como professora em sala de aula. Em tempos anteriores, Antonieta de Barros, primeira parlamentar do Brasil, parlamentar negra na Assembleia de Santa Catarina, era professora e escrevia muito sobre a educação como esse lugar de mudança social profunda. A Frente Negra Brasileira (FNB), movimento negro organizado, que até foi um partido político de escola. Você

tem uma série de associações negras, antes mesmo da abolição, que tinha como objetivo educar, alfabetizar pessoas negras, então nós sempre soubemos que o acesso à educação podia ser uma chave de libertação para o nosso povo, e isso foi feito coletivamente. Os cursinhos populares de um movimento negro, Educafro, Uneafro, e tantos outros, na Bahia, cursinhos de movimento negro que permitem o ingresso de tantas pessoas na universidade. A luta por cota racial na universidade pública, a transformação que a Lei de Cotas tem causado, não dentro da universidade, apenas, mas em toda a sociedade. A Lei 10.639/2003, de ensino da história e da cultura afro-brasileira, obrigatória no Brasil em todos os níveis de ensino. Então, isso tudo foi conquista do movimento negro que traz reverberação na sociedade. Se atualmente temos médicas e médicos negros, é graças ao movimento social organizado que fez cota, o governo Lula fez cota racial atendendo uma demanda do movimento negro, que já tinha sido pavimentada antes. Então, os governos que atenderam, eles atenderam a essas reivindicações históricas, e são tantas outras. Mas a educação me parece essencial para as transformações que a gente deseja.

Bruna Lessa: Realmente, é pela educação que a gente deve iniciar tudo isso. O movimento não começa apenas nas ruas, é um processo. Às vezes lento, um processo silencioso que se inicia na educação, na educação que se promove não apenas dentro das escolas, mas na promoção desta formação social; como esta ação que estamos fazendo aqui, de divulgar textos de autorias negras, de mulheres negras e falar desse lugar, também, de Bianca, enquanto escritora, pesquisadora, que tem trabalhado sobre essas questões para podermos nos conhecer, e fazer com que a sociedade compreenda esse processo. Você tem outros livros, o *Vozes insurgentes de mulheres*, que é organizado por você e outras autoras; *Inovação ancestral*

de mulheres negras, e a sua tese, além deste livro que trouxemos nesta entrevista. Poderia falar um pouco sobre eles?

Bianca Santana: Obrigada mais uma vez! O *Inovação ancestral de mulheres negras* tem até esse nome “inovação”, para aproveitar um financiamento específico da embaixada da Áustria, que era um financiamento para projetos de inovação. Eu falei: “*Eu acho bom, a gente faz um livro sobre a inovação das mulheres negras, que é uma inovação ancestral*”. A gente pensa que em condições muito adversas, em que a política pública mais efetiva direcionada à população negra é um genocídio, nós somos, hoje, a maior parte da população brasileira. Isso tem a ver com essa capacidade imensa da população negra de se organizar, e se reorganizar perante, não apenas, a sua sobrevivência física, como a produção das maravilhas que esta população tem no Brasil. Então, o que do Brasil é reconhecido internacionalmente como muito bom? Milton Santos, maior intelectual, super referência em vários lugares do mundo; você tem a nossa feijoada, cultura, esporte, artes, a gente tem um diferencial negro muito importante na nossa sociedade em condições adversas. Nesse livro, tem 24 mulheres, a maioria delas são de São Paulo, e contam como elas e suas famílias criaram estratégias no cotidiano para lidar com as condições adversas. É um livro que está disponível na internet, dá para fazer o *upload* gratuitamente, tem uma licença aberta de direito autoral. O *Vozes insurgentes de mulheres negras* é uma tentativa de colocar no mesmo volume, textos clássicos de mulheres negras. Desde a carta que Esperança Garcia escreveu no século XVIII, mais ou menos em 1770, passando pela introdução da Maria Firmina dos Reis, no romance “*Úrsula*”, pela Antonieta de Barros, que eu já citei. Eunice Cunha, que foi uma mulher que escreveu uma entrevista negra importantíssima.

Maria de Lourdes Vale do Nascimento, e tantas outras mulheres, até a Cidinha da Silva, que é próxima da gente, no aspecto da geração. Então, na tentativa de trazer textos clássicos de autoras negras em um único volume. Por isso, se quer ler sobre mulheres negras, pode ler *Vozes insurgentes de mulheres negras*, nesse livro, tem-se uma seleção, também disponível gratuitamente na internet, com licença aberta de direitos autorais, para ler e compartilhar o quanto quiser. E, estou finalizando a biografia da Sueli Carneiro, que está em processo de edição.

Bruna Lessa: Agradecemos a sua disponibilidade, nos atendeu prontamente para esta entrevista.

Bianca Santana: Tenho uma admiração imensa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), por tudo que se produz ali, inclusive, Gabriela Gaia que é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, foi da minha banca de Doutorado, ela que estuda Carolina Maria de Jesus, estuda literatura e território. Então, assim, eu sou fã da UFBA, e toda a força para a universidade pública. Tudo que a gente puder fortalecer sempre, na universidade pública, por favor, contem comigo. Sou gratidão e admiração por vocês, e fiquei muito, muito honrada pelo convite, obrigada mesmo!

REFERÊNCIAS

SANTANA, B. *Quando me descobri negra*. São Paulo: SESI-SP Ed., 2015.

SANTANA, B. *Sobre*. [S. l.], c2022. Disponível em:
<https://biancasantana.info/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

▼ CAPÍTULO 11

Ancestralidade africana na literatura infantil

Débora Oyayomi Araujo



Para falar de ancestralidade, tenho muito cuidado, “ piso” com muito cuidado, como diz a música, eu “ piso miudinho”, porque estamos falando de antepassados. Por isso, também, eu peço proteção aos meus antepassados para que as palavras que vou proferir sejam palavras que agreguem, que contribuam com o debate crítico e com uma transformação na sociedade.

Dizer isso é abrir o mote para poder falar um pouco sobre literatura infantil e ancestralidade. É uma honra poder falar sobre esse tema, embora eu não seja pesquisadora de candomblé ou de outras religiões de matrizes africanas. Pesquiso a literatura infantil com a temática da cultura africana e afro-brasileira, e, também, atuo na frente de Educação das Relações Étnico-Raciais, por ser uma professora que ministra disciplina com esta temática na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Então, eu falo desse lugar, desse espaço que compõe as relações raciais na Educação, mas a minha opção teórica, a minha opção de luta mesmo é a literatura infantil e as crianças. Costumo dizer muito que o campo da literatura infantil é discriminado mesmo na discussão sobre relações raciais. Há uma tendência de se estudar temas relacionados ao mundo do adulto e o universo da criança costuma ser pouco explorado. E, apenas mais recentemente, estou vendo uma transformação, com pesquisadoras ao nível de mestrado e doutorado desenvolvendo estudos sobre literatura infantil. Olhando para a história dos estudos críticos sobre relações raciais, de modo geral, predominavam estudos sobre o universo adulto.

Em alguma medida, pode-se falar até em “adultocentrismo”. Então, hoje, faço essa reivindicação: reivindico no espaço acadêmico a discussão de literatura infantil e reivindico que ela não seja considerada menor, porque normalmente quando falo que estudo literatura infantil, as pessoas costumam dizer: “Ai, que bonitinho!”, e tudo vai para o

diminutivo, como se pensar produtos culturais para as infâncias fosse também a representação da menoridade, como a criança é vista em uma perspectiva de menoridade (Araujo, 2019).

Na perspectiva africana isso se inverte: a criança e o(a) velho(a) são grandes representações, são o elo entre ancestralidade e o mundo visível. Então, nesse sentido trago a discussão da literatura infantil. Esta imagem a seguir faz menção ao grupo que represento, que coordeno ou descoordeno (a gente brinca muito com essa ideia), que é o LitERÊtura – Grupo de estudos e pesquisas em diversidade étnico-racial, literatura infantil e demais produtos culturais para as infâncias.

FIGURA 1 | Identidade visual do LitERÊtura



Fonte: LitERÊtura.

O LitERÊtura une, justamente, duas palavras importantes para nós, que estudamos literatura infantil, que é a “literatura” e “erê”, sendo que este, nas matrizes africanas, representa a alegria, a brincadeira, a infância. Então, defenderemos, na literatura, a

brincadeira. Por isso, também sou descoordenadora, porque o nosso foco é produzir conhecimentos acadêmicos, mas com leveza.

É esse o tom que adoto neste diálogo. Por isso, chamo Clementina de Jesus para brincar conosco e me ajudar nessa discussão sobre ancestralidade:

Muriquinho piquinino, muriquinho piquinino

Parente de quiçamba na cacunda

Purugunta aonde vai, purugunta aonde vai

O parente pro quilombo do Dumbá

Purugunta aonde vai, purugunta aonde vai

O parente pro quilombo do Dumbá

[...]

Ê, chora, chora gongo, ê de vera, chora gongo, chora

Ê, chora, chora gongo, ê cambada, chora gongo, chora

(Canto [...], 1982).

A vontade é de ficar ouvindo, de continuar ouvindo para saber o que está dizendo. O que ela diz para nós? O que é isso? Que som é esse? Que letra é essa, que a gente entende e não entende, que toca o coração? É uma música que, talvez, não saibamos o significado de todas as palavras, mas o nosso coração interpreta muito bem.

Trago essa música porque acho que ela diz de uma sensação, de um sentimento que expressa, na minha perspectiva, uma espécie de saudade de algo que não sabemos. Então, por isso, citei Clementina de Jesus, cantando numa língua bantu, invocando as vozes ancestrais para pesarmos essa dimensão da literatura infantil, essa dimensão da oralidade também, porque a literatura infantil com temática da cultura africana e afro-brasileira é muito atrelada à oralidade.

Como falarei de uma ancestralidade na literatura, considere acionar uma personagem que sofre muito as consequências do racismo. Ela foi criada de um jeito que, ao mesmo tempo em que ocupa o nosso coração, também, foi muito discriminada porque o modo como foi apresentada reitera espaços de inferioridade, de estereótipo... ela é violentada verbal e fisicamente.

Então, trazê-la numa potência de ancestralidade e em uma potência de griô (Araujo, 2015) é o principal motivo que eu pego palavras desse escritor racista, mas não estou me importando com ele, estou me importando com ela. Trago Tia Nastácia, e ela diz: “Foi assim que minha mãe Tiaga me contou o caso da princesa ladrona, que eu passo para diante do jeito que recebi” (Lobato, 2002, p. 23).

Essa é uma das frases marcantes das falas de Tia Nastácia, mas que infelizmente acabam sendo subsumidas diante de todo o racismo que permeia a literatura em que ela está presente. Mas, aqui quero destacar justamente o oposto, quero destacar a força do conhecimento ancestral na voz dela quando ela fala de uma literatura ou de uma oralitura (Martins, 2003), que ela aprende com a mãe dela e que repassa a outras pessoas. Estamos falando de conhecimento ancestral, de conhecimento afro-brasileiro ou conhecimento africano. Então, essa oralidade presente na voz de Tia Nastácia marcará a nossa discussão e também vai marcar o futuro, porque penso sempre em uma metáfora em que ela, uma das primeiras personagens negras da literatura infantil, pode olhar, hoje, para as novas gerações de personagens e sentir orgulho.

E, pensando nessa questão de a gente reivindicar a literatura infantil, reivindicar histórias em que nós, negros e negras no Brasil, sejamos representados respeitosamente, e de modo condizente com a nossa história africana, trago justamente uma escritora africana, Chimamanda Adichie. Em trecho do *Perigo de uma história única*, ela declara:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019).

Então, é sob esse princípio que coloco nosso diálogo, pensando nas muitas histórias, mas antes quero falar um pouco dos desafios da biblioteca escolar nas escolas públicas brasileiras. Na minha pesquisa de mestrado (Araujo, 2017), em que investiguei a forma com que crianças leem alguns livros de literatura infantil com personagens negras, estive em uma primeira escola em que não havia – como não há na maioria das escolas brasileiras – profissional da biblioteca. E essa ausência faz toda a diferença no processo de formação leitora das crianças em uma escola.

O segundo aspecto foi me deparar com a biblioteca fechada para reforma e, além disso, os livros novos, que eram do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), estavam todos em pacotes lacrados; porque essa era a ordem da Secretaria de Educação do município para escolas que estivessem com bibliotecas em reforma. Para as crianças lerem durante esse período, sobraram só o que chamo de “coleções toscas” (Araujo, 2017): coleções de qualidade duvidosa. Aquelas coleções que você compra, às vezes, em loja de 1,99 e que tem assim “Animais da fazenda” e daí são vários os animais (um livrinho para cada animal ou às vezes um mesmo livrinho com muitos animais). “Dinossauros” ou “Virtudes” tipo: honra, caráter. Ou, ainda, adaptações de obras clássicas de contos europeus com uma encadernação frágil, com problemas de revisão gramatical. Além de tudo, constava também que, se você observasse, o texto não tinha apuro estético. O que foi possível constatar é que eles tinham basicamente a função de alfabetização. E aí, às vezes,

mesmo para esses contos europeus, sendo contos que hoje reforçam muitos estereótipos.

Em outro estudo, com a coautoria de Ivone Andrusievicz, deparamos com uma biblioteca escolar altamente eurocêntrica (Araujo; Andrusievicz, 2017). Desde os cartazes que ilustravam a biblioteca, as pinturas na parede, tudo se referia a um contexto de branquitude, incluindo as ilustrações de personagens da Disney nas paredes da biblioteca. E o fato de ter sido identificado nas fichas de empréstimos que, no ano investigado, as crianças só tomaram como empréstimo um livro com temática da cultura africana e afro-brasileira, no período entre outubro e novembro; a hipótese que construímos é de que esse livro só foi escolhido porque a discussão feita em sala de aula estimulou as crianças. E por que a discussão feita em sala de aula sobre história e cultura afro-brasileira e africana foi só nesse momento do ano letivo? Devido ao “20 de novembro”.

Ou seja, nos outros dias do ano, os livros selecionados para empréstimos faziam menção justamente a esse universo que a biblioteca ilustrava nas suas paredes. Apenas quando a professora realizou um trabalho sobre cultura africana, aí foi que as crianças buscaram livros com essa temática. Esse exemplo aponta para onde e quando esses livros ficam disponíveis e quão importante é um(a) profissional da biblioteca, que pensa numa atitude afirmativa de difusão da literatura. Se uma biblioteca é composta só com personagens brancas, que tipo de estímulo a gente dá às crianças para que elas procurem livros com temáticas indígenas, africanas e afro-brasileiras?

Mas sigamos para o tema ancestralidade. E, nessa opção, vou invocar o nosso espaço, a nossa ancestralidade na literatura infantil, por meio de personagens que ilustram essa literatura que hoje podemos comemorar (ainda que com parcimônia, considerando que não são livros em proporção ao número de livros com personagens brancas); porque

é uma literatura de valorização da cultura africana e afro-brasileira: Sosu, do livro *O chamado de Sosu*, de Meshack Asare (2005); *Ynari, a menina das cinco tranças*, de Ondjaki (2010); *Arabela, princesa mimada que só ela*, de Mylo Freeman (2008); Joaquim, do livro *Adamastor, o Pangaré*, de Mariana Massarani (2007); *O menino Nito*, de Sonia Rosa (2006); *O mundo no black power de Tayó*, de Kiusam de Oliveira (2013); *Bruna e a galinha d'Angola*, de Gercilga de Almeida (2011) e tantas outras personagens. Optarei, também, pensar as crianças nessa literatura, porque a gente tem que olhar muito sobre como uma criança negra se olha. Ela tem oportunidade de se ver representada nessa literatura? Ela tem oportunidade de se ver representada nos produtos culturais, de modo geral?

Considerando a pesquisa que venho fazendo nos últimos anos, consegui perceber desse universo que hoje a gente pode comemorar (reiterando; ainda que com parcimônia), algumas tendências ou características que prevalecem nos livros. Chamo isso de “tendências contemporâneas da literatura infantil com a temática da cultura africana e afro-brasileira” (Araujo, 2018a, 2018b).

A primeira delas nomeiei de “Conflitos do universo infantil”: envolvem dilemas vivenciados nas diversas infâncias. Antigamente, quando uma criança negra era retratada na literatura infantil, (estou me referindo especialmente do século XX), basicamente ela era o “moleque de recado” ou uma figurante na narrativa, e que sempre estava em condições de opressão ou miserabilidade ou vulnerabilidade. Principalmente os meninos negros estavam sempre relacionados ou à marginalização ou à orfandade (Araujo; Damasceno; Alcântara, 2020). Então, quando nos deparamos com livros em que meninos e meninas negras enfrentam conflitos do universo infantil, que abordam dramas e situações vivenciados nas diversas infâncias, destaco isso como um ponto positivo. Por exemplo, o fato de uma criança saber que a mãe está

grávida e nascerá um irmãozinho, ou vai nascer uma irmãzinha (Masarani, 2007). Esse é um tema que qualquer criança ou grande parte das crianças podem vivenciar. Isso, não necessariamente envolve apenas as crianças negras, ou apenas as crianças brancas.

Nessa tendência, o tema do racismo ou tema do pertencimento étnico-racial não está explícito no texto verbal. O que marcará racialmente as personagens são as ilustrações. Outra característica é o contexto familiar (Freeman, 2008; Rosa, 2006), que é totalmente novo em comparação à literatura do século passado, em que as crianças não tinham proteção familiar. Atualmente, nós vemos crianças em contextos familiares realçados em cenas de carinho, de atenção e amor mútuo. Junto a isso, está o contexto econômico: as crianças personagens vivem em condições humanizadas, porque tivemos, por um período, crianças passando fome sendo relatadas na literatura.

Na segunda tendência, principalmente no século XXI, diferentemente da anterior, o pertencimento étnico-racial é expresso tanto na ilustração quanto no texto verbal. No caso das meninas, há uma ênfase muito grande no elogio aos cabelos e, no caso dos meninos, há um elogio de humanização da cor da pele, da beleza e do sorriso.

Então, é uma possibilidade de inovação no plano literário para meninas negras de, experimentarem, a partir de um livro como este, possibilidades de pensar seus cabelos de modos diferentes do tradicional (sendo presos ou trançados sob argumentos diversos, como o piolho, por exemplo). Então, essa personagem nos liberta, como meninas negras. E sobre os meninos negros é possível pensar também em masculinidade, identidade, beleza e estética (Rosa, 2006). Muita gente perde a oportunidade de conhecer muita riqueza. Riquezas do universo humano, sabe?

E, por último está a tendência que tem a ver com, justamente, a ancestralidade. Dei o nome de “Resgate da herança e da ancestralidade

africana”: envolve histórias que vão tratar de mitos africanos, por exemplo, sobre a criação do mundo (Almeida, 2011). Também, muitos deles tratam de resolução de conflitos e, também, da resistência dos povos africanos tanto nas sociedades tradicionais ou contemporâneas africanas (Asare, 2005) quanto nos contextos da diáspora, especialmente no contexto brasileiro (Oliveira, 2013). Por serem obras com personagens míticas que, na maior parte das vezes, ajudam os humanos a resolver seus conflitos, eu direi que envolvem personagens com atributos sobre-humanos, dotados de poderes mágicos ou de uma sabedoria ancestral (Ondjaki, 2010).

Nessa categoria, há três experiências bem presentes: 1) A vivência com o racismo no Brasil: quando as personagens são brasileiras, normalmente essa narrativa trata do racismo; 2) A resistência da população negra em contexto de diáspora; e 3) Os mitos fundantes, de base africana, que vão auxiliar justamente essas mulheres, crianças, homens, velhos e velhas, a resolverem aquele problema inicial criado pelo racismo. Então, considero que essa tendência é, do ponto de vista da ancestralidade, a mais significativa porque mostra aquilo que já aprendemos: que não andamos só e, por isso, podemos acionar os nossos antepassados, que estão zelando por nós. Para as tradições africanas, nós vivemos uma perspectiva cíclica: o mundo passado, o presente e o futuro caminham em uma mesma dimensão. E tudo isso está presente nessa literatura.

E, por isso, para encerrar, eu retomo aquela metáfora inicial sobre Tia Nastácia e acrescento:

Se retomarmos essa metáfora [...] e imaginarmos as personagens negras das primeiras histórias da literatura infantil brasileira recontando suas trajetórias e observando quantos passos foram dados até chegarmos nessa nova geração de

personagens, é possível que as víssemos felizes, comemorando o que Tia Nastácia em poucas vezes pôde dizer, em tom de protesto e desforra. Ela disse, em um momento, em uma história: 'Agora chegou minha vez. Negro também é gente, sinhá [...]' (Araujo, 2017, p. 39).

Enquanto apaixonada pela literatura infantil, olho com orgulho para essas personagens e, ainda mais, vendo essas crianças dizendo e fazendo coisas que ela não pôde fazer. Porque agora negro também fala, agora chegou a nossa vez, agora negro tem poder. Na verdade, a gente sempre teve, mas nem sempre nossa voz foi ouvida. Então, esses espaços ocupados por personagens negras na literatura infantil me mostram essa correlação com a ancestralidade.

As minhas palavras finais sintetizam o que desejo a vocês: muito axé! Que o espírito das crianças contamine todo mundo, para a gente usar essa sensação de alegria para lidar com esse tempo difícil. Se perdermos esse espírito da criança que habita em nós, teremos perdido tudo.

Adupé! Muito obrigada!

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. *O perigo da história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALGUÉM me avisou. Intérpretes: Dona Ivone Lara e Ara Ketu. Compositora: Dona Ivone Lara. In: BODAS de Ouro. Intérprete: Dona Ivone Lara. Rio de Janeiro: Columbia: Sony Music, 1997. 1 CD, faixa 2 (4 min 3 s).

ALMEIDA, G. *Bruna e a galinha d'Angola*. 8. ed. São Paulo: Pallas, 2011.

ARAUJO, D. O. Caminhos trilhados pelas personagens negras na literatura infantil brasileira: percalços e percursos. *Tom: cultura, arte, reflexão*, [Curitiba], v. 3, n. 6, p. 20-42, 2017. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/1082-debora-oyayomi-araujo-caminhos-trilhados-pelas-personagens-negras-na-literatura-infantil-brasileira-percalcos-e-percursos>. Acesso em: 5 fev. 2022.

ARAUJO, D. O. Literatura infantil e ancestralidade africana: o que nos contam as crianças? *Momento: diálogos em educação*, [Rio Grande], v. 28, n. 1, p. 109-126, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8774/5830>. Acesso em: 5 fev. 2022.

ARAUJO, D. O. Meninas e meninos negros nos livros infantis contemporâneos: três tendências positivas. In: MORO, C.; SOUZA, G. de. (org.). *Educação infantil: construção de sentidos e formação*. Curitiba: NEPIE/UFPR, 2018. p. 219-241. Disponível em: https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2016/08/Final_Ebook_EducacaoInfantil_construcaodesentidoseformacao.pdf. Acesso em: 5 fev. 2022.

ARAUJO, D. O. *Personagens negras na literatura infantil: o que dizem crianças e professoras*. Curitiba: CRV, 2017.

ARAUJO, D. O. de. Representações sobre oralidade e escrita na tradição africana e sua presença/ausência na formação educacional brasileira. *Pontos de Interrogação: revista de crítica cultural*, [Alagoinhas], v. 5, n. 2, p. 161-175, 2015. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/2172>. Acesso em: 5 fev. 2022.

ARAUJO, D. O. de; ANDRUSIEVICZ, I. Quem escolhe o que ler na escola? Refletindo sobre a diversidade étnico-racial na literatura infantil e juvenil. *E-Hum: revista científica do departamento de ciências humanas, letras e artes do UNI-BH*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 56-68, 2017. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/2267/1193>. Acesso em: 5 fev. 2022.

ARAUJO, D. O. de; DAMASCENO, G. T.; ALCÂNTARA, R. G. de. Meninos negros na literatura infantil: corpos ausentes. *Revell*, [Campo Grande], v. 2, n. 25, p. 284-310, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/4732/pdf>. Acesso em: 5 fev. 2022.

ASARE, M. *O chamado de Sosu*. Tradução de Maria Dolores Prades. São Paulo: SM, 2005.

CANTO II. Intérprete: Clementina de Jesus. *In*: O CANTO dos escravos. Intérprete: Clementina de Jesus, Tia Doca e Geraldo Filme. Produtores: Aluísio Falcão e Marcus Vinicius de Andrade. São Paulo: Eldorado, 1982. 1 LP, faixa 2 (3 min 30 s). [Composição em domínio público].

FREEMAN, M. *Princesa Arabela, mimada que só ela*. Tradução de Ruth Sales. São Paulo: Ática, 2008.

LOBATO, M. *Histórias de Tia Nastácia*. 32. ed. 9. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MARTINS, L. M. Performances da oralitura: corpo, lugar de memória. *Língua e literatura: limites e fronteiras*, [Santa Maria], n. 26, p. 63-81, 2003. Disponível em; <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881/7308>. Acesso em: 5 fev. 2022.

MASSARANI, M. *Adamastor, o pangaré*. São Paulo: Melhoramentos, 2007.

OLIVEIRA, K. *O mundo no black power de Tayó*. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2013.

ONDJAKI. *Ynari: a menina das cinco tranças*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2010.

ROSA, S. *O menino Nito*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

▼ CAPÍTULO 12

Representação estética negra

Turbantes como forma de resistência
e empoderamento

Ana Paula Medeiros Teixeira dos Santos



Os turbantes são faixas de tecido que envolvem a cabeça e que podem ser arranjados de várias formas. Muito se tem discutido sobre as origens dos turbantes e seu papel dentro da resistência negra, na forma de empoderamento estético através da moda.

Primeiro, importante dizer que compreendo os usos dos turbantes a partir dos estudos em moda, *design* e história. E moda não é palavra amplamente aceita quando falamos de estética e artefatos da matriz africana, pois, bem sabemos, a moda enquanto sistema exclui minorias, perpetua desigualdades, causa problemas ambientais e explora mão de obra em situação de vulnerabilidade.

Aqui, entendo moda como cultura material e como um fenômeno que vai para além da visão capitalista que produz tendências toda estação. Pela teoria de cultura material, os artefatos não são somente produzidos por pessoas, mas também fazem parte da construção de corpos, identidades e culturas. Sendo assim, as roupas e outros acessórios e adereços não refletem a personalidade das pessoas, mas atuam no sentido de constituí-la. Quando falamos de populações africanas, falamos de culturas que têm uma relação extremamente próxima e complexa com artefatos, desde o lazer até os rituais religiosos. A materialidade não se torna oposta à espiritualidade ou uma coisa frívola, mas sim parte importante da vida.

Assim, compreendo que a moda foi construída como um sistema excludente e de diferenciação de classes ao longo da história, porém entendo que foi ganhando novos significados, fazendo parte de movimentos político-culturais como estratégia de lutas e de desconstrução de estereótipos. Ela vem sendo utilizada como estratégia de resistência pelos movimentos negros em diversos países africanos e da diáspora. A forma de arranjar os cabelos, as referências às culturas africanas ancestrais, as cores e formas das roupas foram e ainda são utilizadas para

chamar a atenção quanto às desigualdades de raça e de gênero e posicionar a cultura de matriz africana.

O cabelo no estilo *black power* e o pente de madeira foram tão importantes para o movimento negro dos anos 1960 que acabaram sendo seus símbolos de identificação. Os *dreadlocks*, adotados pela religião rastafári, também foram ressignificados como símbolo de resistência da cultura negra. Hoje, com o incentivo da transição capilar, é possível ver uma maior quantidade de pessoas negras utilizando seus cabelos sem química e adornados com tranças e turbantes. A partir dessa visão, o uso de turbantes se torna estratégia não somente de beleza, mas de resistência.

Segundo Sandra Quiala, jornalista e produtora cultural angolana, algumas amarrações de turbantes remetem sua origem à realeza do antigo Egito, Núbia e África Ocidental, onde os governantes usavam faixas na cabeça como símbolo de sua realeza (Turbante [...], 2019). Na África diversa, as amarrações têm diversos significados. Entre os povos yorubás, por exemplo, usar o turbante amarrado com as pontas voltadas para baixo é sinal de que a mulher é casada. Já entre os povos xhosa, a mulher casada deve cobrir sua cabeça com o turbante na presença de seus sogros, como sinal de respeito.



FIGURA 1
Gele: um dos
turbantes yorubás

Fonte: hatClad (2015).

A *designer* e ilustradora guineense Bangé Yhodi (2019) afirma que o turbante faz parte do dia a dia das mulheres africanas. Ela afirma que para a etnia fula, da qual faz parte, os turbantes não têm somente função estética, mas auxiliam em tarefas diárias como carregar madeira e baldes na cabeça – o que nos faz lembrar das “vendedoras” no Brasil.

FIGURA 2 | Mulheres locais carregando baldes na cabeça, Malawi, África



Fonte: Borges (2020).

Sandra Quiala também afirma que, na diáspora, o turbante evoca a imagem da África como pátria mãe e expressava identidade para os povos sequestrados. Para a jornalista, o turbante na cabeça das mulheres africanas, trazidas a força para a América, funcionava como uniforme de rebelião, significando resistência à perda de

autodefinição, ou seja, uma resistência ao apagamento das identidades e objetificação dos corpos negros (Turbante [...], 2019).

No Brasil, os turbantes ganharam diversos significados diferentes dos socialmente produzidos nos países africanos. Com a marginalização da cultura e estética negra, por muito tempo eles foram vistos apenas como acessórios que deveriam ser usados em situações de doenças, em casos nos quais se perde os cabelos, ou em atividades domésticas, como sinal de higiene.

De acordo com Lélia Gonzalez (1984), a questão do branqueamento é central para o entendimento do racismo e do sexismo no país. Ao problematizar a questão do alisamento dos cabelos crespos, principalmente quando imposto por questões profissionais, afetivas ou de higiene, podemos pensar na permanência das ideias formuladas nas propostas de eugenia pensadas para o Brasil no fim do século XIX. O branqueamento da população brasileira foi proposto em três instâncias no início do século XX: (1) biológica, por meio da miscigenação; (2) moral, pelo cerceamento dos costumes; e (3) estético, com técnicas químicas, mecânicas e cosméticas para alisar os cabelos e clarear a pele. Nesse processo, as técnicas de embelezamento de matriz africana, como tranças e turbantes, foram ganhando conotações negativas (Santos; Santos, 2018).

Porém, a ideologia do branqueamento e suas imposições sobre os corpos não foram aceitas de maneira passiva por toda a população negra. Durante todo o século XX, foi possível ver a organização de resistências a esse pensamento e aos estereótipos criados por ele. Com os movimentos de empoderamento da população negra, o turbante foi ganhando novos significados e antigos significados positivos também foram sendo reforçados, como o uso de turbantes por religiões de matriz africana.

Hoje, os usos dos turbantes estão relacionados principalmente a movimentos de valorização do cabelo crespo e de transição capilar, fazendo parte de estratégias de valorização estética de matriz africana, de decolonização dos corpos e do conceito de beleza. O acessório é também fonte de renda de diversas costureiras, *designers* e estilistas negras, cujo trabalho tem ganhado maior visibilidade devido à produção deste acessório. O turbante, então, pode ser visto também como parte da construção de feminilidades negras no Brasil, fora do padrão eurocêntrico.

FIGURA 3 | Jovem negra usando turbante



Fonte: Brasil de Fato (2017).

No mestrado, trabalhei com um evento de afroempreendedorismo, em Curitiba/PA, chamado Afro Chic, estudando suas oficinas de tranças e turbantes e entrevistando suas organizadoras, Débora Pereira e Neli Gomes. Percebi esse evento como uma das estratégias da Geração Tombamento, movimento cultural brasileiro

que utiliza a moda e a estética como ferramentas políticas para desconstrução de estereótipos de raça e de gênero, tendo os turbantes como artefato importante na construção e desconstrução de identidades negras.

Nesse período, conversando com diversas mulheres negras, o turbante estava fazendo parte da construção da própria negritude e feminilidade dessas mulheres. Enquanto pessoas negras, aprendemos que uma mulher bonita é aquela magra, alta, pele clara, “delicada”, cabelos lisos e longos. No processo de transição capilar não é essa imagem que encontramos no espelho. Este processo de reconstrução e reconhecimento de si é tão bonito quanto doloroso, porque é difícil olhar para o espelho e conseguir ver beleza em coisas que aprendemos a vida inteira que eram feias, que eram indesejáveis. É um processo de descoberta, de construção de identidade.

Utilizar os cabelos sem química, com volume ou com adornos de matriz africana significa resistir e propor uma nova estética possível para mulheres negras, ressignificar de maneira positiva elementos ignorados ou estigmatizados na história do Brasil. Desbranquear os corpos de mulheres negras com a assunção da textura natural de seus cabelos e o uso de artefatos de moda de matriz africana, pode ser visto como a construção de uma estética amefricana, mais condizente com a realidade das mulheres negras brasileiras. A noção de amefricanidade é apresentada por Gonzalez (1988) como uma forma própria para pensar a história das populações afroameríndias, usando categorias forjadas a partir da cultura negra com vistas à decolonização do conhecimento na chamada América Latina (Cardoso, 2014).

A amefricanidade, para Gonzalez (1988, p. 77), possibilita “[...] resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo”. Amefricanos designaria, então, toda a descendência de

africanos e indígenas, e não só os nativo-americanos e africanos trazidos em navios negreiros para esse continente. O conceito propõe pensar as relações hierarquizadas de gênero, raça e classe social a partir das experiências das mulheres negras e indígenas da América Latina e do Caribe.

Assim, buscamos a construção e valorização de uma estética mais condizente com as características dos corpos negros, como um desejo por uma vivência da amefricanidade, proposta por Lélia Gonzalez; considerando propor aparências a partir de uma referência de imagem e cuidados com o corpo a partir de uma matriz afro-brasileira e não eurocêntrica.

Além disso, o aumento do uso de turbantes traz também outro viés de empoderamento para mulheres negras: o de geração de renda para aquelas que produzem. Durante as entrevistas do mestrado, Débora e Neli – organizadoras do Afro Chic – ressaltavam sempre que a produção consciente de artefatos de moda de matriz afro faz parte da construção da ideia de ancestralidade e dos corpos tanto das mulheres que produzem quanto das que irão consumir. De algum modo, compreendiam também que afroempreendedorismo funciona como resistência ao sistema capitalista. Para Neli, produzir e/ou utilizar artefatos de matriz africana não se separa de uma resistência política e auxilia na decolonização dos corpos.

Compreendo que o empreendedorismo é parte do motor da dinâmica capitalista e que gera competição. Porém, no contexto tratado aqui, ele se torna uma alternativa possível e passa a amenizar desigualdades a curto prazo. Assim, entendo o afroempreendedorismo como a criação de uma rede de relações que possibilita às pessoas negras vender e ter acesso a produtos e serviços que não são oferecidos por um mercado hegemonicamente branco. Neste contexto, principalmente a partir da década de 2010, diversas artesãs, estilistas e *designers* negras

brasileiras passaram a oferecer o turbante e tecidos específicos para as amarrações como um produto importante de seus negócios.

Assim, concluo que o uso de turbantes faz parte de um movimento de desbranqueamento da moda e da estética negra, que produz corpos que estão em um processo de empoderamento e reconhecimento de si, em um país que tentou, a muito custo, transformá-los e extingui-los. Os turbantes fazem parte também de um processo estratégico de valorização dos saberes africanos, que sofreram apagamento e foram marginalizados em nossa cultura, marcando o potencial de cultura material de servir, de mediar, e construir conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BORGES, L. A invenção que facilita o transporte de água na África. *Autossustentável*, Rio de Janeiro, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2020/03/transporte-agua-africa-hippo-roller.html>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- GONÇALVES, A. M. Na polêmica sobre turbantes, é a branquitude que não quer assumir seu racismo. *Brasil de Fato*, São Paulo, 16 fev. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/16/na-polemica-sobre-turbantes-e-a-branquitude-que-nao-quer-assumir-seu-racismo>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, [São Paulo], p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.
- HATCLAD. Fashion of the world. Yoruba people. *hatClad*, Cádiz, 11 Mar. 2015. Disponível em: <https://hatclad.wordpress.com/2015/03/11/149/>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- SANTOS, A. P. M. T. dos; SANTOS, M. R. dos. Geração Tombamento e Afrofuturismo: a moda como estratégia de resistência às violências de gênero e de raça no Brasil. *Dobras*, [São Paulo], v. 11, n. 23, p. 157-181, maio 2018. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/716/490>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- TURBANTE, coroa da Mulher Africana | Mwana Afrika Oficina Cultural. Produção de Mwana Afrika. [S. l.]: Mwana Afrika, 2019. 1 vídeo (3 min 10 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70YOKID9DYU&t=52s>. Acesso em: 18 nov. 2022.

YODHI, B. *Meu turbante tem história*. Produção de Canal Preto. [S. l.], 28 ago. 2019. Facebook: canalpretoo. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=483992975787686>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SOBRE AS SEÇÕES DE EXTENSÃO PARA EXTENSÃO, OFICINAS E PALESTRAS

Rayan Aramís de Brito Feitoza

A concepção desta parte da coletânea sobre as ações do Projeto de Extensão Sala Aberta, do Lab-RecrIE, resultou nas contribuições de pesquisadores da área da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, ao se disponibilizarem em participar da seção de extensão para extensão, da seção de oficinas, ou da seção de *lives* com temas emergentes, ocorridas integralmente na modalidade remota por meio de plataformas digitais, na edição do ano 2021 do projeto, vinculado ao Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

As autorias apresentam suas reflexões e compartilham seus conhecimentos sobre determinadas temáticas, das áreas apresentadas, em um contexto de desafios e mudanças advindas pela pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela doença covid-19, considerada uma das mais graves crises sanitárias da história, e que impactou consideravelmente vários setores da sociedade, entre eles, os da educação e da ciência.

As atividades do projeto de extensão ocorridas na modalidade remota viabilizaram parcerias e interlocução entre professores, pesquisadores e profissionais de diferentes regiões do Brasil, bem como fortaleceu a cooperação interinstitucional a partir de instituições de ensino,

pesquisa e desenvolvimento científico. Tais contribuições se materializaram em textos científicos, os quais são dispostos neste livro e, nesta parte, os autores ampliam seus contributos revelados pela oralidade para o formato de capítulos inovadores.

Os temas aqui abordados atravessam as áreas de Arquivologia e Biblioteconomia, enquanto campos que dialogam com a Ciência da Informação; perpassando pela transformação digital, repositórios institucionais, arquitetura da informação e experiência do usuário, arquivos de instituição de ensino, método paleográfico, a partir de transcrição de documentos, práticas e normas de resumos científicos.

Como texto de abertura deste momento da coletânea, a transcrição da palestra intitulada “Transcrição dos manuscritos das colônias de Blumenau, Teresópolis e Santa Isabel, do século XIX – acervo que integra o setor de obras raras da biblioteca universitária da UFSC”, de autoria de Aline Carmes Krüger, relata as ações de conservação, transcrição paleográfica e digitalização da coleção de manuscritos de correspondências referentes às colônias de Blumenau, Santa Isabel e Teresópolis, do estado de Santa Catarina, no século XIX, desenvolvidas a partir de um projeto de extensão universitária.

Em “Transformação digital das entidades custodiadoras através da implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-ARQ)”, de Daniel Flores, é apresentado o seu projeto de extensão como meio de reflexões sobre a transformação digital, no contexto da Arquivologia; sobretudo quando se pensa nas mudanças ocorridas no modo de produção de documentos eletrônicos e digitais e nas políticas de preservação e recuperação a partir de repositórios digitais e arquivísticos.

Já o texto “A experiência do usuário e a arquitetura da informação como ferramentas para definição de repositórios” de autoria de

Charlley dos Santos Luz, aponta conceitos sobre User Experience (UX) – Experiência do Usuário (ExU) – e elementos de Arquitetura da Informação (AI) no contexto de repositórios. O autor considera a relação da UX e AI com a Arquivística, a partir da interface do processo de experiência de usuário em um repositório que possui interfaces de gestão e de difusão de documentos e informações.

Aprofundando reflexões sobre arquivos de instituições de ensino, a autora Rachel Ferreira Bueno apresenta o texto “Organização de arquivo em instituições de ensino superior e escolares”, no qual discorre sobre a legislação específica sobre a gestão de documentos e arquivos no contexto das universidades públicas e escolas brasileiras, situando os principais meios de execução e prática operacional no dia a dia dessas instituições.

No texto “Repositórios institucionais: gestão, planejamento e implementação”, as autoras, Rosa Maria Andrade Grillo Beretta, Rosana Drigo e Telma Aparecida Tupy de Godoy, convidam-nos a entender, sucintamente, as ações necessárias para o planejamento, implementação e gestão de um repositório institucional. As autoras apresentam, procedimentalmente, como se realiza cada etapa na constituição de um repositório.

Para encerrar esta coletânea, Juliana Fachin apresenta o texto “Escrita científica: padrões para elaboração de resumo para artigos científicos”, sendo este texto proveniente da oficina proferida no âmbito das temáticas de componentes curriculares dos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia da UFBA, para orientar, de forma clara e objetiva, a construção e organização do conteúdo científico para pesquisadores iniciantes no ambiente acadêmico.

Os textos apresentados a seguir possibilitam aprimorar os estudos sobre os temas explorados a partir de experiências e vivências nas práticas de ensino, pesquisa, extensão e atuação profissional

dos palestrantes convidados pelo Projeto Sala Aberta. Certamente, a leitura desse produto científico poderá viabilizar a ampliação do repertório de conhecimento daqueles que têm interesse.

▼ CAPÍTULO 13

Transcrição dos manuscritos das colônias de Blumenau, Teresópolis e Santa Isabel, do século XIX

Acervo que integra o setor de obras raras da biblioteca universitária da UFSC

Aline Carmes Krüger



INTRODUÇÃO

Apresentamos, neste projeto, as ações de conservação, transcrição paleográfica e digitalização da coleção de manuscritos de correspondências referentes às colônias de Blumenau, Santa Isabel e Teresópolis – Santa Catarina – do século XIX, acervo disponível no setor de obras raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC).

O conceito de arquivo passou por algumas modificações ao longo do tempo. Em meados do século XX, segundo Paes (2004, p. 53), “[...] começa a desabrochar um crescente interesse pelo valor histórico dos arquivos e os documentos ganham o *status* de testemunhos da história”. Os manuscritos que compõem o conjunto documental destas colônias constituem-se de um acervo permanente, que se conserva em razão de seu valor histórico e documental. Esses manuscritos, contemplados no projeto, foram produzidos em papel de uso corrente, sendo que estes, devido à fragilidade, ao envelhecimento natural e a ações de fatores químicos e físicos decorrentes do meio ambiente, apresentam problemas na conservação da informação registrada.

Desta forma, torna-se urgente sua conservação, transcrição e digitalização, para que as informações sejam disponibilizadas em outro suporte e os originais sejam preservados. O documento manuscrito está sendo acondicionado, tendo em vista a fragilidade do suporte empregado, as degradações e os danos já ocorridos, a perspectiva de exposição e disponibilização da coleção para o público acadêmico e a comunidade em geral. O projeto pretende, de modo geral, conservar, transcrever e digitalizar os manuscritos das colônias de Blumenau, Santa Isabel e Teresópolis e tem como objetivos específicos: capacitar os alunos em práticas de conservação preventiva no acervo; transcrever os documentos; estudar a origem, fundamentos e novas perspectivas para a paleografia; produzir e divulgar a transcrição dos documentos;

digitalizar os documentos; disponibilizar os documentos digitalizados no Repositório Institucional da UFSC; ampliar o acesso à informação e a disseminação do conteúdo dos fundos documentais do setor de obras raras da BU/UFSC.

As ações de extensão, propostas de forma individual ou coletiva, poderão ser realizadas na universidade ou fora dela. É uma etapa de processos de produção do conhecimento acadêmico estendida à sociedade. A extensão gera uma interdisciplinaridade, com ênfase especial na participação de outros setores da universidade. A extensão neste projeto tem caráter educativo no sentido de tornar as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento adquirido em sala de aula em suas futuras atividades profissionais.

METODOLOGIA

É muito comum um pesquisador que nunca teve contato com um documento manuscrito antigo, ao se deparar com um, ficar arrebatado pelo deslumbramento que um documento desse tipo pode nos provocar, ou muito assustado, inseguro em poder tocá-lo ou mesmo lê-lo. É natural que um documento aparentemente ilegível, espante o leitor. O ensino da paleografia no curso de Arquivologia da UFSC e o exercício paleográfico realizado com calma, cautela e empenho podem tornar um documento ilegível em documento legível, possibilitando o acesso à informação. Segundo Berwanger e Leal (2008), a paleografia é o estudo técnico de textos antigos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais, instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição.

O primeiro passo para a realização da análise paleográfica é a transcrição dos manuscritos, e para que isso ocorra recorre-se às Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos. Para ser possível o uso dos documentos no futuro, é necessário que se realizem ações de conservação. Deste modo, os documentos permanecerão no seu melhor estado físico e suas informações estarão acessíveis. Cassares (2000, p. 12) define conservação como “[...] um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento)”. A conservação contempla neste projeto a higienização e o acondicionamento dos documentos. O processo de digitalização é realizado em parceria com o Arquivo Central da UFSC no Serviço de Digitalização e Microfilmagem de Documentos (SDMD). O processo de digitalização atende a legislação vigente e as diretrizes e normas do Arquivo Nacional/Conarq. O setor de obras raras da BU/UFSC acompanha o processo de indexação e disponibilização do arquivo digital e da transcrição do documento no Repositório Institucional da UFSC.

Para tanto, foram definidos os metadados a serem utilizados e padronizadas as informações que estão sendo inseridas. Esse projeto tem como público-alvo a sociedade em geral, que tem interesse nos documentos e nas informações nele contidas. Objetiva atingir, também, os alunos da graduação que, envolvidos no projeto, poderão aplicar os conhecimentos e as ferramentas operativas que as disciplinas dos cursos oferecem. O projeto é realizado na BU/UFSC, no Arquivo Central da UFSC e no Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos do Departamento de Ciência da Informação da UFSC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural tem cada vez maior relevância na atualidade, dada a importância da transmissão da nossa herança cultural para as futuras gerações. O fundo documental do Setor de Obras Raras da BU/UFSC é uma ampla fonte de informação para a pesquisa histórica, arquivística e paleográfica. Este patrimônio pode ser utilizado como documento historiográfico, bibliográfico, arquivístico, cultural, bem como análise da produção e processo gerador de informação.

Esperamos, ao final do projeto, que a BU/UFSC possa disponibilizar aos usuários a transcrição e a digitalização dos documentos com segurança, proporcionando o acesso à informação deste acervo. Com o resultado dessas atividades, a instituição poderá elaborar instrumentos de pesquisa como guias, catálogos, inventário, índices e outros. As ações de extensão são uma etapa de processos de produção do conhecimento acadêmico estendida à sociedade. A extensão gera uma interdisciplinaridade, com ênfase especial na participação de outros setores da universidade. A extensão nesse projeto tem caráter educativo no sentido de tornar as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento adquirido em sala de aula em suas futuras pesquisas e atividades profissionais.

A atividade prática-teórica poderá ser disseminada em publicações e apresentações de trabalhos em eventos e congressos. Bem como, conjuntamente às atividades de ensino, dar origem a trabalhos de conclusão de curso. Finalmente, entendemos que o projeto está em concordância com uma adequada política de conservação preventiva, indispensável ao pleno desempenho das atividades inerentes à natureza desta instituição. Sua realização possibilitará que a totalidade dos manuscritos tenha sua integridade físico-estética preservada, e que os conhecimentos adquiridos em sala de aula pelos alunos sejam vislumbrados na prática. As instituições parceiras

do projeto serão favorecidas de forma a melhorar a conservação dos documentos, disseminando e organizando o seu acervo. A sociedade também será beneficiada, pois o projeto proporcionará a preservação de nosso patrimônio e acesso à informação contida nesses documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar “os modos de ler e escrever” um documento é importante para a análise deles. E é somente o estudo e a prática diária e o contato constante com os documentos que permitirão o seu entendimento e sua transcrição efetiva. Desenvolver os métodos e as técnicas de conservação e transcrição proporcionaram uma maior compreensão da interação entre documento histórico e pesquisador, visto que o exercício paleográfico vai muito além de transcrever, usando as normas técnicas; é também uma ferramenta significativa na construção da história e da memória e indispensável para a compreensão do processo gerador da informação.

Sendo o principal objetivo do projeto tornar o acervo da colônia Blumenau acessível, e colocá-lo à disposição dos usuários e pesquisadores a experiência do passado; buscamos ao máximo compreender, identificar e transcrever o conteúdo dos textos de forma mais completa possível, pensando nas futuras dificuldades que os usuários teriam ao se depararem com um documento, à primeira vista, incompreensível ou ilegível. Finalmente, entendemos que as ações aqui realizadas e apresentadas estão em concordância com uma adequada política de conservação preventiva, indispensável ao pleno desempenho das atividades inerentes à natureza dessa

instituição. Sua realização possibilita que a totalidade dos manuscritos da colônia de Blumenau do século XIX tenha sua integridade físico-estética preservada.

REFERÊNCIAS

- BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 3. ed. rev. ampl. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008.
- CASSARES, N. C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000.
- PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

▼ CAPÍTULO 14

Transformação digital das entidades custodiadoras através da implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-ARQ)

Daniel Flores



INTRODUÇÃO

Como transformar as entidades custodiadoras? Através do projeto de extensão, buscamos dar apoio, facilitar, e transformar essas entidades. Identificamos um dos elementos da transformação digital, a oferta, por parte dessas entidades, dos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-ARQ).

O projeto surgiu, principalmente, devido a uma inquietude que a equipe sentiu em relação ao fato de as pesquisas estarem evoluindo bastante na nossa área: na área de arquivologia, biblioteconomia, ciência da informação, museologia, entre outras; principalmente sobre a preservação digital, preservação digital sistêmica, observando que a aplicabilidade dessas pesquisas nas instituições não estava tão efetiva.

Trazendo algumas falas: *“Professor, no arquivo que eu trabalho não há RDC-ARQ”, “No arquivo que trabalho não existe a cadeia de custódia digital confiável”, “No arquivo que eu trabalho, não tem essa de fazer pacote de implementar modelo AIS”*. Então, essas inquietudes fizeram com que a gente refletisse: *“Nós precisamos fazer algo, não vamos chamar de muro, mas chamaremos das portas, dos portões, dos lugares, dos blocos da academia e vamos até as instituições”*.

Essa foi a ideia, levar o conhecimento da pesquisa – resultado de pesquisa, de investigação – e tentar facilitar essa aplicação através de curso, de instalação, de customização e de palestra. Tudo isso são produtos que a gente tem no portfólio, que a gente aplica nas entidades custodiadoras. Em muitos casos são produtos totalmente gratuitos, não se cobra absolutamente nada, e em outros casos, é preciso algum subsídio. Estes subsídios sempre são orientados pela coisa pública: uma remuneração do tipo de um bolsista, de um pesquisador ou então, na época que antecedeu à pandemia, o transporte iria até à instituição para auxiliar essa transformação digital, com essa adoção dos repositórios digitais confiáveis.

CONSTRUÇÃO E ENVOLVIMENTO DA EQUIPE NAS AÇÕES DO PROJETO

A equipe, diríamos que é uma questão bastante complexa hoje, complexa e temerosa. Por quê? Porque se a gente voltasse um pouco, alguns anos, a gente tinha um financiamento muito mais efetivo para as ações de pesquisa, de extensão e inclusive de ensino, quer dizer, nós tínhamos muito mais apoio. Isso fazia com que tivéssemos uma adesão muito maior dessas equipes. Tínhamos muito mais bolsas, nós tínhamos recursos, nós recebíamos mais recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nós recebíamos mais recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de várias agências. É notório o cenário em que estamos vivendo, de empobrecimento do financiamento, de redução. E aí, nós tivemos que dar conta, nós tivemos que nos ajustar.

O que fizemos? Reduzimos, dimensionamos a equipe, trabalhamos alternativamente. Às vezes, aparece uma demanda de uma instituição arquivística, e ao invés de oferecermos a esse profissional já do grupo, oferecemos o profissional de forma autônoma: “Olha, está aqui. Ele está preparado, ele tem condições e ele leva o nome do grupo de pesquisa”. Outra coisa é como a infraestrutura ficou complicada. Telefone, internet, passagens, como ficou difícil conseguir passagens diárias, entre outros, para pesquisa, para a universidade. Então, nós fizemos todo um esforço, nós já fazíamos muito esforço antes da pandemia para poder tocar as nossas reuniões *on-line*, a gente usava muito o Skype, a gente usava muita tecnologia. Se der uma olhada na nossa equipe, a nossa equipe é de vários estados. É de uma universidade no Sul, de uma universidade em outro estado, uma em Porto Alegre, outra em Rio Grande, aqui no Rio, outra da Bahia também. Então, conseguir administrar isso

é um exercício imenso para manter essa equipe, para gerenciar, mas é muito gratificante porque a gente está sempre ligado com aquela indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

A extensão existe baseada nos resultados da pesquisa e, constantemente, a gente sempre está realizando algo voltado para o ensino. Esses pesquisadores, do próprio projeto de extensão, acabam dando aula aqui na universidade, aqui na Universidade Federal Fluminense (UFF), chamamos para eles virem participar na graduação, ou então, eles vão dar aula, por exemplo, lá no arquivo tal, lá no arquivo do Senado, levamos um pesquisador junto. Então ele faz ensino, ele faz extensão, faz ensino alimentado pela pesquisa.

SIGNIFICADO DE ALGUNS TERMOS NO ÂMBITO DA ARQUIVOLOGIA

Primeiramente, vamos contextualizar termos e conceitos, que há algum tempo estávamos introduzindo na área da arquivologia. E o que as pessoas diziam? Participavam de uma palestra e diziam: “Mas isso não é arquivologia, o professor está falando de pacotes, SIPIS, AIPES e DIPIS, e isso não é arquivologia.”

Há um tempo, a gente falava em curadoria digital, e o pessoal dizia: “*Não, mas isso não...*”. É claro que é arquivologia, esses termos são nossos, são fruto de uma relação interdisciplinar e de uma relação transdisciplinar; quando existe uma produção de conhecimento mais efetivo e ele vem para a área de arquivo, então ele é nosso. Então, qual é a importância? É fundamental porque ele é lastro. Não podemos fazer transformação digital sem saber a questão do negócio, o modelo de negócio. Então, temos que saber o modelo de negócio, nós tivemos, todos tivemos, que aprender os sistemas de negócio.

Tivemos que aprender cadeia de custódia digital, nós tivemos que aprender os três pacotes da preservação digital sistêmica. A gente tem que acabar explicando: “Não, isso não é de TI”, até porque, se a gente chegar com esse referencial e conversar com um aluno de computação, também não é um referencial de computação, ele é um referencial para quem está interessado na preservação digital sistêmica. Este é um referencial da biblioteconomia, da museologia, da arquivologia, da ciência da informação. Então, essa é a relevância. Esses conhecimentos, esses termos, esses referenciais são lastros para a gente poder conseguir dar conta desta demanda social, a gente tem que entender muito bem isso.

Nós, professores, formamos arquivistas para atender demandas da sociedade, não é nem do mercado, é da sociedade e a sociedade está clamando por uma transformação digital. A sociedade, de uma forma leiga, ela nem sabe se a transformação digital é por inovação sustentada ou é disruptiva, ela simplesmente quer que aconteça. Ainda mais agora, com a pandemia, ela já queria antes, o professor queria celeridade no seu processo de progressão funcional, o aluno queria celeridade, ele ia progredir para uma classe docente acima e ele não queria ficar perdendo muito tempo com o processo moroso, ele queria algo mais atual.

A arquivologia oferece isso, a arquivologia dá conta, ela precisa desses termos, desses conhecimentos para formar lastro, para ter todos esses referenciais emaranhados, que chamamos de salto da ruptura paradigmática, porque tem uma ruptura de paradigma em trânsito; o que temos que fazer é, fazer a transição. Depois da ruptura vem a transição paradigmática. Gerenciamos a ruptura, esse é o momento de transição, momento em que podemos dedicar um tempo para examinar minuciosamente os arquivos e compreender, de fato, a importância desse projeto de extensão, permitindo que os arquivos passem por uma transformação digital completa e ofereçam uma custódia digital eficiente.

Quando a gente olha os arquivos, por exemplo, olhamos o Arquivo Municipal: “*Vamos olhar o Arquivo Municipal de Salvador, vamos olhar o arquivo Municipal aqui, do Rio de Janeiro, vamos olhar o de Porto Alegre, de Curitiba, de Vitória, entre outros. Quais deles já estão oferecendo isso, a custódia digital? Quais deles estão oferecendo uma plataforma digital online, que é parte do RDC-ARQ?*”

Então, essa é a grande necessidade nossa, de identificarmos, mas quando a gente identifica essa necessidade, tem que ter esses termos todos, tem que ter esse lastro, tem que ter esse referencial, é extremamente fundamental.

A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM SISTÊMICA NA COMPLEXIDADE E NA ESPECIFICIDADE DE UM DOCUMENTO DIGITAL

Não devemos ter nenhum tipo de preconceito em uma abordagem não sistêmica, em relação à sistêmica. A não sistêmica vai continuar existindo, nós vamos continuar trabalhando com uma preservação digital não sistêmica ou, inclusive, como a gente encontra na literatura internacional, a preservação digital passiva.

Tem a preservação digital passiva, que seria a não sistêmica e a preservação digital ativa: Active Digital Preservation. Ela é sistêmica. Vamos tentar exemplificar melhor isso: um exemplo da preservação digital não sistêmica seria termos um arquivo que custodia documentos da universidade, por exemplo, ou do município, e recebemos materiais digitais como, por exemplo, um *pen drive*, um CD, o material em um HD externo, uma fita dat, uma fita VHS etc., ou seja, um conjunto documental orgânico arquivístico, aquela coisa toda. O que, em geral, a gente costumava fazer nesses acervos, nessas mídias, nesses suportes?

Íamos lá e trabalhávamos diretamente no suporte. Olhamos esse *pen drive* aqui, temos que convertê-lo para outro formato. Então o arquivista, acessa o *pen drive* e converte os arquivos para outro suporte. *“Mas agora está numa pasta ‘z’ compartilhada, numa pasta ‘h’, e tem um vídeo, ali, de uma sindicância ou de um inquérito, de uma cópia da universidade que foi gravada, essa oitiva, em um formato de vídeo (é muito comum, o próprio presidente da comissão grava no seu celular, no seu dispositivo, com o .wmv, Windows Media Vídeo que é proprietário)”*, o arquivo tem que intervir.

Então, ele aplica essa preservação digital não sistêmica ou passiva: o arquivo .wmv não vai ter garantia de acesso no futuro. O profissional arquivista vai procurar, vai se informar, ter esse referencial, e converteremos esse .wmv para .mkv, que é um formato de preservação. Veja que essa intervenção é manual, é direta no suporte e é objeto a objeto, documento a documento.

Quando a gente fala de documento digital, e a professora Débora deixou claro, eles são complexos e específicos. O que quer dizer isso? Quer dizer que eles são fáceis de adulterar, eles são facilmente corrompíveis, eles não deixam rastros, a trilha pode ser adulterada, a própria trilha de auditoria, se tivermos acesso, podemos alterar a trilha de auditoria. Então, que garantia teremos de que não cortamos parte daquele vídeo, do final, que é do nosso parente e queremos inocentá-lo daquela acusação? Isso compromete a autenticidade. O documento digital tem que estar confinado em um sistema, em um ambiente com requisitos arquivísticos homologados pela autoridade de arquivística do órgão, do país, da nação ou do estado.

Quando fazemos isso diretamente, isso não é preservação digital sistêmica ou ativa, essa é a passiva, essa é a não sistêmica. Como seria esta mesma preservação, “tira e traz para cá”, de forma sistêmica? Chegou aqui a oitiva do mesmo setor daquela sindicância, daquela oitiva

daquele setor, como vamos converter isso aqui? Não convertemos mais manualmente, trabalhamos com a política.

O arquivista tem que trabalhar com a política arquivística e com o plano de preservação digital. Elaboramos uma política e um plano. Como vamos dizer que o formato do vídeo que entrou em .wmv será convertido em .mkv para preservar? Isso dizemos no plano de preservação digital. Como é isso no *software*? Vamos no RDC-ARQ, no Archivematica, por exemplo, que é um dos *softwares* livres que a gente mais tem trabalhado, investigado, dado aula e customizado. No Archivematica, ele tem um menu que é o plano de preservação digital, do lado do arquivo permanente e antes do acesso da difusão, procuramos o formato e alteramos. Veja que não convertemos o documento direto, não convertemos o objeto digital, tudo estará orientado por uma política e por um plano. Veja que ele pode até causar um primeiro impacto incômodo, porque estávamos tão acostumados a ver aquela relação de mexer diretamente do documento, diretamente no suporte, a restauração e outros e, agora no digital, não podemos mais. Não, não pode mesmo, porque agora temos que implementar uma preservação digital sistêmica.

O que é a preservação digital sistêmica? É uma preservação digital orientada a normas, padrões, modelos e requisitos, quer dizer, não mexemos mais no documento no suporte, emanamos políticas. “*Mas queremos, agora, trocar o formato de conversão do áudio, do MP3 que está morto, MP3 já morreu, não é mais formato atual*” Não vai lá converter. Não podemos mais fazer isso, sobretudo no ambiente institucional, público, com documentos públicos, que tem que ser mantidos autênticos, confiáveis, preserváveis, seguros em uma cadeia de custódia digital arquivística.

É por isso que agora, a cadeia de custódia de Jenkinson (1922) é resignificada. Ela é cadeia de custódia digital. Por quê? Porque não podemos mais receber ou não deveria mais receber de um produtor um HD

externo com documentos, porque não tem mais a cadeia de custódia digital. Tem a cadeia de custódia, porque foi recolhida ou transferida do produtor para o preservador, confiado, sucessor preservador, isso está na literatura. Mas a questão do suporte perdeu a segurança jurídica e o princípio de não repúdio de que, nesse meio do caminho, alguém não abriu esse HD e não apagou algo, ou não colocou algo no meio: um registro de posse que não é verdadeiro, um registro de tal coisa, uma retirada do documento. Por isso, a importância do guarda-chuva da preservação digital sistêmica.

A cadeia de custódia digital arquivística, ou seja, o guarda-chuva, compreende desde a produção, a manutenção, a tramitação, classificação até a destinação final, arquivamento permanente e o acesso em transparência ativa. Então, quer dizer, não tiramos mais o documento do sistema, o documento tem que ficar sempre no sistema, no ambiente com requisitos. “Quero mudar formato”, emane política. Então, veja como o papel do arquivista foi impactado, também. Antes, íamos lá e mexíamos, agora não vamos mexer mais na preservação digital sistêmica. Na preservação digital sistêmica, o que vamos fazer? Emanar políticas e planos de preservação digital para essa preservação. Essa é uma ruptura paradigmática e uma transição paradigmática que estamos vivenciando.

A principal mudança é a transformação digital disruptiva, é isso que está acontecendo. Esse tem sido o nosso diagnóstico. Quando a gente vai para a extensão, a gente é retroalimentado de que está acontecendo a disrupção sistêmica. Não é isso que a gente gostaria, até porque, a transformação digital tem aquelas duas trajetórias muito distintas. Essas trajetórias não são através de uma brincadeira, de um par ou ímpar. Não, ela tem uma metodologia, ela tem um referencial.

A gente analisa aquele setor que precisa de uma transformação digital. Por exemplo, o Processo Eletrônico Nacional (PEN), já era para a

gente ter um deste funcionando em todas as IFES; já vencemos o prazo do Decreto do PEN (2015), e ainda assim não funcionou; então veio o Acórdão nº 1484 do Tribunal de Contas da União (TCU), de março de 2021, que deu mais um prazo. A gente está vendo que está acabando esse prazo, 4 meses, e ainda não foram criadas as condições para um PEN autêntico, sistêmico. Segundo o acórdão do TCU, a recomendação para todas as IFES (objeto de estudo do TCU) é para não produzirem mais nada no formato analógico. É o PEN, o processo eletrônico. O que a gente está vendo? A gente está vendo que as instituições, mesmo em pandemia, continuam produzindo processo administrativo em papel, tramitando em papel, e que tem um impacto na saúde das pessoas, que é perigoso, que pode ser danoso e pode ser até criminoso também. Então, a gente é instado, é cobrado por demandas de decretos, de tribunais de contas etc., e aí, a gente vê que a coisa não foi implementada ainda. Nem a tramitação deveria mais continuar, porque são documentos públicos.

A Lei de Acesso à Informação diz: se esses documentos não estão classificados em graus de sigilo ou não ferem a privacidade, eles têm que estar disponíveis de forma transparente em plataformas digitais. Essa é uma indagação que podemos fazer em qualquer universidade do Brasil. Já acessou 100% a produção de processo administrativo analógico, físico e já estão todos digitais? E aqueles que estavam tramitando, já foram todos digitalizados e disponíveis no ambiente, numa plataforma de transparência ativa? Não.

E aí, o que a gente vê? Uma disrupção sistêmica, aí produz, mas não arquiva o processo. Não arquiva por quê? Porque ainda não foi construída a infraestrutura para o arquivamento permanente de documento digital. O que acontece? Produzimos o processo aqui, na fase de gestão, esses processos vencem os seus prazos de arquivamento corrente e intermediário, e não se arquivam, isso é lei, isso está lá no artigo 10 da Lei nº 8.159: “Os documentos de valor permanente são inalienáveis e

imprescritíveis” (Brasil, 1991, p. 455), o artigo 25 tipifica como crime o não arquivamento corrente e intermediário, então, continuamos fragilizando-os aqui na fase de gestão. A gente tem sistemas estruturantes da administração pública como o SEI, que também não arquivava.

O SEI produz documentos, tramita, mas fica sempre com ele na fase de gestão. A gente vê digitalizações, também, que são disruptivas, é isso que a gente está vendo: o órgão digitaliza e coloca numa pasta compartilhada, o órgão digitaliza, assina e põe num HD externo, numa mídia, digitaliza e põe num sistema qualquer. Por que dizemos “sistema qualquer”? Porque não tem os requisitos da preservação digital sistêmica. Então, quer dizer, a curto e médio prazo esses documentos poderão ser adulterados. A assinatura digital tem data de validade, elas precisam de selo, de carimbo de tempo. Os restos de autenticação, ele se obsolesce, no futuro nós vamos poder alterar. Assinar um documento e colocar no HD externo não garante preservação e não garante autenticidade, garante sua autoria, se aquele HD externo falhar, nós perdemos esse patrimônio que pode ser permanente, e se for permanente é crime.

Na verdade, onde deveriam estar esses documentos? Em uma cadeia de custódia. Digitaliza, faz pacote e manda para o arquivo.

Daí a importância do que estamos dialogando sobre o projeto de extensão, de transformar as instituições digitalmente para que estas ofereçam arquivo permanente digital, RDC-ARQ; porque a partir do momento que um órgão oferece, que o Arquivo Municipal oferece, vai se saber que existe um órgão que tem essa finalidade, desempenha a finalidade de receber para custódia, para a preservação permanente, os documentos digitais que produzimos. Enquanto isso não acontecer, quando não se tem um órgão oferecendo esse serviço, o que vem acontecendo, e infelizmente, é isso que estamos tentando intervir, auxiliar, iluminar. Contudo, não temos poder nenhum para reverter, mas temos poder para levar conhecimento, para iluminar, para treinar, para ensinar,

para auxiliar, para instalar etc. algo que deve ser feito baseado na Ciência. Por isso, tem que se parar com negacionismos da ciência, até na própria universidade.

O fato de a própria universidade, por exemplo, não desenvolver políticas de arquivamento, é negacionismo. A própria universidade, digitalizar, mas não fazer cadeia de custódia, é negacionismo. Isso precisa parar, precisamos aplicar a Ciência. Existe uma Ciência séria, segura, uma disciplina, um campo de conhecimento que tem as respostas para segurança, porque, senão, o que a gente continuará observando, é isso. Foi amplamente divulgado, por exemplo, o caso de um tribunal federal, invadido por *hackers*, sendo os processos judiciais eletrônicos adulterados para que uma das partes aferisse resultados. Claro, ainda bem que a polícia federal detectou, e está tratando com sigilo, está investigando e está sanando esse problema. Mas este exemplo evidencia que esses documentos não estavam arquivados em cadeia de custódia, não estavam no RDC-ARQ e, quando se arquiva, retira-se o sistema da fase de gestão, pois vem para o ambiente protetivo do modelo OAIS. Aquele ambiente que todo arquivista sabe, que todo bibliotecário sabe, que todo museólogo sabe, que a Ciência da Informação domina, mas é necessário que esse conhecimento saia das porteiras da universidade e ensinar, sensibilizar, iluminar, para que a sociedade respeite a Ciência.

PRINCIPAIS AÇÕES E RESULTADOS PARA O PÚBLICO-ALVO

Nosso público-alvo, desenhado inicialmente no projeto, na concepção, no desenho dele até o registro, eram as instituições públicas. Por isso, colocamos as entidades custodiadoras, e tivemos a ideia de trabalhar com os arquivos públicos estaduais, municipais, câmara de vereadores, entre outros. Para nossa grata surpresa é que isso

foi ultrapassado, foi superado, na verdade, começamos a receber demandas de entidades privadas, isso foi muito legal.

Que demandas apareceram? Demandas do tipo “*Professor, como é que a gente trabalha com RDC-ARQ?*” Um dos primeiros questionamentos: “*O RDC-ARQ é só um software? É só baixar o Archivematica ou o ICA ATOM e instalar?*”

Não. Está lá na Resolução do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a Resolução nº 43. O RDC-ARQ é um conjunto, não é só o *software*. É a política, os planos, as pessoas, a instituição, o documento, os metadados, ele é todo o conjunto. Ele tem que ter garantia de acessibilidade para o futuro, ele tem que ter recursos financeiros, ele tem que obedecer à política. Então, veja como o projeto de extensão não conseguiria andar, levantar voo, se não tivesse sempre se alimentando da pesquisa. A gente sempre vai se fundamentar na pesquisa. Aí, entra essa relação muito afetiva e efetiva do nosso grupo de pesquisa, que é um grupo muito grande, mas os projetos se conversam, isso é muito legal.

O que a gente faz de maneira prática? Nos chamam.

O Senado Federal, por exemplo, nos chamou. O que a gente fez? A gente foi lá dar cursos para o Senado Federal. O Senado Federal precisou, por exemplo, identificar sistemas de negócio. Tinham muitos sistemas de negócio que produziam documentos arquivísticos que não estavam arquivados em cadeia de custódia, nós aplicamos uma metodologia nossa que é um formulário que a gente tem, de identificação arquivística e de arquivamento e preservação de sistemas de negócio. Sempre foi assim, isso foi com Senado, isso foi com Câmaras, isso foi com Assembleias Legislativas, Assembleia de Minas, colegas que não vamos começar a nomear porque vamos esquecer do nome de um e de outro, universidades, Instituto Federal que foram nos chamando. O pessoal nos chama e nós levamos o quê? Nós levamos pesquisa, nós levamos ciência. O projeto é de extensão, mas o que a gente leva é resultado de

pesquisa, nós levamos ciência, primando por *software* livre, primando pelos referenciais arquivísticos, primando por uma transformação digital sistêmica, uma preservação digital por inovação sustentada, baseada em normas, padrões, modelos, requisitos. Quando a pegada é distinta e o órgão quer fazer só um produto disruptivo: “Eu quero digitalizar, mas eu não quero princípio nem requisito”, então não é para nós, não é para o nosso projeto, o nosso projeto tem uma pegada científica, uma pegada orientada pelos referenciais da ciência. É isso que a gente faz.

Às vezes a relação era presencial, agora não, agora pode ser *on-line*, agora pode ser uma customização, agora pode ser suporte para instalar. Recentemente a gente instalou, por exemplo, o ATOM da Funarte aqui do Rio de Janeiro, uma plataforma que recomendamos que visitem¹. Então, a gente instalou, a gente customizou, a gente trabalhou com a identificação arquivística, com a descrição, esses são os fazeres. O legal é: sempre levando alunos, pesquisadores, colegas, parceiros, todos aprendendo e aplicando juntos; então essa é a ideia do projeto, sabe? Trabalhar com quem quer esse tipo de pegada, uma pegada científica, segura, baseada em requisitos, normas, padrões. Quando a pegada não é, não é para nós, não é para o nosso projeto, a gente nega a participação imediatamente, esse é o nosso projeto de pesquisa baseado em pesquisa, baseado em ciência.

¹ Ver em: <http://atom.funarte.gov.br>.

REFERÊNCIAS

FUNARTE. *Centro de Documentação e Pesquisa – FUNARTE*. [Brasília, DF], c2022. [Base de dados AtoM]. Disponível em: <http://atom.funarte.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015*. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 8 out. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 129, n. 6, p. 455-4556, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 18 nov. 2022.

JENKINSON, H. *A Manual of archive administration including the problems of war archives and archive making*. Oxford: Oxford University Press, 1922.

▼ CAPÍTULO 15

A experiência do usuário e a arquitetura da informação como ferramentas para definição de repositórios

Charlley dos Santos Luz



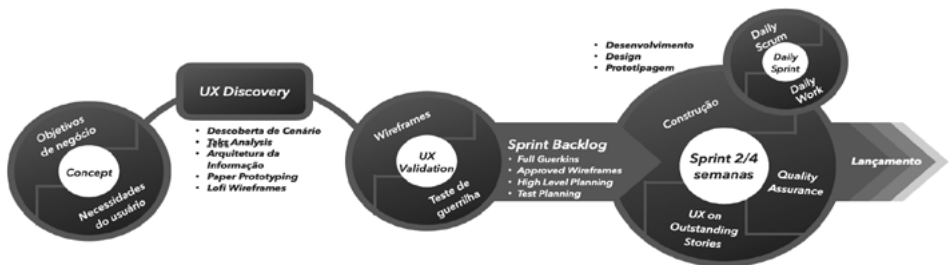
A UX COMO UM PRECEITO

A User Experience (UX) –, ou a Experiência do Usuário (ExU) –, é basicamente eficiência, eficácia e satisfação (Duarte, c2022). Eficiência em localizar o que se precisa, eficácia na utilização dessa informação, desse serviço, desse produto e a satisfação, o resultado desse processo. Foi bom para você? Então foi agradável, isso é a satisfação.

A UX lida com a satisfação individual de cada pessoa, por isso que é denominada de User Experience, a experiência é do usuário, da acessibilidade. Então, observamos de que forma isso é acessado pela maioria das pessoas, mesmo aquelas que possuem alguma condição especial, pessoas que convivem com alguma necessidade especial, e a própria usabilidade, o famoso intuitivo, como podemos transformar as coisas para que elas se tornem o mais intuitivas possível, isso é a usabilidade.

O que está por trás disso são estudos de usuário. Para estudar o usuário é preciso tê-lo junto do planejamento de UX. Na engenharia de produto, na indústria de tecnologia, empresas de tecnologia da informação, indústria de produtos digitais, indústrias de aplicativos, todas elas, hoje, se baseiam no modelo ágil de produção que, basicamente, é um grande fluxo na jornada de criação de um produto.

FIGURA 1 | Fluxo de criação de um produto



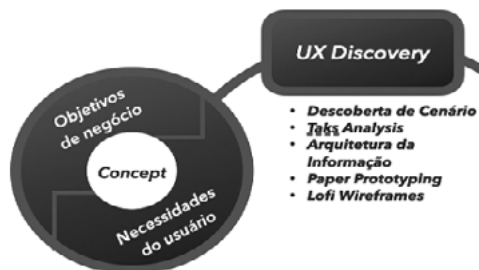
Fonte: elaborada pelo autor.

O processo inicia com a etapa da conceitualização (*Concept*). Alinhando objetivo de negócio e necessidade do usuário. Por que a empresa está fornecendo um produto, uma solução, por que a instituição está criando um determinado catálogo? Por que se está criando uma página especial para uma exposição e por que esse usuário, o que esse usuário está querendo? Precisamos entender esses aspectos.

Esse momento de entender a necessidade do usuário é a descoberta da experiência do usuário, em inglês chama-se *UX Discovery*, é o momento de descoberta. Basicamente é preciso descobrir o problema da persona.

Esse é o início da jornada. Vai se tentar descobrir: “*Esse problema precisa ser resolvido, é um produto que vai resolver tal problema, então vamos descobrir o cenário de uso? Vamos analisar as tarefas que esse usuário faz para utilizar esse produto...*” Este é o começo de algo que demandará um planejamento, uma arquitetura da informação inicial, grandes categorias de conteúdo, listas de funcionalidades que devem ter neste produto e, só depois disso, pensaremos na interface e, assim, a jornada se torna um *wireframe*. Vale lembrar a metáfora do *wireframe* como a planta baixa de uma arquitetura, na qual será definida a distribuição dos espaços.

FIGURA 2 | Objetivos de negócio, Necessidades do usuário e UX Discovery



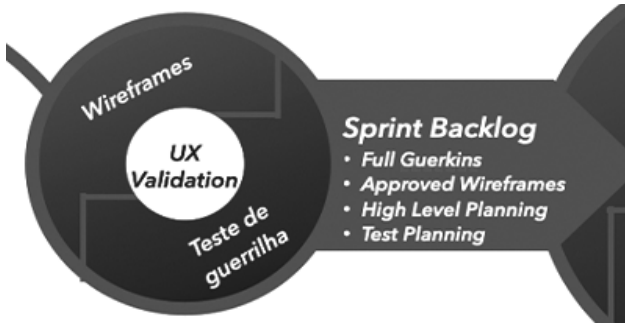
Fonte: elaborada pelo autor.

Esse momento da descoberta traz essas definições com o trabalho conjunto do UX *researcher* (o pesquisador da experiência) e do UX *designer* (o profissional que planeja a experiência). Estes são dois perfis de profissionais de UX que vão trabalhar muito nesse momento, que é o momento da descoberta – “*Opa, mas já tem arquitetura da informação*”. Então, aqui já pode estar, também, o UX *writer*, o profissional que cuida do conteúdo da experiência. O UX *writer* estará aqui defendendo a arquitetura da informação, aplicando as técnicas da arquitetura da informação. O UX *writer* é o herdeiro da arquitetura da informação.

Então, junta-se todo esse levantamento na definição desse usuário, da construção da persona e da modelagem de conteúdo, e se constrói o protótipo do produto. Cria-se uma *UX validation*, na qual se fará a validação dessa experiência, usa-se aquele protótipo, aquele *wireframe*, e acontece os testes de guerrilha. Este tipo de teste é, por exemplo, pegar esse *wireframe*, descer na frente do prédio, falar com as pessoas que estão passando, aleatoriamente, e realizar alguns testes. Uma versão interessante é quando efetuamos no ponto físico de uma marca, porque de alguma forma aquela pessoa se relaciona com a marca.

Segundo o Jakob Nielsen (2000), cinco testes já resolvem, a partir deste número as questões apresentadas pelos usuários começam a se repetir. Já se tem dados para ter uma ideia do que melhorará o produto, daí, sim, se vai para o momento de construção.

FIGURA 3 | Wireframes

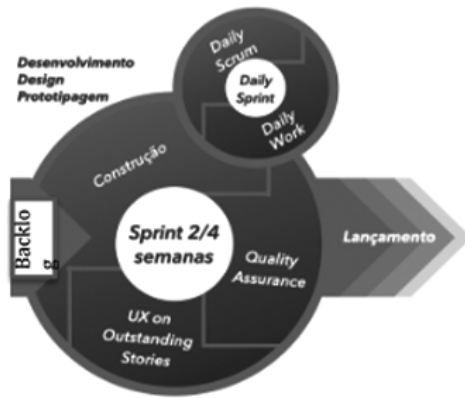


Fonte: elaborada pelo autor.

Tem-se o produto e este produto já foi testado com o usuário. Não adianta criar o produto e não testar com o usuário, não tem garantia de usuário que substitua a pesquisa com o próprio usuário. Todo produto tem que ser testando com o usuário, por isso que se faz, no caso de produtos digitais, os *wireframes* que são mais baratos, e não tem toda tecnologia que precisa em um ambiente final, como banco de dados. Então, pode-se estruturar algo que o usuário futuramente irá clicar e que funcione, mas que não está integrado e isso é mais acessível, e já pode-se ter a participação do usuário.

Tendo isso, já temos nosso *backlog* (lista de tarefas) e podemos passar para os *Sprints*. Para a indústria da tecnologia, a indústria de produtos digitais, essa palavra, “*Sprint*”, é uma das mais importantes. Ela é uma etapa, de um determinado período, em que se resolve determinadas questões na implantação tecnológica do que se definiu como produto. A partir disso, o processo é alimentado por cerimônias, que são reuniões com temas diversos, mas que são marcos importantes na história do produto e sua criação.

FIGURA 4 | Desenvolvimento Design Prototipagem



Fonte: elaborada pelo autor.

O *Sprint backlog* define uma lista de coisas que vai se resolver nos *sprints*. Logo, todo dia terá uma reunião, todo dia a equipe se fala, o *UX designer* passará os detalhes, o *UX writer* falará sobre como o texto entra naquela interface. É da responsabilidade desta equipa entregar o produto, este é certificado em termos de qualidade, é melhorado, existe um processo de “garantia de qualidade” que envolve uma revisão de qualidade, testes de melhoria, heurísticas e, finalmente, pode-se lançá-lo.

Mas essa não é a jornada de UX, é como se cria, hoje, um produto a partir da aplicação da UX numa estrutura ágil e de metodologia *SCRUM*. A UX não existe sozinha no mundo, ela é interdisciplinar, pode ter diferentes estruturas de viabilização, mas os métodos ágeis são mais adequados por preverem o processo de iteração, previsto na ISO 9241 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2002) como componente da experiência centrada no humano.

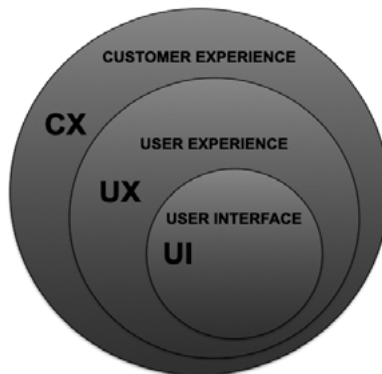
Um projeto de produto digital e sua versão sempre beta é, antes de tudo, interprofissional, pois o *UX designer* tem que estar

trabalhando com pessoal de tecnologia, que vai estar com pessoal de *front-end* e todo mundo se falando para que aquilo aconteça com um custo acessível e o mais rápido possível.

Essa UX está em um contexto maior de produção, e um contexto maior em relação ao seu próprio papel. Porque a UX vai estar em um contexto de *Customer Experience*¹ (CX), que é um contexto maior, que é o contexto da marca, de como aquela marca se relaciona com as pessoas das diferentes formas que são possíveis de se relacionar com uma marca. É o que, na comunicação, se chama *branding*. A marca, o poder que a marca tem.

A UX é envolvida pela CX, por essa experiência do consumidor. A UX já é algo mais focado, ela envolverá um grande pedaço dessa CX, ou seja, ela se junta a marca, o conceito, a proposta e a estratégia, a partir de objetivos de negócio e da voz e, planejará a jornada da experiência para o usuário.

FIGURA 5 | UI, UX e CX



Fonte: elaborada pelo autor.

¹ Experiência do consumidor.

A satisfação pela experiência é como o usuário se sente ao usar o produto, a experiência do usuário é ele usando o produto, e a eficiência, eficácia e satisfação envolvidas nessa experiência. Só que, aí existe uma etapa anterior, uma jornada que acontece antes de chegar a esse produto – que é a CX que cuida disso. O pessoal do marketing que traz a jornada, traz os *leads* (*que são os possíveis clientes*). A UX planeja o produto, a utilização desse produto, e tenta fazer com que isso seja bom para todo mundo. Por fim, a User Interface (UI) é onde o usuário interage, é o ponto de contato do cliente, a interface.

Hoje, basicamente, depende de interface para tudo. Todo produto tem interface, seja digital, seja físico. Um botão onde se acende a luz, é uma interface, é o espelho de luz com um botão que liga e desliga, enfim, as interfaces fazem parte da nossa vida.

Há, ainda, uma confusão sobre a diferença de *User Experience* e *User Interface*, mas a *User Interface*, é o *looking and feel* (olhar e sentir), é como vou me sentir usando aquela interface. A *User Experience* é um pouco mais ampla: ela incorpora a arquitetura da informação e incorpora, também, o design de interação.

FIGURA 6 | User Interface



Fonte: elaborada pelo autor.

Então, sobre experiências, essa jornada que esse usuário está fazendo, que é a jornada do CX, do *marketing*, é basicamente aquele roteiro da publicidade, em que o primeiro momento da verdade é: “*Eu tinha um estímulo, eu vi uma propaganda na TV. Eu ia na loja para ver, ‘Ah! Que legal! Gostei, vou comprar!’*” E o segundo momento da verdade é: “*Eu comprei*”. O que o digital fez com essa jornada? Não é mais assim: “*eu vejo o comercial, vou na loja para ver se compro ou não*”.

Existe, agora, algo que se chama “Momento Zero da Verdade” (da pesquisa ZMOT do Google), que é o momento em que paro, uso meu celular e vou pesquisar o que estou precisando; o produto que quero, a informação que preciso, o que posso fazer, quanto custa, o que as pessoas estão sentindo a respeito da utilização do produto, daquela possível solução de um problema que se tenha.

FIGURA 7 | Customer Experience



Fonte: elaborada pelo autor.

Essa jornada do consumidor a todo momento cria pontos de contato desse usuário com a CX, com a marca, e principalmente, no momento de uso do produto, a partir do seu acesso a ele. Antes dos momentos da verdade tem essa jornada da marca, de encontrar materiais, de pesquisar palavras-chave, ver o que as pessoas estão falando, de entrar no Reclame Aqui² e ver se tem alguém falando

² Site de depoimentos de consumidores com problemas de consumo.

mal da marca. Tudo isso acontece antes do acesso, a jornada leva ao acesso ao produto, e depois se continua a avaliação disso.

Um exemplo para avaliar isso é o Net Promoter Score (NPS), uma metodologia de pesquisa utilizada para medir a lealdade dos clientes. Até que ponto aquela marca é recomendada pelas pessoas? Então o NPS é bom ou é ruim? Avalia se as pessoas gostaram, se vai ter um bom NPS. Nesse processo, então, que é a busca desse cliente por um produto, ele sempre buscará algo que solucione um problema dele. Portanto, é nessa hora que encontra a solução para seu problema.

A chegada no produto que resolverá o problema disparará para o usuário um golfo de execução. Entro em um *site*, em um aplicativo, entro em um perfil de uma rede social, e vejo que essa empresa pode resolver meu problema. Terei um momento de interação da execução, eu terei uma intenção, um problema a ser resolvido, vou atrás da solução desse problema e, então, executo essa solução. Estou buscando um produto, logo, vou atrás de quem pode me fornecer esse produto. Entro em contato com um possível vendedor, e vou fazer minha pesquisa.

FIGURA 8 | Intenção, Ação e Execução



Fonte: elaborada pelo autor.

O resultado, depois que realizo isso, é um golfo de avaliação: “Foi legal, olha, os copos têm uma boa variedade, eu gostei, eles entregam...” então, eu interpreto isso e eu digo: “Olha, esse profissional pode resolver um problema”. O *design* de interação cuida exatamente desses passos, dessa interação que existe com esse usuário.

FIGURA 9 | Avaliação, Interpretação e Percepção



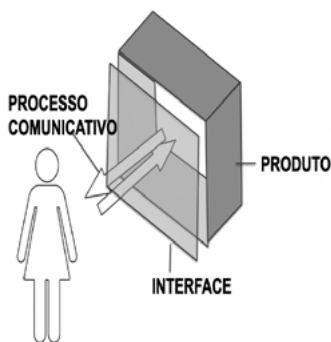
Fonte: elaborada pelo autor.

A experiência nada mais é do que percepção. É o que se sente quando se usa um produto ou um serviço. Então, para medir a experiência, eu tenho que medir as percepções das pessoas em relação àquele produto ou serviço, e essa experiência sempre ocorre em uma interface. Nessa interface, algo que existe entre um sistema e uma pessoa, é onde ocorre um diálogo, existe um processo comunicativo nessa interface.

A REALIDADE DAS INTERFACES

A experiência, quando acontece tanto no digital quanto no real, estará sempre mediada por uma interface comunicacional. O painel de controle da luz é uma interface comunicacional, o usuário olha o botão e sabe que pode ligar ou desligar a luz.

FIGURA 10 | Processo comunicativo entre usuário, produto e interface



Fonte: elaborada pelo autor.

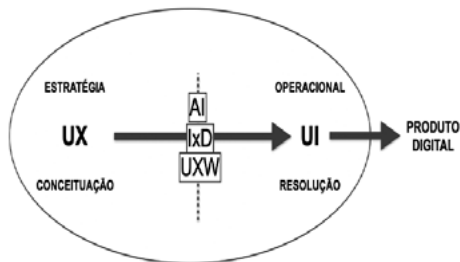
Assim, esse é um elemento posto entre um usuário e uma estrutura interativa, essa interface. Segundo a ISO 9241, a usabilidade é um conceito e uma disciplina que busca compreender os aspectos da interação entre pessoas e sistemas computacionais, podendo ser entendida como a capacidade de um produto ser usado por usuários específicos para atingir objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2002).

É por isso que é importantíssimo o trabalho do UX em planejar interfaces, porque essa comunicação se dá com um produto através dessas interfaces. Em um nível estratégico, a UX faz essas definições, o *design* de interação é o mediador para chegar na UI. Para chegar na interface em si, a etapa final do processo de desenvolvimento digital, ou seja, o produto digital, segue-se um caminho, essa jornada que é o *design* de experiência, o planejamento que se faz.

Ali, bem ao centro, onde fica a IxD ou *Interaction Design* (o *design* de interação), ali entra a arquitetura da informação e a UX writing (escrita da experiência), determinadas atividades que se fazem na definição desse produto digital e que incorpora o planejamento

de informação. Então, a UX é uma estratégia de produto, ela tem um foco em inovação, ela resolve problemas (esse é o DNA da UX: resolver problema) por enfrentar, de uma forma positiva, desafios. É incremental e vai melhorando com o passar do tempo.

FIGURA 11 | UX e UI



Fonte: elaborada pelo autor.

A UX, nesse sentido, é um grande guarda-chuva de determinadas funções, disciplinas e metodologias que se combinam para trazer um resultado final, que é uma interface. É importante destacar, desse grande guarda-chuva, três pontos importantes: a arquitetura da informação, o *design* de interação e a usabilidade.

Em relação à arquitetura da informação, é bom se lembrar que este é o resultado da combinação entre esquemas de organização, busca, rotulação e navegação de interfaces. É um esquema de organização, rotulação e navegação utilizando estruturas de taxonomias e categorização. É o campo da Organização da Informação e do Conhecimento. A arquitetura da informação é o *design* estrutural do espaço de informação que possibilita que o usuário realize tarefas e dá acesso intuitivo a conteúdos.

Morville e Rosenfeld (1998) dizem que a arquitetura da informação é a arte e a ciência de estruturar e classificar informação para ajudar essas pessoas a encontrá-la e a gerenciá-la. Então, a arquitetura da informação

continua, e é cada vez mais necessária. Ela ocorre no começo dos processos de planejamento de produto, ela estrutura as informações que vão se trabalhar e que podem ir mudando ao longo do tempo, mas é preciso ter uma noção dessas informações, por isso que o guarda-chuva começa com a arquitetura da informação. Tem-se a estrutura taxonômica, o menu de navegação, regras de negócio definidas, e a sequência é para o *design* de interação (IxD).

FIGURA 12 | AI, IxD e USA



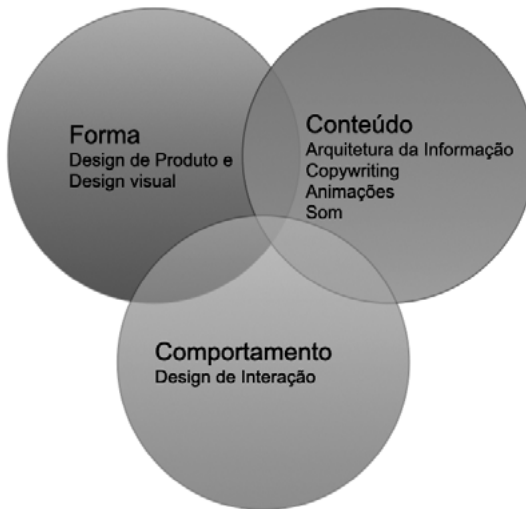
Fonte: elaborada pelo autor.

Então, ao criar a definição de *design* de interação (IxD), essa é a definição da própria interface, e principalmente o fluxo que o usuário faz para resolver seus problemas. É o golfo da execução voltando no golfo da avaliação, esse é o *design* de interação.

O autor Alan Cooper, que é o fundador dessa disciplina, diz que *design* de interação é o *design* do comportamento. Está lá no livro que é o fundamento de toda uma área que é o *design* de interação. No livro *About Face*, já na introdução, os autores destacam que o *design* de interação foca em algo que as disciplinas de *design* tradicionais não exploram com frequência: o *design* do comportamento (Cooper *et al.*, 2014). Logo, o *design* da experiência do usuário (UX) tem três preocupações sobrepostas: a forma, o comportamento e o conteúdo.

O *design* de interação se concentra no *design* do comportamento, mas também se preocupa como esse comportamento se relaciona com o conteúdo. A arquitetura da informação se concentra na estrutura do conteúdo, mas também se preocupa com os comportamentos que fornecem acesso ao conteúdo e como o conteúdo é apresentado ao usuário. Para os autores, o *design* de produtos e o *design* gráfico também se preocupam com a forma dos produtos e serviços, mas também devem garantir que isto suporte o uso, requerendo atenção ao comportamento e ao conteúdo.

FIGURA 13 | Forma, Conteúdo e Comportamento



Fonte: elaborada pelo autor, com base em Cooper e demais autores (2014, p. 23).

O usuário, em uma jornada de solução do seu problema ou necessidade, quando está no golfo de execução, precisa localizar o produto que resolverá seu problema. Mas como fará para localizar o produto? É só disponibilizar uma navegação pelo menu da interface, que incluirá destaque na capa, e trará formas diferentes

de acessar os conteúdos e auxiliar o comportamento deste usuário para chegar nessas informações.

Por isso, a *UX writing* também herda o *design* de interação com a arquitetura da informação enquanto ferramenta de trabalho, para uso no momento das definições das suas interfaces, do conteúdo aplicado, dos microtextos, tudo isso estará condicionado pela arquitetura da informação, e pelo *design* de interação. Esse texto disponibilizado na experiência do usuário é resultado da arquitetura da informação e do *design* de interação. O *design* de interação leva à criação de um diálogo entre uma pessoa e um produto, serviço ou sistema, então, aqui se têm princípios da escrita conversacional para trazer para este plano de *design* de interação os caminhos deste diálogo que está sendo criado.

No guarda-chuva de UX, o último pilar que precisamos analisar é a própria usabilidade. Sua função nessa relação com a arquitetura da informação e com a IxD é, principalmente, trazer a aplicação dos estudos e testes com o usuário. Se nas outras é o *designer* que executa processos analíticos para chegar a uma solução e a uma jornada, acompanhar o resultado disso na vida do usuário é a prática proposta pela usabilidade.

Existem testes que, como profissional, possibilitam fazer uma análise heurística, por exemplo, é possível aplicar determinadas avaliações de texto, de cores, de navegação. Podemos olhar as heurísticas de Nielsen e ver se conseguimos atender nesse projeto. Mas também é possível fazer estudos e testes com o usuário. Então, esse momento de testar o usuário é a base da usabilidade, porque ela busca compreender, principalmente, a relação das pessoas com os sistemas computacionais.

É necessário testar com o usuário para entender e melhorar (iterar) esse produto, a realidade dessa interface vem pelo uso por parte do usuário. A norma ISO 9241-11, que fala da usabilidade (Associação

Brasileira de Normas Técnicas, 2002), fala exatamente isso. O usuário no centro do produto, ou seja, tem que ter o usuário para poder definir a usabilidade e avaliar esta usabilidade, porque basicamente usabilidade é eficiência, eficácia e satisfação, e a satisfação só avalia com o usuário, logo, não tem como se avaliar UX sem o usuário.

ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

Basicamente, a arquitetura da informação organiza o conteúdo e cria estruturas informacionais planejando caminhos de navegação. Então, esse conceito do Morville e Roosevelt, da arquitetura da informação, é representado geralmente pela analogia do *iceberg* da arquitetura da informação.

FIGURA 14 | Analogia do *iceberg* da arquitetura da informação



Imagem: Metodologia de Arquitetura da Informação de Rosenfeld e Morville. Autoria própria

Fonte: elaborada pelo autor.

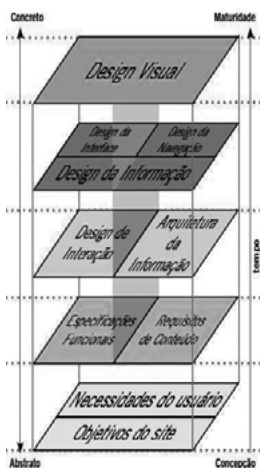
Basicamente, acima da linha da água tem-se esse instrumento de relação do usuário com um sistema, com um conceito, com uma marca: uma interface. Abaixo dessa linha d'água, o que temos? Todo o trabalho de planejamento de arquitetura da informação. O que essa arquitetura está pensando, a base dela, passa pela necessidade do usuário. Então é a mesma base da UX: conteúdo, esse pilar importantíssimo em que estão as imagens, os vídeos, os áudios disponíveis numa estrutura, a classificação disso, é a forma que disponibilizaremos isso para esse usuário e, para o próprio contexto, a cultura e a tecnologia que estão envolvidas. É necessário se entender esse contexto.

Seguindo a analogia, chegamos a outro nível, que é a estratégia da arquitetura da informação, a definição-macro em relação à arquitetura. É onde se cria grandes categorias de conteúdo. Aqui, define-se a estrutura, organiza-se a informação, para daí, sim, subir mais uma etapa, indo para o projeto, estruturar a documentação desse projeto, para daí, sim, fazer o desenho do *wireframe*.

A metáfora do caminho que as pessoas e os produtos seguem até chegar à tela, mostra que é necessário entender o usuário, é necessário mapear conteúdo, organizar conteúdo, modelar esse conteúdo e para isso se precisa atender a uma necessidade de contexto cultural, tecnológico e de negócios.

A metodologia de UX que se compara à metodologia de Morville e Roosevelt, é a metodologia do Jesse James Garrett (2002), no livro *The Elements of User Experience: User-Centered Design for the Web*. A metodologia de Garrett, é a metodologia de UX tradicional, que ajuda a entender essas fatias, esse caminho para se chegar até o *design*, até a interface, e eles são muito parecidos.

FIGURA 15 | Metodologia de UX



Fonte: elaborada pelo autor.

A base da metodologia é a compreensão do usuário, do conteúdo, do contexto, ali se define: necessidade do usuário, objetivo do site, e a necessidade do negócio. É praticamente a mesma base da metodologia de arquitetura da informação, ali se define estratégia, sobe-se mais uma etapa e se define conteúdo, os requisitos do sistema. Então tem a camada no meio: *design* de interação e, assim, a arquitetura da informação.

Na sequência, temos o *design* da informação. E o que é o *design* da informação? É a *UX writing*, é o *design* da interface, a aplicação do conteúdo nessa navegação, nesse diálogo do usuário com essa interface. Então, chega-se ao *design* da interface e ao de navegação, que é a aplicação da arquitetura na tela. Aqui, faz-se um menu, define-se os destaques, terá a ideia dos ícones, por exemplo. Se traz essas navegações, junto se traz toda a camada de microtexto que orientará esse usuário, então, de forma resumida, essa é a metodologia de UX.

A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO ESTÁ NA UX

Elas são muito parecidas, a metodologia de arquitetura e de UX, em relação ao que aborda, ao que observa. Porém, não existe mais a profissão de arquiteto de informação. No entanto, a arquitetura da informação é mais importante do que nunca e hoje ela faz parte da UX, está na área desse guarda-chuva que abordamos anteriormente, e ela, a arquitetura da informação, é importantíssima porque ela dá o *corpus* do produto digital. A partir dela temos as elaborações mais importantes desse produto digital, que é o trabalho de definição de metadados, de classificação, de taxonomia, de estrutura navegacional, de menu de navegação, de rotulagem, de *tagueamento*, tudo isso que se faz em relação à informação está na arquitetura da informação.

De outro lado, temos a arquitetura da informação pervasiva, que é essa abordagem da informação nesse ecossistema, na totalidade, e que se pode aplicar em diversas interfaces. A base são os quatro sistemas de arquitetura da informação: o sistema da organização, rotulagem, navegação e o de busca.

Quando se pensa em arquitetura da informação, parte-se das definições do sistema de organização da informação, que são as grandes áreas de conteúdo. A definição da rotulagem de conteúdo é como se dá um nome para essas grandes áreas, para navegação que é de fato, o menu, os destaques de página, a navegação contextual, as definições da navegação local, o menu de navegação global, que ajudam o usuário a se localizar nestas interfaces.

Esses quatro sistemas, basicamente, é o que se equilibrará, é o que se define na arquitetura como um todo. Um dos nossos trabalhos é, de fato, chegar aos *wireframes*. Quando se chega no nível do *wireframe* é porque já se tem definidas as grandes categorias de conteúdo. Só se começa a trabalhar um detalhamento maior de um protótipo para realizar testes de usabilidade com usuários.

É importante lembrar que, para se planejar para ter experiência do usuário, tem que ouvir o usuário.

Para chegar ao primeiro modelo de *wireframe*, muitas vezes se parte de um “*rabiscoframe*” que é onde se define muita coisa. O “*rabiscoframe*” é ótimo porque possibilita uma modelagem de tela antes de desperdiçar *bits* e *bytes*. Não deu certo? Começa de novo. Antes de construir um *wireframe*, a etapa do *rabiscoframe* tem que consolidar tudo aquilo que se levantou nas etapas das metodologias, daí sim, depois você monta um *wireframe*.

Então, é essa a grande jornada profissional, e é um trabalho bastante técnico, bastante aplicado e é muito trabalhoso também. O ambiente digital, vem a partir de um processo bem definido, bem interligado, quando se fala em repositório, ambiente digital, tem que passar por tudo isso que se viu dessa metodologia de experiência, aplicada a partir da arquitetura, de que forma essa arquitetura define a interface.

Esse é um processo interativo, tem que se pensar que essa interface comporá um ambiente digital, um *app*, um *site*, um portal, ou ele será, inclusive, um repositório que terá um acervo, e esse acervo pode ter uma interface de gestão, e ter uma interface de difusão. Esta é a relação da UX e da arquitetura da informação com a arquivística.

Utiliza-se todas essas ferramentas e todos esses elementos da experiência do usuário, porque quanto mais se possibilitar a experiência do usuário com o acervo, mais ele vai ser valorizado, por assim dizer, patrimonializado. Assim, para o novo profissional da informação, seja arquivista ou bibliotecário, algumas palavras são importantes para acompanhar e pesquisar: curadoria e repositório. Existe todo um processo de gestão de repositórios, que deve ser considerado, pois é o tratamento, na prática, do conhecimento explícito e tácito da humanidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9241-11*: requisitos ergonômicos para trabalho de escritórios com computadores: parte 11: orientações sobre usabilidade. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Disponível em: https://www.inf.ufsc.br/édla.ramos/ine5624/_Walter/Normas/Parte%2011/iso9241-11F2.pdf. Acesso em: 28 maio 2023.

CARVALHO, D. Os elementos da experiência do usuário. *Coleção Aprender*, [s. l.], out. 2013. Disponível em: <http://colecaoaprender.blogspot.com/2013/10/os-elementos-da-experiencia-do-usuario.html>. Acesso em: 28 maio 2022.

COOPER, A. *et al.* *About Face: the essentials of interaction design*. 4. ed. Indianapolis: Wiley, 2014.

DUARTE, R. F. Usabilidade = eficácia + eficiência + satisfação. *DXD*, [Lisoba], c2022. Disponível em: <https://dxd.pt/usabilidade-eficacia-eficiencia-satisfacao/>. Acesso em: 13 maio 2022.

GARRETT, J. J. *The Elements of User Experience: user-centered design for the web and beyond*. 2. ed. Hoboken: New Riders, 2010.

MORVILLE, P.; ROSENFELD, L. *Information Architecture for the World Wide Web*. Sebastopol, CA: O'Reilly; 1998.

NIELSEN, J. Why You Only Need to Test with 5 Users. *Nielsen Norman Group*, Dover, 18 Mar. 2000. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/why-you-only-need-to-test-with-5-users/>. Acesso em: 13 mai. 2022.

▼ CAPÍTULO 16

Organização de arquivo em instituições de ensino superior e escolares

Rachel Ferreira Bueno



INTRODUÇÃO

Onde estão, exatamente, os desafios? No Brasil há uma vasta e complexa legislação a ser seguida, mas focaremos nos Acervos Acadêmicos IES. O que são as Instituições de Ensino Superior (IES)? Ressalta-se que estas regras só valem para as federais e as privadas, as municipais e estaduais são regidas por legislação própria de suas respectivas instituições arquivísticas por terem autonomia de fazer a sua própria política.

A Lei nº 8.159, de 11 de janeiro de 1991, com a criação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), vinculado ao Arquivo Nacional, estabelece como objetivo fundamental assegurar o acesso dos cidadãos, bem como dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, aos documentos arquivísticos e às informações neles contidas, observando-se as restrições administrativas, legais e os aspectos de sigilo.

Nesse contexto normativo, faz-se necessário compreender as disposições estabelecidas em decretos e portarias, a fim de enfrentar e compreender os desafios que as IES estão e continuarão a enfrentar. Cabe destacar que o prazo para a plena aplicação da legislação expirou em abril de 2020, e constata-se que apenas 40% das instituições lograram cumprir com os requisitos estabelecidos.

Legislação específica

- a) Lei nº 8.159, de 11 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, n. 08, 11 jan. 1991;
- b) Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011. Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de

Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ficando a cargo das IFES dar publicidade aos referidos instrumentos técnicos;

c) Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no Sistema Federal de Ensino;

d) Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância;

e) Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

ENTENDENDO O DESAFIO

As Portarias nº 1.224/2013 e nº 22/2017, ambas revogadas, estabeleciam a exigência, por parte do Ministério da Educação (MEC), da implementação de políticas de gestão documental e digitalização de acervos acadêmicos como requisitos obrigatórios na avaliação institucional das IES. O decreto de 2017 sobre digitalização e a Portaria nº 315/2018, que não abarca todos os requisitos das normas anteriores,

também merecem destaque, assim como o Decreto nº 10.278/2020, que trata da validade e autenticidade do documento digitalizado.

Analisando a portaria em questão, observamos que ela estabelece a obrigatoriedade da implementação de uma política de gestão documental (Brasil, 2017). Essa determinação apresenta-se como um desafio, uma vez que, quando mencionamos a expressão “política de gestão documental”, muitas pessoas tendem a pensar que suas pastas físicas estão devidamente organizadas. No entanto, o escopo dessa política vai além, incluindo a digitalização, a preservação digital, a segurança da informação e a implantação de *software* adequado para a governança dos acervos acadêmicos.

Ao mencionarmos a preservação digital, não nos referimos apenas à conservação do suporte físico, como discos rígidos externos ou *pen drives*. Estamos falando de uma preservação que muitos já experimentaram ao trocar de computador ou atualizar o sistema operacional, por exemplo, do Windows Vista para o Windows 7, e posteriormente para o Windows 10, e perceberem que alguns documentos não podem mais ser acessados. Determinados aplicativos e *softwares*, como o Word e o Excel em versões mais antigas, podem apresentar problemas de compatibilidade, resultando em uma exibição confusa ou na impossibilidade de recuperação do conteúdo. Se um documento não pode ser recuperado, não podemos afirmar que há uma preservação digital adequada.

Quanto à segurança da informação e à implementação de um *software* adequado para a governança dos acervos, é pertinente questionar: o que estamos procurando em nossas máquinas? Para refletir sobre esta problemática, antes é preciso entender que não temos a disciplina de nomear adequadamente os documentos, incluir datas e outras informações relevantes. Se não conseguimos encontrar arquivos em nossos próprios dispositivos, imagine em uma instituição onde o acesso aos

documentos pode ser coletivo. A segurança da informação nesse contexto se mostra uma preocupação legítima.

A presente análise visa discorrer sobre os desafios inerentes ao cumprimento das exigências legais estabelecidas pelo MEC. Uma observação pertinente é o suposto alinhamento esperado entre o MEC e o Arquivo Nacional, órgão responsável pela definição das diretrizes de gestão documental, o qual, em algum momento, parece ter sido negligenciado. Brinca-se, no âmbito brasileiro, com o termo “legislarrogia”, concebido para expressar a sobrecarga legislativa existente. Consequentemente, é comum a criação de leis que entram em conflito, umas com as outras, sobrepondo-se e resultando em situações em que diversos artigos são revogados, restando apenas um em vigor. No intuito de atender a essas exigências, faz-se necessário compreender a complexidade desses conflitos legislativos.

Assim, questiona-se: qual seria a abordagem ideal a ser adotada? Importante salientar que não se trata simplesmente de digitalizar o acervo acadêmico de maneira precipitada. É imprescindível um projeto devidamente estruturado e um planejamento adequado. No contexto da gestão documental, o documento em si não é o ponto de partida; antes de tudo, é necessário realizar um estudo minucioso para avaliar o conteúdo e a condição dos documentos existentes. É análogo à mudança de residência, em que, por exemplo, ao trocar de uma casa maior para uma menor, pode-se deparar com a impossibilidade de encaixar os móveis pela porta, ou ainda se deparar com uma sala desfavorável cujo corredor de entrada compromete o espaço disponível. Portanto, o planejamento surge como a primeira etapa desse processo.

Após o planejamento, é essencial a criação dos instrumentos e a elaboração dos documentos de gestão documental, sendo os principais deles o plano de classificação e a tabela de temporalidade. Nesse contexto, também se verifica um conflito: não é adequado utilizar, por exemplo, o

plano de classificação da Universidade Federal do Ceará ou da Universidade de São Paulo para implementação na Bahia, mesmo sendo órgãos federais similares. Haverá diferenças terminológicas e nos processos de trabalho, tornando-se necessário utilizar esses exemplos como referência, mas haverá a necessidade de elaborar instrumentos específicos para cada instituição. Além disso, os instrumentos criados devem ser compatibilizados com a tabela estabelecida pelo Arquivo Nacional.

No que tange ao decreto em questão, este também ressalta a necessidade de criação de um Centro de Documentação (CEDOC), quase impondo tal ação como obrigatória, a fim de disponibilizar o acervo teoricamente digitalizado. Contudo, é importante considerar a relevância de um projeto de segurança da informação, o qual garanta a integridade e autenticidade dos documentos, mesmo diante de possíveis mudanças na plataforma de servidores, nuvem de armazenamento ou *software* de gestão utilizado. Caso tais alterações ocorram, é fundamental que o acesso e a recuperação das informações sejam assegurados de maneira adequada.

Aparecem, então, os denominados Sistemas Informatizados de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGAD), os quais consistem em um conjunto de diretrizes para a execução da gestão documental, incluindo os repositórios digitais. É importante ressaltar que o SIGAD não é um aplicativo em si, mas sim um guia passo a passo que estabelece as exigências para o adequado gerenciamento dos documentos de arquivo.

Por fim, deparamo-nos com o desafio da organização dos documentos analógicos, ou seja, aqueles em formato de papel. Conforme estabelecido claramente pela legislação, os documentos avaliados como permanentes, mesmo após a digitalização, não podem ser eliminados. Portanto, não basta realizar uma digitalização primorosa e abandonar as caixas, estantes e documentos físicos, pois essa abordagem não será eficaz.

Agora, discorramos mais detalhadamente sobre as IES. No âmbito desta portaria do MEC, as IES englobam todas as faculdades, universidades e instituições de ensino superior federais, bem como as instituições privadas, conforme mencionado anteriormente.

Assim, quando nos referimos a essa portaria e às IES, devemos compreender que, conforme o Decreto nº 315, além das avaliações convencionais, o acervo poderá ser inspecionado a qualquer momento por órgãos e agentes públicos, estando sujeito também a avaliações institucionais. Anteriormente, as avaliações focavam na atribuição de pontuações para cursos e instituições, analisando o funcionamento do regime acadêmico e outros aspectos. A partir desse momento, a organização do acervo acadêmico passa a ser considerada, pois ela também faz parte da avaliação institucional. É imprescindível ressaltar que uma exigência fundamental é que as instituições de ensino e suas mantenedoras, integrantes do sistema federal de ensino, são obrigadas a manter sob sua custódia os documentos relacionados às informações acadêmicas, seguindo as especificações contidas no código de classificação de documentos de arquivo e na tabela de temporalidade referentes às atividades principais das IFES.

Lembremo-nos do SIGA mencionado anteriormente. Quais as legislações fundamentais para enfrentar os desafios? Pois bem, o SIGA dispõe de uma tabela destinada às atividades principais, na qual o acervo acadêmico se enquadra. Essa portaria foi aprovada pelo Arquivo Nacional, vinculado ao Ministério da Justiça, em 2011.

Refletindo agora, já se passaram 10 anos desde então! Em 2018, o prazo era de 7 anos. Contudo, o que mudou desde então? O fato é que essa tabela ainda não passou por atualizações. Trata-se de um desafio significativo, mas será que há uma solução? Veremos mais adiante.

A elaboração do planejamento requer uma abordagem fundamentada na Teoria Geral da Administração (TGA), a qual permite

compreender a instituição, seus processos de trabalho, atividades e documentos gerados. Embora sejam IES, cada uma possui suas particularidades. Portanto, nosso planejamento tem origem na TGA.

A estrutura da instituição é conhecida a partir do organograma, embora este nem sempre reflita fielmente as atividades desempenhadas. A partir desse ponto, inicia-se o desenvolvimento do plano de classificação, o qual se baseia em função, subfunção, atividades e documentos. Vale ressaltar que o plano de classificação não se baseia no organograma nem se trata de um inventário. Não é necessário contabilizar a quantidade de documentos de determinada tipologia no plano de classificação. Por exemplo, ao abordar o histórico do aluno, não é preciso saber a quantidade de alunos, seus nomes ou idades. Basta reconhecer a existência de um histórico do aluno e os documentos que o compõem. Uma vez que as instituições federais e privadas atualmente consideram seus acervos acadêmicos como documentos de domínio público, o plano de classificação é obrigatório e deve ser acompanhado de um código numérico. A codificação do plano de classificação utiliza números inteiros separados por ponto, resultando em uma representação infinita.

A partir do plano de classificação, é possível criar a tabela de temporalidade conforme a legislação vigente. Nesse momento, surgem aspectos da legislação que não foram mencionados anteriormente. Por exemplo, em relação ao histórico do aluno egresso, é preciso definir por quanto tempo ele deve ser mantido. Seria um documento permanente ou não? Além disso, quando um aluno ingressa em um curso e já concluiu determinada disciplina, pode solicitar dispensa da disciplina. Existem prazos para dispensas deferidas e indeferidas. Portanto, todas essas informações devem ser incluídas na tabela, explicadas de forma clara e detalhada. Essas informações não pertencem apenas aos arquivistas, consultores ou profissionais da área documental, mas devem

estar perfeitamente claras para todos os colaboradores da instituição de ensino, desde a portaria até a alta direção. Ao entrar na instituição, é necessário usar crachá, verificar se há ou não crachá, fornecer um crachá e registrar o número do crachá.

Portanto, a política de gestão documental deve ser clara e de fácil compreensão. Nos últimos anos, os teclados têm passado por modificações significativas. Ao utilizar um teclado que não é familiar, como em um *notebook* ou *desktop*, pode-se ficar um tanto confuso. Por exemplo, antigamente havia uma tecla chamada “*Caps Lock*” para ativar as maiúsculas, mas agora ela é denominada como “Fixa” em alguns teclados e em outros não. Alguns teclados têm a tecla com a inscrição “*Enter*”, enquanto outros apresentam um símbolo de seta, do mesmo modo que a tecla “*Shift*” é representada por uma seta para cima, enquanto em outros existe a nomenclatura. Nesse contexto, surge a pergunta: “Por que metade das teclas está em português e a outra metade em inglês?” Imaginem, então, elaborar um manual de sistema no qual seja necessário mencionar as teclas. Se o usuário não possui uma tecla com determinado nome, muitas pessoas não saberão como proceder. Portanto, nossos instrumentos de gestão devem ser extremamente claros, objetivos e minuciosamente explicados.

O plano de classificação de documentos e da tabela começa com um levantamento documental, porém, de onde partiremos para fazer essa organização? Função, subfunção, a atividade e para aquela atividade: quais documentos foram gerados? Quando a nossa tabela e o nosso plano estiverem prontos, precisaremos fazer a compatibilização da proposta que fizemos, com o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade do Arquivo Nacional de 2011, do Ministério da Justiça.

A análise detalhada dos registros acadêmicos revela uma variedade de nomenclaturas adotadas pelas instituições de ensino, tais como histórico do aluno, registro do aluno, prontuário do aluno ou dossiê do

discente. Nesse contexto, é necessário realizar uma compatibilização, comparando as informações disponíveis com as diretrizes estabelecidas pela tabela do Sistema de Gestão Arquivística (SIGA) do Arquivo Nacional. Um aspecto importante que a tabela do Arquivo Nacional não contempla é a indicação de se o documento é de origem digital, bem como o suporte utilizado (analógico ou digitalizado). Essas informações devem ser fornecidas para identificar a localização e a condição dos documentos, mesmo que não constem nos instrumentos oficiais.

A questão dos documentos novos também apresenta um desafio, assim como os documentos que foram extintos. Embora não existam mais fisicamente, é imprescindível que esses documentos sejam incluídos na tabela, pois foram avaliados e possuem uma temporalidade. Caso alguém se depare com um documento extinto, é necessário saber como proceder. Além disso, é essencial mencionar a mudança de suporte dos documentos.

Nesse sentido, é importante retomar as disposições presentes na portaria do MEC e no Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, os quais estabelecem que documentos permanentes podem ser digitalizados, porém, o original não pode ser eliminado.

A partir do levantamento realizado, identificam-se os documentos conforme o plano de classificação. No caso de documentos não contemplados, é necessário elaborar uma lista anotada para consulta ao Arquivo Nacional. Os acervos acadêmicos, considerados documentos de natureza pública, não podem ser eliminados sem a devida ciência pública. Portanto, os documentos que não constam no plano de classificação, que possuem nomes diferentes ou foram extintos, precisam ser aprovados pelo Arquivo Nacional para que possam ser eliminados. Nesse processo, elabora-se uma tabela de correspondência (“de / para”); por exemplo, quando a tabela do Arquivo Nacional menciona “dossiê do aluno”, é necessário fazer a correspondência com

a denominação “registro do aluno”. Essa etapa requer um trabalho minucioso e detalhado.

Assim, os documentos encontrados durante a compatibilização são codificados consoante o plano de classificação do Arquivo Nacional/SIGA. É importante ressaltar que os documentos ausentes no plano de classificação e na tabela de temporalidade de documentos devem ser encaminhados ao Arquivo Nacional/SIGA para avaliação e aprovação. Isso significa que ao examinar um documento, é possível identificar os pressupostos que o originaram, determinar sua vida útil, decidir se ele será eliminado ou se será mantido permanentemente. É fundamental ter cautela ao utilizar o conceito de guarda permanente. Por exemplo, considere o Registro Geral (RG), um documento pessoal. Ele pode ser considerado permanente? A resposta é não.

O RG é permanente em âmbito estadual, diferentemente do Cadastro de Pessoa Física (CPF), que possui validade nacional. Algumas pessoas podem possuir a antiga carteirinha física do CPF que, atualmente, foi substituída pelo formato digital. Assim, é comum acreditar, equivocadamente, que o documento físico é permanente. No entanto, embora o RG seja permanente em nível estadual e o CPF seja permanente em nível federal, o suporte físico desses documentos não é considerado permanente. Por exemplo, se alguém possuir um RG com mais de dez anos e tentar abrir uma conta no Banco do Brasil, essa instituição não o aceitará. Da mesma forma, conduzir um veículo com uma Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vencida resultará em multa e até mesmo na perda da licença para dirigir. Nesse contexto, a avaliação de documentos desempenha um papel crucial ao analisar tanto o conteúdo quanto o suporte físico.

A Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, complementada no ano de 2020 por meio do seguinte artigo: “é autorizado o armazenamento em

suporte eletrônico óptico ou equivalente de documentos públicos ou privados, contendo dados ou imagens, observadas as disposições desta Lei, das legislações específicas e do regulamento” (Brasil, 2012, p. 1). Essa regulamentação é uma conquista significativa, por estabelecer que, após a digitalização e verificação da integridade do documento digital, de acordo com as regras estabelecidas pelo regulamento, o original físico poderá ser eliminado (utilizamos o termo “eliminação” em vez de “destruição” no contexto de gestão de documentos), exceto nos casos dos documentos de valor histórico, cuja preservação deve seguir as disposições legais específicas (Brasil, 2012). Em outras palavras, documentos avaliados como permanentes não podem ser eliminados desde 2012, conforme a Lei de Gestão Documental de 1991.

Ao abordar o armazenamento em formato eletrônico, óptico ou equivalente, é necessário considerar a possibilidade da microfilmagem. Embora muitos considerem a microfilmagem como algo obsoleto, os bancos ainda a utilizam, pois a legislação relacionada à digitalização é confusa, não no que diz respeito aos documentos natos digitais, criados digitalmente, mas sim à digitalização propriamente dita. A microfilmagem ainda é empregada pelos bancos. Embora o uso de cheques esteja em declínio, se alguém solicitar uma cópia no banco, receberá uma cópia obtida a partir do microfilme. Portanto, os bancos reconhecem o valor dessa prática. Quando é autorizado o armazenamento em formato eletrônico, óptico ou equivalente, isso também inclui a microfilmagem.

Mesmo que as IES já possuam um plano de classificação e uma tabela de temporalidade, é necessário observar e atender especificamente aos documentos acadêmicos, que representam a atividade principal dessas instituições. Os documentos mencionados, os prazos de guarda, a destinação e as observações estabelecidas na portaria devem ser considerados. Basicamente, o acervo acadêmico é composto por planos de curso, autorizações de curso, planos de disciplina, registros de

alunos, registros de frequência dos alunos e documentos relacionados a avaliações mensais, finais ou exames. Portanto, tudo o que se refere à trajetória do aluno e ao desenvolvimento das disciplinas, não apenas do ponto de vista dos professores, mas também das projeções feitas pelos docentes, incluindo os diários de classe, seja na forma de cadernos físicos ou por meio de sistemas como Moodle ou outros, constitui o conjunto de documentos presentes nos acervos acadêmicos.

Ao abordar a implantação e institucionalização do Arquivo Central ou CEDOC, surge uma questão que suscita certa discordância. É importante destacar a diferença entre esses dois conceitos. O Arquivo Central não se enquadra completamente na definição de CEDOC. O CEDOC é um centro de documentação que engloba acervo arquivístico, bibliográfico e museológico. No entanto, por ora, consideremos essa distinção de forma menos rigorosa, evitando preciosismos. Conforme estabelecido no decreto, é necessário implementar o CEDOC.

Implantar e institucionalizar um Arquivo ou Centro de Documentação implica ter a custódia e acesso imediato a documentos físicos, analógicos e nativamente digitais produzidos e recebidos no mesmo endereço institucional para o qual a IES foi credenciada. Caso haja necessidade de transferir o acervo acadêmico, é obrigatório formalizar o termo de transferência do acervo acadêmico com reconhecimento de firma para o órgão específico do MEC chamado Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES). Essa formalização ocorre mediante aceite dos responsáveis legais. Para instituições mais antigas com acervos volumosos, que optem pela terceirização da guarda ou estabeleçam um arquivo em local adjacente, mesmo que na mesma rua, é indispensável informar e formalizar essa situação por meio desse termo. No entanto, em alguns casos, o “SERES” pode não aceitar essa medida. Portanto, aqueles que consideram a guarda externa ou a custódia devem considerar esse artigo específico do decreto.

Agora, vamos abordar brevemente a segurança da informação. Até aqui, é possível compreender o tamanho do desafio em cumprir com esta portaria? Acredito que, quando essa portaria foi criada, o prazo estipulado de 24 meses foi muito curto em relação à realidade do Brasil. Nos últimos 19 ou 20 meses, pudemos observar como o sistema de ensino *on-line* se comportou. Mesmo o ensino à distância enfrentava problemas relacionados a equipamentos e conectividade. Há apenas duas semanas, houve uma interrupção dos serviços de aplicativos populares como Instagram, WhatsApp e Facebook, entre outros. Isso demonstra a existência de instabilidade.

Considerando a dimensão continental do país e a desigualdade entre suas regiões, o prazo concedido foi demasiadamente curto, com pouco apoio às instituições de ensino para cumprirem com tais exigências. Desenvolver e implementar projetos de segurança da informação torna-se fundamental para evitar invasões de *hackers* e o sequestro de dados, que é uma ameaça atual. Portanto, um projeto de segurança da informação deve ser cuidadosamente planejado e elaborado. Conheço uma instituição que optou por utilizar um serviço de nuvem gratuita, mas é importante ressaltar que ao utilizar uma nuvem gratuita, há o risco de que seus dados sejam realmente armazenados nas nuvens, sem garantias ou responsabilidades por parte do provedor, podendo ser descontinuados a qualquer momento.

Para garantir a segurança da informação, é necessário planejar, desenvolver e implementar a preservação digital. Como mencionado anteriormente, o objetivo é assegurar que o documento seja reproduzido com autenticidade e integridade, não se trata apenas de preservar o suporte físico no qual está gravado, mas sim preservar o próprio documento, de modo que possa ser reproduzido fielmente, mantendo sua integridade e autenticidade. É fundamental adequar e parametrizar *softwares* específicos para atender às normativas estabelecidas pelo

MEC. Segundo informações disponíveis, o MEC pretende realizar a avaliação do acervo documental de forma remota. Portanto, é necessário dispor de um sistema informatizado de gestão de documentos, não se tratando apenas de um Gerenciador Eletrônico de Documentos (GED), pois o SIGAD é responsável por atender à política de gestão documental e às exigências do MEC.

Para garantir a segurança da informação, é imprescindível estabelecer um comitê gestor encarregado de elaborar, implementar e monitorar a política de segurança da informação relacionada ao acervo acadêmico. Além disso, deve-se aplicar a certificação digital padrão ICP-Brasil, conforme estabelecido em lei, pelos responsáveis pela instituição mantenedora e pela instituição mantida, a fim de garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica do acervo. A título de exemplo, é válido mencionar um projeto de implementação de políticas e gestão documental intitulado “papel zero” com o qual trabalhamos.

Este projeto está sendo posto em prática a partir do trabalho de uma agência de bacias hidrográficas, cuja função é encaminhar propostas (documentos) de pequenas prefeituras e proprietários de nascentes (considerando a importância atual da preservação das nascentes para a disponibilidade de água) para a Caixa Econômica Federal, a fim de verificar a possibilidade de financiamento desses projetos e obras. Descobrimos que a Caixa exige o padrão digital ICP para os documentos digitalizados, visto que alguns documentos mais antigos continuam em formato físico. No entanto, constatamos que pequenas prefeituras do estado de São Paulo, mesmo estando a apenas 100 km da capital, não possuem os recursos necessários para adquirir a chave padrão. Portanto, a segurança da informação apresenta esse desafio adicional.

É uma dificuldade prática, uma vez que a certificação digital por si só não garante a autenticidade, mas apenas confere valor jurídico ao documento digitalizado, conforme estabelecido na Medida Provisória

(MP) de 2001. É interessante observar que essa MP continua em vigor, e alguns juízes não aceitam processos digitais, a menos que sejam documentos de origem digital, não digitalizados. Isso já evidencia que a certificação digital não assegura apenas a autenticidade, mas confere valor jurídico aos documentos digitalizados. Além disso, há um decreto que regulamenta os aspectos técnicos e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados tenham os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

O referido decreto esclarece, em primeiro lugar, quais documentos podem ser digitalizados e estabelece critérios para essa prática. Em seu anexo 1, são apresentados os padrões técnicos mínimos para a digitalização de documentos, especificando requisitos para fotografias, projetos de arquitetura, gravações de áudio, vídeos e outros tipos de documentos que passam por um processo de conversão, também chamado de digitalização. Já no anexo 2, encontram-se os metadados mínimos exigidos para todos os documentos. Os metadados são informações sobre os dados, ou seja, eles descrevem como cada campo do documento deve ser registrado. Isso pode ser exemplificado com facilidade, considerando que todos possuem uma conta bancária, por exemplo.

Ao acessar o *site* na *web*, é necessário inserir os dados da conta, agência e senha. O campo destinado à digitação dessas informações possui restrições específicas estabelecidas pelos responsáveis pelo sistema, permitindo apenas a inserção de números. Por exemplo, clientes do Banco do Brasil podem ter contas com dígitos representados por “X”, sendo necessário substituir o “X” por zero, uma vez que o campo aceita apenas valores numéricos. Essa restrição é um exemplo de metadado aplicado a esse campo, limitando sua aceitação a números e permitindo apenas quatro dígitos. Esses metadados mínimos são estabelecidos

no anexo 2 do decreto, abrangendo todos os documentos independentemente do suporte em que se encontram.

No contexto da gestão documental, é crucial proporcionar treinamento e capacitação à secretaria acadêmica, uma vez que é a área que mais necessita desses conhecimentos. Os docentes também devem compreender como lidar com seus projetos, programas de disciplina e controle de frequência dos alunos, integrando essas atividades ao programa de gestão documental, deixando de serem práticas isoladas. O treinamento e a capacitação em gestão documental devem ser contínuos, pois as mudanças ocorrem constantemente, desde a evolução dos nomes e suportes dos documentos até a adoção de assinaturas digitais em substituição às assinaturas em papel. Essas transformações representam a necessidade de compreender o contexto e se adaptar a essas mudanças. Recomenda-se avaliar e reavaliar o sistema de gestão documental a cada seis meses, além de oferecer capacitação adicional, quando necessário, por meio de *workshops* ou outras modalidades de treinamento.

O SIGAD desempenha um papel essencial no controle do acervo acadêmico, seja por meio de documentos digitalizados ou documentos natos digitais. Esse sistema deve possuir características técnicas e funcionais que garantam a preservação digital do acervo acadêmico, estando diretamente conectado ao repositório digital. A finalidade é permitir que o documento transite da fase ativa para a intermediária, aguardando a prescrição conforme a legislação, até alcançar a fase permanente, sem perder sua essência. Nesse contexto, os repositórios digitais confiáveis, como o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-ARQ), desempenham um papel fundamental na garantia da memória institucional.

É importante destacar que a implementação de um sistema de gestão documental requer a conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei

Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Dessa forma, toda a estrutura da política de gestão documental, o repositório e o sistema de segurança da informação devem estar consoante essa legislação. Além disso, é necessário organizar os documentos analógicos que não serão eliminados, mesmo após a digitalização seguindo todas as regras estabelecidas. A legislação não permite a eliminação de documentos permanentes, portanto, é preciso verificar se esses documentos estão adequadamente armazenados e acondicionados, evitando problemas com sua preservação.

Para enfrentar todos esses desafios, é indispensável contar com recursos humanos capacitados. O arquivista não pode atuar isoladamente, necessitando da colaboração de outras áreas, como Tecnologia da Informação (TI), administração e demais profissionais interessados. A capacitação adequada dos recursos humanos é essencial, pois o arquivista desempenhará o papel de definir a política, bem como planejar e discutir com a instituição. No entanto, a implementação das atividades relacionadas à geração de documentos será responsabilidade de cada área específica, como a secretaria acadêmica, as quais devem incorporar as estruturas definidas pelo arquivista ou pelos profissionais responsáveis pela gestão documental.

CONCLUSÃO

A adequada implementação da gestão documental é crucial para evitar desorganização e incompatibilidade entre os documentos. A ocorrência de inclusão de novos documentos sem as devidas regras de eliminação é um indício de que a gestão documental não está estabelecida ou está comprometida. Tanto a portaria do MEC quanto o SIGAD não abordam essas inconsistências identificadas.

Além dos aspectos mencionados, é importante ressaltar que nenhum documento público pode ser eliminado sem conhecimento público. É necessário elaborar uma relação de eliminação, um termo de eliminação, publicar essa relação no Diário Oficial por três dias consecutivos e aguardar um período mínimo de 30 dias para, somente então, realizar a eliminação. Reconhecemos que cumprir todas essas exigências representa um desafio monumental, porém, é imprescindível fazê-lo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 54, p. 4-5, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.278-de-18-de-marco-de-2020-248810105>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 3, p. 1-3, 4 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em: 18 de abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 241, p. 2-9, 18 dez. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 132, p. 1, 10 jul. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12682.htm. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 129, n. 6, p. 455-456, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 18 de abr. 2022.

BRASIL. Portaria nº 22, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 245, p. 33-35, 21 dez. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-22-de-21-de-dezembro-de-2017>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Portaria nº 315, de 04 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 65, p. 13-15, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-315-de-4-de-abril-de-2018-9177556>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL; ARQUIVO NACIONAL. Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 185, p. 26, 26 set. 2011. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-AN-092-2011-09-23.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

▼ CAPÍTULO 17

Repositórios institucionais

Gestão, planejamento e implementação

Rosa Maria Andrade Grillo Beretta

Rosana Drigo

Telma Aparecida Tupy de Godoy



INTRODUÇÃO

Considerados uma ferramenta importante na divulgação científica em todas as áreas do conhecimento, os repositórios institucionais têm sido criados por instituições de áreas técnicas, científicas e humanas com o objetivo de agrupamento e divulgação de sua produção intelectual. O objetivo deste trabalho é o de apresentar as ações necessárias para o planejamento, implementação e gestão de um repositório institucional, de forma clara e sucinta.

DESENVOLVIMENTO

Muitas instituições têm buscado criar seus repositórios, mas a implantação exige uma série de ações e, principalmente, exige conhecimento dos objetivos de um repositório institucional.

É importante que se esclareça a diferença entre repositório institucional e biblioteca virtual, pois, apesar de documentos em forma digital comporem ambos os acervos, os objetivos de cada um são bem diferentes. As bibliotecas virtuais disponibilizam publicações de várias instituições, editoras etc. Bons exemplos de bibliotecas virtuais são a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), o Portal de Periódicos da CAPES, a PsycInfo da American Psychological Association (APA) e muitas outras de diversas áreas do conhecimento; já os acervos de repositórios institucionais são compostos por informações geradas na própria instituição.

A primeira ação a ser realizada para a implantação de um repositório institucional é a elaboração de um diagnóstico, ou seja, que tipo de informação/material está disponível e/ou é gerado na instituição é importante para compor o acervo desse repositório? Lembrando que uma das características de repositório institucional é a de ser

de acesso aberto, salvo os desenvolvidos por algumas instituições que podem limitar o acesso aos seus funcionários/pesquisadores.

Importante frisar que de nada adianta a instituição desenvolver uma pesquisa, obter resultados e guardar aquela informação (encapsular). Vários podem ser os suportes da informação digital, ou seja, um estudo fotográfico também pode compor o acervo de um repositório institucional dependendo da área de conhecimento de abrangência da instituição.

Outro objetivo dos repositórios institucionais é facilitar o acesso à literatura cinzenta que é justamente a informação encapsulada em uma instituição ou com acesso apenas para um grupo de pesquisadores, porém não foi disponibilizada em periódico científico e nem foi publicada em livro, não está disponível em um *site*, mas exclusivamente na instituição que gerou.

É muito importante, em primeiro lugar, que seja nomeada uma equipe gestora (comitê) multidisciplinar, com poder de estabelecer os processos e decisões da sua área, um time focado no planejamento, implementação e manutenção do repositório institucional.

A composição desse comitê gestor deve incluir pessoal da biblioteca ou do setor de informação, da unidade de informação daquela instituição, o setor de Tecnologia da Informação, com o qual se deve manter forte parceria, e coordenadores, no caso de instituições de ensino superior. Lembramos da importância de se poder contar com pessoas de decisões maiores, de tomada de decisão, por exemplo, do financeiro ou da área acadêmica, um pró-reitor, quando se tratar de instituição de ensino, ou um diretor, coordenador de uma instituição de pesquisa,

A manutenção do repositório institucional é um item importante, pois não adianta adotar o melhor *software* de organização e

disseminação da informação, implementar e depois não atualizar o acervo e serviços, inclusive com atualização de tecnologias.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

De pouco adiantariam os estudos científicos se não pudessem ser devidamente divulgados e se fazerem chegar ao conhecimento da sociedade, sendo os repositórios uma excelente ferramenta para a divulgação científica.

Existe um movimento em relação ao acesso livre, ao acesso aberto de resultados de pesquisas científicas, o que é absolutamente correto, pois grande parte das pesquisas é feita pelas universidades, normalmente universidades públicas, federais, estaduais, mantidas por impostos arrecadados. Alguns resultados de pesquisas com alto nível de impacto, após publicados, são acessíveis apenas por meio de pagamento; pesquisadores e a sociedade em geral precisam pagar para ter acesso a essas informações, por meio de assinaturas da revista ou pagamento por artigos individuais.

Open Access / Acesso Livre (Acesso Aberto)

O movimento de acesso aberto (Open Access) é uma mola propulsora para os repositórios. “Via Verde” e “Via Dourada” são estratégias para publicação de artigos em Acesso Aberto, ou seja, a Via Verde é a possibilidade de publicação em repositórios de livre acesso ou em revistas com sistema híbrido, que permite o acesso livre ao texto desde que o autor pague uma taxa, e a Via Dourada é a publicação em periódicos de Acesso Aberto, efetivamente livres, que às vezes podem até cobrar um pagamento, mas de pequeno valor em comparação ao cobrado pelas editoras de periódicos

híbridos. O custo para um autor publicar em uma revista internacional e com um fator de impacto importante é em torno de 3 mil dólares, e apenas após ter passado pela revisão e crítica de especialistas que consideraram o artigo importante (Alves, 2008).

Como funciona o repositório institucional em relação a esse tipo de questão? Primeiro, ele tem que ter a comunidade definida, a quem se dirige, quem se beneficiará daquelas informações, sendo preciso que se defina a política de gestão deste repositório e os serviços que serão oferecidos por esse repositório. Cria-se assim o perfil do repositório, e na sequência é necessário ir em busca de um *software* que atenda a este perfil.

Escolha do *software* para implantação e gestão do repositório institucional

A escolha certa do *software* é prioritária para o sucesso na implantação do repositório e existem critérios para sua escolha. Alguns autores falam de 6 ou até mesmo 12 critérios, dependendo do autor. Qual é a ideia? A ideia é que a gente tenha, então, as características desse *software*, a infraestrutura necessária, a parte metodológica, a organização, como é feita a recuperação de informação nesse *software*. Como já citado, é importante a participação do pessoal de Tecnologia da Informação na definição dessa configuração, nessa escolha do *software*. Ao final, o que se espera é um *software* que seja versátil e que permita a interface com outros programas da mesma instituição ou de outras instituições, inclusive (Sobral; Santos, 2017).

Existem vários *softwares* para construção de repositórios, livres ou proprietários, cabendo à instituição avaliar o que melhor atenderá ao perfil do repositório a ser desenvolvido.

O DSpace é atualmente o *software* mais adotado pelas instituições brasileiras, pois além de ser distribuído pelo Instituto Brasileiro de

Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) de forma livre e gratuita, possui facilidades importantes na implantação de um repositório:

- a) *software* livre de código aberto;
- b) completamente personalizável;
- gerencia e preserva todo o formato de conteúdo digital (PDF, Word, JPEG, MPEG, TIFF etc.);
- c) armazena num único local a produção científica;
- d) identifica quais documentos são publicados, em quais versões e quantos *downloads* foram realizados para cada um;
- e) tem um identificador único para cada documento;
- f) permite pesquisa personalizada;
- g) a customização das ferramentas foi toda traduzida para o português (Sobral; Santos, 2017).

Hospedagem e domínio de repositórios institucionais

FIGURA 1 | Esquema de implantação e acesso a um repositório



Fonte: elaborada pelas autoras.

É importante que o endereço desse repositório esteja, de forma muito clara, inserido na página da instituição para que as pessoas possam acessá-lo com facilidade.

FIGURA 2 | Modelo sugerido pelo IBICT para URL de repositórios institucionais

repositorio.instituição.país

Fonte: elaborada pelas autoras.

Considerando que o objetivo dos repositórios é a comunicação científica em larga escala, é importante registrá-lo em diretórios que cadastram e registram repositórios do mundo inteiro, dando-lhe maior visibilidade:

- a) ROAR – Registry of Open Access Repositories¹;
- b) OpenDOAR – Directory of Open Access Repositories²;
- c) COAR – Confederation of Open Access Repositories³
(Leite *et al.* 2012).

¹ Ver em: <http://roar.eprints.org/>.

² Ver em: <http://www.opendoar.org/>.

³ Ver em: <https://www.coar-repositories.org/>.

CONSTRUINDO UM REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Uma vez definido o comitê gestor, a equipe, o *software*, a URL, hospedagem e domínio, inicia-se a construção do repositório.

As etapas necessárias para a construção de repositório institucional são:

Organização e tipo de repositório

Podem se organizar em:

Organizacional: os conteúdos são organizados em comunidades que retratam a estrutura organizacional. (UNIVERSIDADE/Campus/Faculdade, Centro ou Unidade). Ex.: Universidade X – Faculdade de Biologia (Comunidade) – Departamento de Genoma Humano.

Temáticos (ou disciplinares): que se estruturam por área do conhecimento, grandes temas, da produção intelectual de uma determinada instituição. Ex.: Biologia – Biotecnologia.

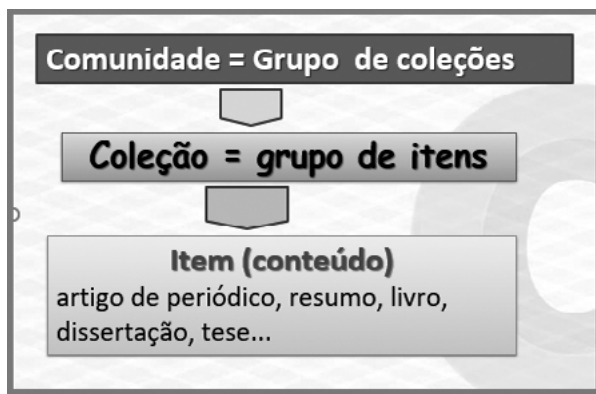
Procedimentos para criação de comunidades / coleções

As estruturas dos conteúdos dentro do repositório são formadas por: Comunidades > subcomunidades (se necessário) > Coleções.

Comunidades e subcomunidades: representam a organização (unidades administrativas) ou temas do repositório, não contêm objetos, representam apenas a estrutura. As comunidades podem conter vários níveis de subcomunidades.

Coleções: agrupam os documentos; toda coleção pertence a uma comunidade ou subcomunidade. As comunidades organizam o repositório e as coleções organizam os documentos do acervo (Kuramoto, 2009).

FIGURA 3 | Estrutura de conteúdos de repositórios



Fonte: elaborada pelas autoras.

Metadados

Os metadados são os elementos que vão permitir que os documentos sejam recuperados pela *web*. Descreve e identifica um documento para a recuperação da informação (Leite, 2009).

Nos repositórios institucionais cada tipo de documento (artigo de periódico, livro, tese, dissertação e outros) é delimitado por etiquetas que identificam o significado de cada pedaço de informação presente no documento.

Geralmente se utiliza o esquema de metadados já pré-definido pelo sistema, adicionando novos campos conforme a necessidade da instituição.

FIGURA 4 | Exemplo de formulário de metadados de artigo de periódico

Artigos de periódicos

Metadado	Uso para o metadado
dc.contributor.author	Autoria do artigo
dc.date.issued	Data de publicação do artigo
dc.identifier.citation	Citação do artigo ¹
dc.identifier.uri	Link para o acesso ao artigo em outros sistemas ou URL alternativa para o acesso ao artigo no próprio repositório
dc.description.abstract	Resumo do artigo
dc.language.iso	Idioma de publicação do artigo
dc.rights	Direitos sobre acesso concedido para o artigo ²
dc.subject	Assunto do artigo
dc.title	Título na língua de publicação do artigo
dc.title.alternative	Título na língua estrangeira disponível no artigo
dc.type	Tipo de documento ³

Fonte: Leite e demais autores (2012).

Fluxo do processo

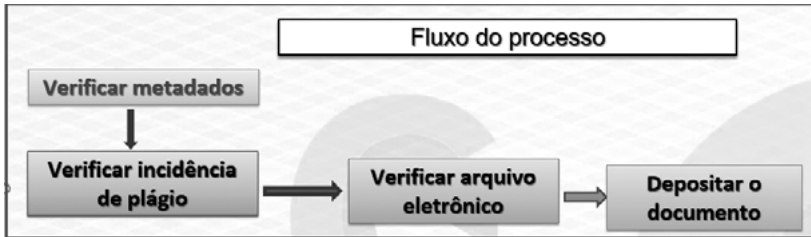
Uma vez definidas as comunidades, as subcomunidades e os conteúdos a serem depositados, o próximo passo é definir os atores do processo (editor, coordenador e revisor) que são os responsáveis pela verificação, revisão, aprovação e publicação dos conteúdos. As pessoas que vão desempenhar esses papéis são escolhidas pelo gestor do repositório (Leite, 2009).

Fluxo para submissão e depósito de documentos no repositório institucional

Dentro do fluxo para submissão e depósito, há a conferência dos metadados, a verificação da incidência de plágio, a verificação do arquivo eletrônico e a verificação geral antes do depósito do documento.

O ideal é que o revisor do fluxo do processo seja um bibliotecário. Os bibliotecários estão familiarizados com a normalização de registros; utilizam ferramentas de controle de vocabulários que otimizam a recuperação da informação, poupando tempo do pesquisador.

FIGURA 5 | Fluxo do processo de submissão e depósito de documentos no repositório institucional



Fonte: elaborada pelas autoras.

Política de funcionamento e conteúdo

A elaboração de políticas de funcionamento e de todas as demais políticas é atribuição dos gestores e demais envolvidos no processo.

A política define as orientações para implantar e gerenciar os repositórios institucionais, onde são definidos:

Missão, objetivo;

Os tipos de materiais que serão depositados;

Tipos de serviços;

As responsabilidades no fluxo do trabalho (edição, revisão, validação e disponibilização *on-line* do material);

Por quanto tempo os documentos serão mantidos no repositório institucional;

Quem administrará o repositório institucional?;

Política de descarte ou retirada de itens (Kuramoto, 2009; Tomáel; Silva, 2007).

Após elaborada, a política de funcionamento e conteúdo do repositório precisa ser formalizada pelo conselho universitário (junto ao reitor, diretor do centro de pesquisa e/ou diretor da instituição) e disponibilizada para todos os usuários, de modo a se tornar pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, consideramos que o objetivo principal foi atingido, sendo este o de transmitir de forma clara e resumida as ações necessárias para implantação de repositórios institucionais e sua importância para a divulgação científica, independentemente da área de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. B. A. Open archives: via verde ou via dourada? *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 127-137, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- KURAMOTO, H. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, L. et al. (org.). *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: Edufba, 2009. p. 203-217. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.
- LEITE, F. C. L. *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira*: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: IBICT, 2009. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20brasileira.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- LEITE, F. et al. *Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica*. Brasília, DF: IBICT, 2012. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- SOBRAL, R. M.; SANTOS, C. A. C. M. dos. Repositórios institucionais digitais de informação científica: implementação com o software Dspace como solução técnica. *PRISMA.COM*, Porto, n. 35, p. 152-184, 2017. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/3516/3308>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. da. Repositórios Institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: ANCIB, 2007. p. 1-12. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

▼ CAPÍTULO 18

Escrita científica

Padrões para elaboração de resumo
para artigos científicos

Juliana Fachin



INTRODUÇÃO

A comunicação científica segue uma estrutura de produção e publicação. O resumo, nessa estrutura, tem a finalidade de facilitar o processo de seleção, ajudando na escolha dos textos por interesse temático, em propiciar o acesso a documentos relevantes, poupando o tempo e recursos do leitor, e o de dar ao leitor um panorama claro e objetivo do que trata o texto.

Para que haja um padrão da comunicação científica, a escrita acadêmica deve ser clara, concisa, objetiva e estruturada, sua análise deve ser ancorada por evidências e o modelo metodológico deve atender aos objetivos propostos, possibilitando a replicação do estudo. O manual da Library Leeds (2022) apresenta oito tópicos sobre a escrita acadêmica:

- a. O que é redação acadêmica;
- b. Defina seu propósito e leitor;
- c. Estructure seu trabalho;
- d. Como incorporar evidências;
- e. Use uma linguagem clara e concisa;
- f. Transmita sua opinião;
- g. Escolha o tempo e a voz corretos;
- h. Construa seu argumento.

Esse manual orienta, de forma clara e objetiva, como construir e organizar o conteúdo científico, o que para pesquisadores novos no ramo, pode ser uma tarefa difícil, pois todas as decisões e escolhas levam o material a ser lido ou não, ter relevância científica, ser publicado e útil para outros pesquisadores.

RESUMO DE TEXTO CIENTÍFICO

O resumo é um texto breve e coerente, que se destina informar ao usuário sobre os conhecimentos essenciais transmitidos por um documento. Na escrita científica, existe três tipos de resumo:

- a. **Resumo indicativo:** indica apenas os pontos principais de uma pesquisa;
- b. **Resumo informativo:** informa ao leitor finalidade, metodologia, resultados e conclusões do documento, de forma estruturada e concisa;
- c. **Resumo crítico:** redigido por um especialista, o qual apresenta uma análise crítica do documento analisado. É uma recensão crítica e condensada. O resumidor opina sobre a qualidade do trabalho.
- d. No contexto da difusão do conhecimento científico, o resumo tem um papel fundamental: é o instrumento de acesso rápido ao documento. Em seus estudos, Janes (*apud* Lancaster, 2004, p. 80), descobriu que os resumos eram mais eficientes do que outras partes do registro, como títulos e termos de indexação. Assim como foi constatado que os processos automáticos de recuperação, baseados em resumos, eram mais eficazes do que aqueles baseados nos textos integrais dos documentos (Lam-Adesina; Jones, 2001 *apud* Lancaster, 2004, p. 81).

Por isso que há normas científicas que orientam a forma de elaboração e apresentação de resumos, como as mais comuns: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), American Psychological Association (APA) e o Chicago Manual of Style (comumente

conhecida como CHICAGO). A norma Vancouver, bastante usada na saúde, é específica para citação e referência, não contempla os outros elementos de uma publicação científica.

As normas mencionadas apresentam as regras para a elaboração e a apresentação de resumos científicos.

ABNT – NBR 6028:2003 – Resumo

- a. Apresentação concisa dos pontos relevantes do documento, fornecendo uma visão rápida e clara do conteúdo e das conclusões do artigo;
- b. Deve ser constituído de uma sequência de frases objetivas;
- c. A primeira frase do resumo deve ser significativa e expressar o tema principal do artigo;
- d. Evitar o uso de frases negativas, símbolos e fórmulas que não sejam de uso corrente, comentário pessoal, críticas ou julgamento de valor;
- e. Usar o verbo na voz ativa e na 3ª pessoa do singular;
- f. Evitar o uso de parágrafos;
- g. Deve conter de 100 a 250 palavras.

APA – Psicologia

- a. O resumo deve ser feito em parágrafo único e conciso;
- b. Espaço duplo entre linhas;
- c. De 150 a 250 palavras;
- d. Deve conter os pontos-chave da pesquisa: objetivo, método, resultados, análise dos dados e conclusões.

- e. Não deve conter citações;
- f. Deve conter palavras-chave representativas ao conteúdo do trabalho.

Chicago Manual of Style - Humanidade

- a. Consiste em um único parágrafo;
- b. Não mais do que 500 palavras;
- c. Sem tabelas, listas, ilustrações ou notas; os resumos dos capítulos são geralmente um pouco mais curtos;
- d. Resumo claro, apresentando os principais argumentos e conclusões;
- e. De preferência, utilizar vocabulário controlado para a escolha das palavras-chave.

Todas as normas apresentam a indicação de uma estrutura padrão, que contém a descrição do estudo em um bloco de texto breve e objetivo.

O resumo é um dos pontos de recuperação de um documento científico, assim como o título e as palavras-chave. Esses três elementos são complementares, assim como são utilizados pelos sistemas de indexação e busca, nos mesmos sistemas que utilizam seus recursos ontológicos para recuperar um texto contido nos acervos indexados, por isso que a representatividade temática de um texto, nesses campos, é importante para a recuperação desses materiais na *web*.

Escolha do título do estudo

- a. Deve ser representativo, curto e deve indicar o que exatamente foi pesquisado;
- b. O título deve ser simples, claro e cativante, deve descrever o estudo de forma adequada;
- c. É estratégico pensar em termos que os leitores possam usar para pesquisar o estudo e incluí-los no título;
- d. É melhor evitar abreviações e jargões.

Apresentação do Resumo

- a. Como elemento obrigatório, o resumo deve ser apresentado no idioma do documento;
- b. Usar a escrita padrão. Terceira pessoa do singular e o verbo na voz ativa;
- c. Evitar gerúndio, gírias, linguagem coloquial, uso de símbolos, contrações, fórmulas, equações, diagramas, citações etc. (a não ser que a pesquisa seja sobre esse tipo de temática);
- d. Elementos necessário: objetivos, metodologia, resultados e breve conclusões.

Definição das palavras-chave

- a. Lista de palavras deve ser representativa, dentro da área do qual a publicação se destina. Alguns periódicos solicitam o uso de termos controlados, ontologias, dicionários e de tesouros temáticos;

- b. De 3 a 5 unidades, separadas por ponto. Porém, os sistemas de recuperação só compreendem como termos distintos se estiverem separados com ponto e vírgula;
- c. Uma lista precisa de palavras-chave garante a indexação e ajuda a expor a pesquisa para atrair um grupo de leitores e pesquisadores;
- d. É melhor selecionar palavras-chave de uma lista de termos/frases-chave usados repetidamente no texto e, de preferência, não repetido no título, ou *abstract*, empregando o uso de um vocabulário abrangente e controlado para a indexação de artigos de periódicos e livros, que seja da área do estudo.

As orientações, referente a representação de um material científico, por meio do título, resumo e palavras-chave, são baseadas nas normas de publicação e convenções científicas, os quais também seguem as estruturas dos sistemas de representação na *web*, como as bases de dados, repositórios e sistemas de recuperação.

Para um conteúdo científico poder ser recuperado em um sistema é preciso que este material esteja representado adequadamente, ampliando a possibilidade de ser lido, utilizado e reaproveitado em outros estudos. Que é essa a finalidade da comunicação científica, a de dar visibilidade às descobertas dos estudos elaborados pela comunidade.

DICAS PARA A VISIBILIDADE DA PESQUISA

Tripathy e demais autores (2017) apresentaram dez abordagens para melhorar a visibilidade da pesquisa, com o estudo que investigou elementos que tendem a levar um leitor a ler um texto:

- a. expanda sua base de coautoria. Trabalho coletivo tende a ser mais rico e render mais visibilidade;
- b. selecione seu título e palavras-chave com sabedoria. O título e as palavras-chave têm potencial, significativamente, para impactar as chances do texto ser recuperado quando pesquisado, lido, citado e incluído na revisão sistemática de literatura, visões que sintetizam evidências sobre um problema;
- c. periódicos, motores de busca e os serviços de indexação e classificação de resumos de artigos usam as palavras-chave com instrumentos para a representação e recuperação do texto.
- d. faça seus artigos de acesso aberto. Os artigos em acesso aberto têm a vantagem de serem acessíveis a todos os leitores gratuitamente, inclusive aos formuladores de políticas, aumentando a chance de serem citados pelos leitores;
- e. uso eficaz das mídias sociais como Twitter, Facebook, LinkedIn, Academic etc.;
- f. crie e compartilhe *podcasts*;
- g. compartilhe seus resultados/dados de pesquisa além dos manuscritos: SlideShare, Scribd, Data Dryad, Zenodo, FigShare etc.;
- h. divulgação através de *blogs* pessoais como Tumblr, Wordpress, *blogs* de pesquisa;

- i. obtenha um identificador de autor exclusivo, ORCID, para distinguir você e seu trabalho daquele de outros pesquisadores;
- j. elabore resumos de políticas e de evidências em linguagem leiga e comunique estrategicamente com os formuladores de políticas, com as principais partes interessadas;
- k. utilize outras ferramentas de divulgação como Kudos, ImpactStory, Google Scholar.

São práticas que visam alavancar a visibilidade de um estudo científico, que atua em diversas frentes. A visibilidade é a ordem da vez, quem não é visto não é lembrado, tampouco, lido!

A pesquisa de Xu, Khalili e Deng (2017) indica que foram coletados dados sobre 550 mil artigos de pesquisa científica, publicados entre 1º de janeiro e 1º de julho de 2016, do qual concluíram que a extensão do título é o fator mais forte, e que afeta aos leitores. O estudo identificou que os títulos que tinham entre 51 e 90 caracteres têm o maior número de leitores.

Os artigos publicados em medicina esportiva, biologia, biologia celular e biologia computacional têm, significativamente, mais leitores por artigo do que qualquer outro assunto ou área.

Huang e demais autores (2018) indicam que o uso de infográficos na pesquisa científica é um recurso que descreve visualmente os resultados da pesquisa, e é amplamente compartilhado nas redes sociais, podendo ser uma forma mais eficaz de transmitir a informação que deseja. O emprego de infográficos para representar o conteúdo colabora para a promoção e uso do texto científico e auxilia na recuperação e uso dos artigos científicos de forma mais visual e estruturada.

CONSIDERAÇÕES

A elaboração de resumos científicos é um trabalho científico e técnico, do qual muitos pesquisadores e profissionais não estão familiarizados, no entanto, é um elemento crucial para a representação da informação de um estudo, possibilitando a visibilidade ou o esquecimento, em meio à imensidão de conteúdos disponíveis nas redes da *web*.

A arte de condensar um conteúdo de forma clara e objetiva, advém do uso de recursos de representação técnica, do uso de linguagem adequada, de estruturas próprias, aplicadas para a finalidade de cada texto, que se adquire com a prática e tempo. O curso de Biblioteconomia emprega essa *expertise* em sua prática, habilitando os profissionais para tal processo.

REFERÊNCIAS

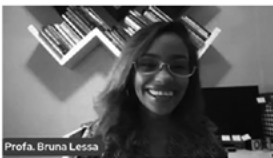
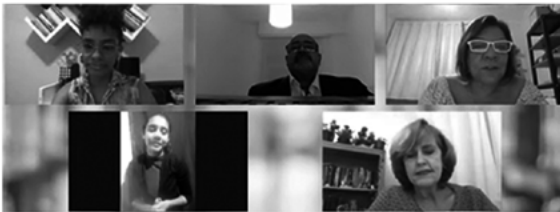
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Manual de publicação da American Psychological Association*. Tradução de D. Bueno. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: Informação e documentação: Resumo: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- HUANG, S. Y. *et al.* The effect of infographic promotion on research dissemination and readership: a randomized control trial. *Canadian Journal of Emergency Medicine*, [s. l.], v. 20, p. S82, 2018. Supl. 1. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/canadian-journal-of-emergency-medicine/article/p072-the-effect-of-infographic-promotion-on-research-dissemination-and-readership-a-randomized-control-trial/2109DD3FF74635DA708ECAFD2EA334A9>. Acesso em: 28 maio 2023.
- LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.
- LIBRARY LEEDS. *Academic writing: structure your work*. Leeds, c2022. Disponível em: <https://library.leeds.ac.uk/>. Acesso em: 28 maio 2023.
- TRIPATHY, J. P. *et al.* Ten tips to improve the visibility and dissemination of research for policy makers and practitioners. *Public Health Action*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 10-14, 2017. Disponível em <https://www.ingentaconnect.com/content/iatld/pha/2017/00000007/00000001/art00006;jsessionid=10zy36n0pu00e.x-ic-live-02#>. Acesso em: 28 maio 2023.
- UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS. *The Chicago Manual of Style*. 17. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2017. Disponível em: <https://www.chicagomanualofstyle.org/book/ed17/part1/ch01/psec093.html>. Acesso em: 28 de maio 2023.
- XU, T.; KHALILI, S.; DENG, C. Um estudo sobre fatores relacionados à leitura de artigos científicos. *STEM Fellowship Journal*, Toronto, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://journal.stemfellowship.org/doi/10.17975/sfj-2017-013>. Acesso em: 28 maio 2023.

MEMÓRIAS









SOBRE AS AUTORIAS

Aluf Alba Vilar Elías

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), com Mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ). Possui Especialização em Planejamento, Organização e Direção de Arquivos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em convênio com o Arquivo Nacional do Brasil (ANB) e Graduação em Arquivologia pela UFF. Experiência em informação e acervos, com foco na curadoria, assessoramento e gestão de Arquivos Permanentes. Atualmente, é assessora-técnica da Direção-Geral do Arquivo Nacional e Arquivista da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro editorial da revista *Informação Arquivística* e revisora da *Revista Acesso Livre*.

Aline Carmes Krüger

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui graduação em História pela UFSC. É mestre em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Integrante do Grupo de Pesquisa Organização do Conhecimento e Gestão Documental – KOD e do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Arquivos Contemporâneos (NUPEAC). Coordenou projetos de extensão em Paleografia. Desde agosto de 2020 atua como editora-chefe da revista *Ágora: Arquivologia em debate*.

Ana Paula Medeiros Teixeira dos Santos

Doutoranda em Design na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Mestra em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE-UTFPR), graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Tecnologia em Design de Produto pela Universidade Cruzeiro do Sul (UCS). Futurista, pesquisadora das relações entre *design*, futurismos e decolonialidade, especialmente afrofuturismo e futurismo indígena brasileiro. Ministrante de palestras, oficinas e formações para estudantes, docentes e profissionais sobre *design* e moda afro-brasileiros, gênero, relações raciais, afrofuturismo e *design* de futuros. Co-fundadora da Makeda I.F LABs – Laboratórios de Futuros Intencionais, coletivo que pensa futuros a partir do *design* especulativo e da prospecção em um viés decolonial.

Andréa de Britto

Mestre em Gestão da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (PPGCI/USP). Possui graduação em Museologia com habilitação em Museus de História e Artes pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Consultora na reserva técnica do Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa. Pesquisadora colaboradora do Museu Afro-Brasileiro da UFBA. Tem experiência na área de Museologia, com ênfase em documentação, gestão de coleções e de informações em Museus.

Bianca Santana

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo

(PPGCI/USP). Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), onde pesquisou os usos das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Colunista da revista *Gama*. Autora de *Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro* (Companhia das Letras, 2021) e de *Quando me descobri negra* (SESI-SP, 2015). Foi professora da Faculdade Cásper Líbero e da Pós-Graduação em Jornalismo Multimídia na Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). É associada da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e compõe os conselhos da Artigo 19 e dos institutos Marielle Franco e Vladimir Herzog. Diretora da Casa Sueli Carneiro. Colabora com a articulação da Coalizão Negra Por Direitos.

Carolina de Souza Santana

Doutora e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA). Professora adjunta lotada no Departamento de Documentação e Informação (DDI) do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da UFBA. Assumiu a coordenação do Departamento de Documentação e Informação (DDI/ICI) de 2020 a 2022. Possui MBA em Gestão da Informação pela Universidade Salvador (UNIFACS). Tem graduação em Biblioteconomia e Documentação (ICI/UFBA). Membro do grupo de pesquisa Difusão da informação e apropriação de saberes (DIFUSAS/UFBA), do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI) e do Grupo de Pesquisa Informação e Inclusão Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Carolina Vasconcelos Vilas Boas

Museóloga e mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo (USP). Possui bacharelado e licenciatura em História pela mesma universidade, onde também cursou Especialização em

Museologia. Atua profissionalmente na área há duas décadas, tendo participado da implantação, do planejamento e da produção de diversos museus e exposições. Atualmente, é Especialista em Desenvolvimento Industrial do SESI DN, onde atua na implantação do SESI Lab. Anteriormente, foi diretora do Departamento de Processos Museais, do Instituto Brasileiro de Museus, e coordenou diversos projetos de planejamento institucional, exposições e implantação de museus junto à empresa Expomus.

Charley dos Santos Luz

Possui formação técnica em Publicidade e Propaganda, graduação em Arquivologia na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS), especialização em Gestão de Serviços e Sistemas de Informação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e mestrado em Ciência da Informação na Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP). É sócio-fundador da Feed Consultoria e Serviços de Marketing LTDA. Professor e orientador, ministra as disciplinas de Arquitetura de Informação do curso de pós-graduação em Gestão da Informação Digital e de Descrição Arquivística e Gestão de Documentos Digitais do curso de pós-graduação em Gestão Arquivística da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

Daniel Flores

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Engenharia da Produção – Tecnologia da Informação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutor em Documentação pela Universidade

de Salamanca (USAL/Espanha) – revalidado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como doutor em Ciência da Informação no Brasil e pós-doutorado na Universidade de Salamanca (USAL/Fundação Carolina) em Documentos Digitais: Gestão e Preservação Digital. Docente do curso de graduação em Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), mestrado e doutorado, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Débora Oyayomi Araujo

Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Letras – Português/Inglês pela Universidade do Estado do Paraná (UNESPAR). Professora de Educação das Relações Étnico-Raciais no Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É professora permanente do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), ambos da UFES. Coordena o LitERÊtura – Grupo de estudos e pesquisas em diversidade étnico-racial, literatura infantil e demais produtos culturais para as infâncias.

Eliana Lucia Madureira Yunes

Professora universitária (1970-2017) no país e visitante no exterior, com formação em Filosofia e Letras, doutorados em Linguística e Literatura, pesquisadora e crítica, com publicações em interpretação, Teorias da Leitura e Formação de Leitores, estudos inter e transdisciplinares nas áreas de Hermenêutica, Letras, Educação, Artes, Teologia e Políticas Públicas. Orientadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio),

organizadora do Proler/Fundação Biblioteca Nacional, co-criadora da Cátedra Unesco de Leitura no Brasil e da Rede de Estudos avançados em Leitura (RELER). Dirigiu o Instituto Interdisciplinar de Leitura da PUC-Rio e participou como conselheira da Política Nacional de Leitura.

Ivana Bittencourt dos Santos Severino

Docente no Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI), do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre e doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA. Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia. Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (Univale). Membro do Grupo de Pesquisa Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento (GEINFO) e do Grupo de Pesquisa Cultura, Representação e Informação Digital (CRIDI). Presidente da Associação de Arquivistas do Estado da Bahia (AABA), biênio 2017-2019 e vice-presidente no período de 2019-2021. Organizou o arquivo pessoal da dançarina Lia Robatto e do artista plástico e cineasta Chico Liberato. Pesquisadora e consultora na organização do acervo do Memorial da Escola de Dança da UFBA.

Juliana Fachin

Doutora e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi bolsista de referência no Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia e Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCT-IESP). Atualmente, participa dos grupos de pesquisa: Núcleo de pesquisas e estudos

em arquivos contemporâneos (NUPEARC); Laboratório de Estudos Métricos da Informação na Web (Lab-iMetrics); Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde; Economias colaborativas e produção P2P; e Filosofia e Política da Informação. Desde 2019, atua como editora-assistente nas revistas: *Logeion IBICT* e na *Revista P2P Inovação IBICT*. De 2013 a 2020 foi editora gerente da revista *Ágora: Arquivologia em debate*.

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em Convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT-UFRJ). Atualmente, é professor associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) e no Mestrado Profissional em Biblioteconomia na Unirio. Membro da International Society of Knowledge Organization (ISKO/Brasil), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (Ancib) e da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin). Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) 18^a Gestão (2019-2021).

Miguel Ángel Márdero Arellano

Formou-se em Antropologia Social pelo Instituto Nacional de Antropologia e História, mestre em Ciências da Informação da Universidade de Brasília (UnB) e Doutor em Ciências da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Ele trabalha no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). É tecnologista sênior e coordenador da Rede Brasileira de Serviços de Preservação

Digital CARINIANA. Líder do grupo de pesquisa Estudos e Práticas de Preservação Digital Dríade. É editor, pelo Brasil, do repositório internacional E-LIS e da Revista Brasileira de Preservação Digital. Foi membro do Standing Committee of Preservation and Conservation da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) (2017-2021).

Palmira Virginia Bahia Heine Alvarez

Graduação em História pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Salgado de Oliveira, mestre e doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de discurso atuando principalmente na linha de Análise de discurso de vertente pecheutiana, com foco nas seguintes temáticas: corpo-sentido, subjetividades, representações discursivas de gênero, mídia imagem, discurso publicitário e constituição discursiva de identidades

Rachel Ferreira Bueno

Especialista em Gestão Documental pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e graduada em Biblioteconomia e Documentação pela mesma instituição (FESPSP). Docente na FESPSP em Gestão de Documentos. Consultora em desenvolvimento de Políticas de Gestão Documental, atuando na área de Gerenciamento, Organização e Controle de Arquivos Técnico Administrativos e Arquitetura de Sistemas de Controle de Documentos Arquivísticos em empresas públicas e privadas.

Rayan Aramís de Brito Feitoza

Professor adjunto do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB. Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB. Bacharel em Arquivologia pela UFPB. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Informação, Aprendizagem e Conhecimento (GIACO) da UFPB e Membro do Grupo de Pesquisa em Mediação e Comunicação da Informação (GEPemCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ambos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Rosa Maria Andrade Grillo Beretta

Especialista em Gerência de Serviços e Sistemas de Informação com complementação em Didática do Ensino Superior. Graduada em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Docente e Coordenadora de cursos de Qualificação na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação e Consultora na área de Gestão Universitária. Possui experiência na gestão de sistemas integrados de bibliotecas, gestão de registros acadêmicos e como procuradora institucional (PI)

Rosana Drigo

Possui graduação em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), Especialização em Gerência de Sistemas e Serviços de Informação pela Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FaBCI) da FESPSP e MBA em Gestão Estratégica do Ensino Superior. Tem experiência

na área de Gestão de Bibliotecas Universitárias e Centros de Documentação; em coordenação e implantação de bibliotecas em Polos de Apoio Presencial EaD (Educação a Distância) e em ministrar cursos de acesso a bases de dados nacionais e internacionais nas áreas da saúde, humanas e exatas.

Sigrid Karin Weiss Dutra

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC). Bibliotecária documentalista da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde também foi diretora. Participa atualmente da Comissão de Gestão do Conhecimento e da Comissão de Concepção do Serviço de Suporte à Pesquisa e Gerenciamento de Dados na Biblioteca Universitária (BU/UFSC). É membro do ProQuest Latin American and Caribbean Board. Foi diretora de Gestão da Informação na Universidade Federal da Fronteira Sul. Foi presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (Febab). Foi presidente do Comitê Permanente Para América Latina e Caribe da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), continuando como membro eleito. Foi presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias.

Telma Aparecida Tupy de Godoy

Mestre em Engenharia de Produção pela Sociedade Educacional de Santa Catarina (Sociesc). Especialista em Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento pela Sociesc. Bacharel em Biblioteconomia, pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Complementação em Metodologia do Ensino Superior pela

Sociesc. Atualmente, desenvolve conteúdo de cursos de capacitação e atualização profissional em EaD (plataforma Moodle) e presencial. Docente da Class Cursos, dos cursos Gestão de Bibliotecas Escolares – Qualificação para Auxiliares de Bibliotecas – Gestão da Qualidade em Bibliotecas Universitárias; Gestão de Bibliotecas Universitárias: da gestão aos indicadores do MEC.

Formato: 15 x 21 cm
Fontes: Piazzolla | Montserrat
Miolo: Papel Off-Set 75 g/m²
Capa: Cartão Supremo 300 g/m²
Impressão: Gráfica 3
Tiragem: 200